VERSÃO 2.0

ESTRUTURA DE VOZ, ESCOLHA E AÇÃO

Um guia do profissional de conservação para a conservação liderada por Indígenas e pela comunidade

The Nature Conservancy

Agradecimentos

“Estrutura de voz, escolha e ação (VCA): Um guia do profissional de conservação para conservação liderada por Indígenas e pela comunidade, versão 2.0” é uma ampliação da versão 1.0 (2017). Foi criado em apoio e respeito aos Povos Indígenas e comunidades locais do mundo inteiro. Esta Estrutura de VCA, e, por conseguinte, seus autores e a TNC, apoiam e reconhecem os proprietários, guardiões e administradores tradicionais das terras e águas de quaisquer territórios tradicionais que foram aqui incluídos por autores provenientes de diversos lugares do mundo.

A Versão 1.0 (2017) *conta com edição e curadoria de Nicole R. DeMello e Erin Myers Madeira. Contribuição, expertise, revisão por pares, provimento e verificação de ferramentas e recursos, e provimento de estudos de caso de Matt Brown, Laurel Chun, Rane Cortez, Eric Delvin, James Fitzsimmons, Herlina Hartanto, David Hinchley, Andrew Ingles, Allison Martin, Patricia Mupeta-Muyamwa, Luke Preece, Helcio Souza e Heather Wishik. Editado por Claire Peters. Projetado por Epstein Creative.*

Sugestão para citação: The Nature Conservancy (2017). Vozes fortes, escolhas ativas: estrutura para o profissional de conservação da TNC para fortalecimento dos resultados para as pessoas e a natureza, versão 1.0. Arlington, VA.

A versão 2.0 (2022) *conta com edição e curadoria de Nicole R. DeMello. Equipe principal de redação—Nicole R. DeMello, Brandie Farris, Lisa Ferguson, Shiteng Kang (康诗腾), Allison Martin, Yuta J. Masuda, Jessica Musengezi, Luke Preece e Chrissy Schwinn. Pesquisa documental de Carol Bogezi, Nicole R. DeMello, Caitlin Doughty, Brandie Fariss, Christina Oraftik, Luke Preece e Geoffrey Whittle-Walls. Contribuições para estudos de caso de Colin Apse, Javkhlan Ariunbaatar, Gankhuyag Balbar, Eduardo Barnes, Andrea Akalleq Burgess, Julie A. Damon, Gala Davaa, Eric Delvin, Meghan Gombos, Celene Hawkins, Robert Jones, Luciana Lima, Peter Limbu, Philipo Lukumay, George Maina, Alphonce Mallya, Yedityah Mella, IFPRI e EcoAdvisors. Editado por Claire Peters. Design supervisionado por Macarena Soto Olivares e concluído pela Agency MABU.*

Sugestão para citação: The Nature Conservancy (2022). Estrutura de voz, escolha e ação: Um guia do profissional de conservação para conservação liderada por Indígenas e pela comunidade, versão 2.0 Arlington, VA.

Gostaríamos de agradecer às seguintes pessoas pelas orientações e contribuições:

À equipe de consultoria, pela orientação, revisão e edição de rascunhos—Allison Aldous, Rane Cortez, Erin Myers Madeira, Andrea Akalleq Burgess e Chrissy Schwinn.

Ao grupo de trabalho pelas ideias, comentários, exemplos, revisão e contribuições—Awaludinnoer, Javkhlan Ariunbaatar, Fernando Bittencourt, Rony Brodsky, Corissa Busse, Jaime Camacho, Eric Delvin, Rynal Fadli, Natalio Godoy, Berna Gorong, Celene Hawkins, A. Kusworo , Caroline Lumosi, George Maina, Patricia Mupeta-Muyamwa, Alexis Nakandakari, Crystal Nelson, Karen Oliveira, Felipe Torres, Francisco Torres, e Sherie Simms.

Aos parceiros das comunidades Indígenas e locais que dialogaram conosco, trazendo suas perspectivas e informações concretas, e fortalecendo a Estrutura de VCA —Leah Armstrong, Nikoosh Carlo, Tish Carr, Kristian Thebu, Darren Ranco e Chrissy Warren.

Aos membros da rede nativa da TNC que participaram de sessões de escuta oferecendo sua perspectiva, trazendo informações concretas, e fortalecendo a Estrutura de VCA—Marshall Birch, Faith Cherop, Amy Croover, Caroline Gitari, Sam Gon, Kristina Jenkins, Nohealani Ka'awa, Ericka Moussavou, Crystal Nelson, Cheryl Martinez Thibodeau, Peter Van Kampen, Tracey Williams e Ulalia Woodside.

A um doador anônimo pelo seu generoso financiamento para a Estrutura de VCA 2.0.

Conteúdo

Agradecimentos 3

Nossa gratidão e reconhecimento aos primeiros administradores 6

Princípios baseados em parcerias 7

Quais as novidades da versão dois? 8

Uma introdução à estrutura de voz, escolha e ação (VCA) 9

- Povos Indígenas e comunidades locais 9
- A conexão entre as pessoas e a natureza 11
- Teoria narrativa da mudança 12
- Simbolismo da representação visual 12
- Representação visual da Estrutura de VCA 13
- Pilares da Estrutura de VCA 14
- Elementos fundamentais da Estrutura de VCA 16
- Monitoramento e avaliação da implementação da Estrutura de VCA 17
- Compreensão das características dos recursos de água doce e suas implicações 20

Estrutura de VCA: Compreensão e prática dos pilares e elementos fundamentais 21

Primeiro pilar: Garantia de direitos sobre terras, águas e recursos naturais 22

- Conhecimento, evidência e prática 22
- Estudos de caso 28
- Ferramentas e recursos 33

Segundo pilar: Forte capacidade de liderança, governança e gestão 34

- Conhecimento, evidência e prática 34
- Estudos de caso 41
- Ferramentas e recursos 44

Terceiro pilar: Eficácia no diálogo com vários interessados e tomada de decisão 45

Conhecimento, evidência e prática 45

Estudos de caso 50

Ferramentas e recursos 51

Quarto pilar: Oportunidades de subsistência sustentável 52

Conhecimento, evidência e prática 52

Estudos de caso 57

Ferramentas e recursos 59

Elemento fundamental 1: Benefícios, impactos e inclusão equitativos 60

Conhecimento, evidência e prática 60

Estudos de caso 67

Ferramentas e recursos 70

Elemento fundamental 2: Forte ligação com o conhecimento e o lugar 71

Conhecimento, evidência e prática 71

Estudos de caso 78

Ferramentas e recursos 81

Elemento fundamental 3: Resultados duradouros para as pessoas e a natureza 82

Conhecimento, evidência e prática 82

Estudos de caso 89

Ferramentas e recursos 91

Apêndice: Recursos adicionais 92

Referências 99

Para uma versão interativa e virtual da Estrutura de VCA, acesse www.tncvoicechoiceaction.org

Gratidão e reconhecimento aos primeiros administradores

The Nature Conservancy (TNC) é uma organização de conservação comprometida com a criação de um futuro próspero para a natureza e as pessoas. O cumprimento dessa missão passa pela inclusão, colaboração e apoio aos administradores originais e atuais dos sistemas naturais da Terra. Como organização que possui e administra terras, reconhecemos que os sistemas e regulamentos de propriedade privada, proteção e gestão de terras e águas, fundamentais para o nosso trabalho, representam um ônus terrível para os Povos Indígenas. Portanto, reconhecemos os administradores tradicionais passados, presentes e emergentes, e assim, afirmamos nossa história institucional, nossa responsabilidade e nosso compromisso. Nosso compromisso é com uma consciência mais profunda da história e dos impactos duradouros do colonialismo—incluindo nossas próprias contribuições enquanto organização—e aceitamos as responsabilidades decorrentes, buscando construir parcerias com base em respeito, equidade, diálogo aberto, integridade e responsabilização mútua.

© AMI VITALE

Princípios com foco no parceiro

O trabalho da TNC com Povos Indígenas e comunidades locais se baseia em construir relacionamentos, honrar a autodeterminação, gerar confiança e focar nos interesses compartilhados. Os princípios baseados em parcerias da TNC são:

- **Liderados por Indígenas e comunidades:** Buscamos entender o que a comunidade espera de nós. Criamos, em conjunto com as comunidades, planos alinhados tanto às suas prioridades como à experiência e missão da TNC.
- **Diversos e inclusivos:** Reconhecemos e respeitamos a diversidade dos Povos Indígenas e comunidades locais, bem como a diversidade dentro dessas comunidades. Nossa meta é colocar a equidade de gênero e a liderança intergeracional no centro de nosso trabalho.
- **Fundamentados na reciprocidade:** As parcerias da TNC com Povos Indígenas e comunidades locais são oportunidades de aprendizado, compartilhamento e benefício mútuo. No espírito da reciprocidade, buscamos parcerias transformacionais em vez de transacionais.
- **Baseados na comunicação e responsabilização:** Ouvimos com profundidade e abrimos canais claros de comunicação. Comprometemo-nos a cumprir as funções e responsabilidades estabelecidos e prestar contas pelas nossas parcerias e compromissos de longo prazo.
- **Flexíveis, adaptáveis e pacientes:** Lutamos pela flexibilidade diante das necessidades, realidades e prioridades concorrentes nas comunidades. Reconhecemos a interconexão de todas as coisas. E aprendemos com os erros do passado.

Afirmamos nosso compromisso e convidamos outras organizações e profissionais de conservação a respeitarem e defenderem as normas de direitos humanos, incluindo a **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas** e outras convenções relevantes, a aplicarem e monitorarem as salvaguardas sociais e ambientais e apoiarem a governança, os sistemas de conhecimento, e as visões autodeterminadas e sustentáveis das gerações atuais e futuras de Povos Indígenas e comunidades locais.

Comprometemo-nos a defender e respeitar de forma plena os **direitos distintos e diferenciados dos Povos Indígenas e comunidades locais** e colaborar com os princípios compartilhados e as melhores práticas no sentido de apoiar, da melhor forma possível, o empoderamento dos Povos Indígenas e comunidades locais, sua liderança e orientação na conservação inclusiva e eficaz da biodiversidade, o desenvolvimento sustentável e a mitigação das mudanças climáticas.

Quais as novidades da versão dois?

O documento “Vozes fortes, escolhas ativas: estrutura para o profissional de conservação da TNC para fortalecimento dos resultados para as pessoas e a natureza, versão 1.0” foi originalmente desenvolvido e lançado em 2017 por um grupo diverso de funcionários da TNC, de vários lugares e com diferentes cargos, levando em consideração tanto a experiência do programa, o conhecimento no assunto como a literatura científica. Nos últimos 5 anos, a estrutura tem ganhado força e tem sido adotada na organização como abordagem comum para as parcerias com Povos Indígenas e comunidades locais no que diz respeito a objetivos de bem viver humano e ambiental. O retorno tem sido positivo e sua aplicação e uso têm aumentado. Desde a sua elaboração inicial, novos estudos e análises vêm surgindo tanto interna como externamente. Esses esforços, juntamente com as mudanças sociais e ambientais no mundo, aprofundaram nossa compreensão e abordagens a esse respeito. Agora é o momento certo para uma “renovação” da estrutura. Grande parte do conteúdo do documento original para profissionais de conservação foi mantido, com alguns ajustes e acréscimos. Eles incluem:

- Revisão e contribuição dos Povos Indígenas e membros da comunidade local sobre a teoria e a narrativa da estrutura, garantindo a relevância das ferramentas para o avanço das aspirações e visões da comunidade Indígena e local,
- Uma visão holística dos sistemas naturais por meio da ampliação do escopo da estrutura e de seu conteúdo, sua linguagem, seus exemplos e suas evidências para que sejam inclusivos e aplicáveis não só aos ecossistemas terrestres mas também aos de água doce e costeiros,
- Novas evidências, citações, ferramentas e recursos de estudos e fontes internas e externas,
- Atualização e refinamento das seções “ferramentas e recursos” diminuindo a multiplicidade de ferramentas e dando preferência às de maior potencial de ação e utilidade para os profissionais de conservação que implementam a estrutura,
- Conexão mais clara entre a estrutura, as medidas comuns associadas e as métricas organizacionais da TNC, e
- O acréscimo formal de três elementos fundamentais transversais que se conectam com cada pilar da estrutura como condições favoráveis ao sucesso:
    - Benefícios, impactos e inclusão equitativos,
    - Forte ligação com o conhecimento e o lugar, e
    - Resultados duradouros para as pessoas e a natureza

Como profissionais de conservação e organizações que trabalham para implementar e construir esses conceitos compartilhados, agora conhecidos como **“ Estrutura de voz, escolha e ação: um guia do profissional para a conservação liderada por Indígenas e pela comunidade, versão 2.0”**—ou “Estrutura de VCA” para abreviar—esperamos que essas atualizações sejam úteis e promovam um trabalho de conservação significativo e duradouro. À medida que crescemos, nos desenvolvemos, e fomentamos nossas abordagens baseadas em direitos para a conservação liderada pela comunidade, cresce também nossa luta para apoiar e fortalecer a voz, a escolha e a ação dos Povos Indígenas e comunidades locais.

Introdução à estrutura de voz, escolha e ação (VCA)

Povos Indígenas e comunidades locais

A Estrutura de VCA é mais aplicável a pessoas que:

- estão conectadas às terras, águas e recursos naturais de sua área ou lugar, inclusive por meio de fortes laços familiares, cultura compartilhada (ex.: idioma, religião, tradições, espiritualidade, povo) e prática compartilhada (ex.: agricultura, pesca, pecuária),
- têm uma interdependência para com esses sistemas para necessidades econômicas, familiares, culturais, religiosas e/ou de saúde e nutrição,
- têm interesse em influenciar a saúde futura dos recursos vivos na área,
- têm precedentes históricos ou tradicionais de autogovernança na área, e
- que têm algum nível de gestão de propriedade comunitária ou comum sobre os recursos naturais da área.

É possível que essa descrição se aplique a pessoas carentes de oportunidades econômicas, alternativas ou emprego, ou que estejam enfrentando importantes pressões externas relativas a desenvolvimento, ou sofrendo os impactos tangíveis das mudanças climáticas que afetem sua capacidade de gerenciar, administrar e usar seus recursos naturais. Isso pode incluir tanto os habitantes originais como pessoas estabelecidas mais recentemente no local, mas com vínculos com as terras, águas e recursos naturais da área. Povos e comunidades Indígenas incluem os habitantes originais de um lugar, que estão ali desde o período anterior à colonização e que, portanto, se consideram distintos de outros setores das sociedades que hoje também habitam tais territórios.[1]

Atributos fundamentais dos Povos Indígenas:

Comunidades, povos e nações Indígenas são aquelas que, tendo continuidade histórica com sociedades anteriores à invasão ou colonização de seus territórios, consideram-se distintas de outros setores das sociedades hoje prevalecentes nesses territórios ou em partes deles. Constituem hoje setores não dominantes da sociedade e têm a determinação de preservar, desenvolver e transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica como base de sua existência enquanto povo, de acordo com seus próprios padrões culturais, instituições sociais e sistema legal (Martinez Cobo 1982). Além disso, reconhecemos e reafirmamos que os indivíduos Indígenas, sem qualquer discriminação, são beneficiários de todos os direitos humanos reconhecidos pela legislação internacional e que os Povos Indígenas possuem direitos coletivos indispensáveis para sua existência, bem viver e desenvolvimento integral enquanto povos.[2]

Distinções das comunidades locais:

De maneira semelhante, as comunidades locais muitas vezes também têm essa conexão e dependência em relação a terras, águas e recursos para sua cultura e subsistência, assim como sistemas de governança comunitária ou de fundo comum dos recursos naturais. Contudo, os membros das comunidades locais não se identificaram coletivamente como Povos Indígenas. Portanto, os direitos coletivos sob a lei internacional disponíveis às nações dos Povos Indígenas talvez não sejam aplicáveis ou disponíveis para as comunidades locais. Independente disso, mantemos nosso compromisso de defender os direitos humanos de todas as comunidades locais parceiras.

Povos Indígenas (IPs) e comunidades locais (LCs) são não raro designados pela sigla IPLC em convenções internacionais (ex.: a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas). Reconhecemos a distinção entre "IPs" e "LCs", sendo que os IPs são detentores de direitos coletivos consagrados na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.[3]Ao longo deste documento, evitamos usar a sigla "IPLC" em respeito a essa distinção e, em vez disso, usamos "Povos Indígenas" (com letras maiúsculas), em reconhecimento às comunidades diversas e soberanas que viviam em determinadas regiões quando os europeus tentaram nomeá-las, categorizá-las e colonizá-las.

Os Povos Indígenas e as comunidades locais são líderes imprescindíveis na busca de soluções duradouras para os desafios globais mais emergenciais nos âmbitos do bem viver humano e ambiental. Eles administram ou têm direitos de posse sobre mais de 25% das terras do planeta[4]e mais do dobro disso é reivindicado e ainda não reconhecido legalmente,[5] incluindo sistemas interconectados de florestas, pastagens, pântanos, rios, lagos, águas subterrâneas e costas. Com seus territórios abrigando mais de 24% do carbono das florestas tropicais do mundo,[6] grande parte da biodiversidade global,[7] e com 9 de cada 10 dos 32 milhões de pescadores do mundo sendo artesanais ou de pequena escala,[8] os Povos Indígenas e comunidades locais estão entre nossos parceiros mais importantes e já provaram serem os guardiões mais eficazes da natureza, obtendo melhores resultados de conservaçãoe mantendo em suas áreas maior biodiversidade do que em áreas de proteção governamental.[9-10]

Os legados e atos contínuos de colonialismo, as desigualdades persistentes e a crescente consolidação do poder econômico impõem desafios aos Povos Indígenas e comunidades locais para a geração de comunidades e ambientes prósperos e saudáveis. Ultrapassando esse paradigma, quando se fortalece a autoridade e capacidade[a] dos Povos Indígenas e comunidades locais para administrar suas terras, águas e recursos, quando há oportunidades de subsistência alinhadas com seus valores e quando essas oportunidades e benefícios são distribuídas igualmente, o resultado será soluções duráveis para as pessoas e a natureza. Portanto, trabalhamos em parceria para apoiar a gestão e manejo de recursos naturais definidos, liderados e implementados por Povos Indígenas e comunidades locais; fundamentados em valores, conhecimentos e perspectivas comunitárias; com foco na interconexão entre o apoio a comunidades dinâmicas, culturas fortes, economias locais viáveis e ecossistemas saudáveis.

a. Para os propósitos da Estrutura de VCA, autoridade é definida pela percepção, por parte dos usuários de recursos naturais e titulares de direitos, de que um grupo de governança genuinamente represente seus interesses e tenha jurisdição legal ou tradição para governar "seus" recursos naturais[11]. A capacidade é um conceito multifacetado em geral explicado como "ter a aptidão de agir", de forma que vários tipos de capital, incluindo o humano, social, institucional, natural e econômico, devam ser mobilizados para tal.[12-13]

A conexão entre as pessoas e a natureza

A Estrutura de VCA se baseia no entendimento de que existe uma conexão inextricável entre a saúde do mundo natural e o bem viver das pessoas. Isso vai além do conceito de serviços ecossistêmicos (ou seja, as funções de provisão, regulação e suporte que o ambiente fornece às pessoas) rumo a uma visão holística integrada que incorpore os vários relacionamentos e ciclos de retroalimentação no sistema socioecológico[b] (figura 1).

No diagrama abaixo, o **caminho azul** é aquele em que as estratégias de conservação ambiental levam a mudanças na integridade do ecossistema—e em seguida nos serviços ecossistêmicos—o que então gera impacto no bem viver humano. Este é o caminho considerado como referência e mais frequentemente reconhecido entre as organizações conservacionistas. Outro caminho, também importante na conservação liderada pela comunidade, é o **caminho laranja** — os programas se envolvem em estratégias de conservação socialmente orientadas (ex.: capacitação, meios de subsistência sustentáveis etc.) que levam à mudança social e causam impacto direto tanto no bem viver humano como na integridade ecológica. Ao mesmo tempo, o bem viver das pessoas afeta sua aptidão, capacidade e vontade de se engajar em ações de administração, conforme descrito pelo **caminho verde**. E, por fim, em locais onde há uma ligação profunda com terras, águas e recursos, a percepção das pessoas sobre a saúde desses locais pode ter impacto direto em sua saúde e identidade (**caminho vermelho**).

Figura 1: *Diagrama da conexão entre as pessoas e a natureza* [14]

b. O sistema socioecológico refere-se à integração dos humanos na natureza e enfatiza a conexão entre o ambiente natural e os sistemas sociais que lidam com direitos de propriedade, sistemas de posse de recursos, sistemas de conhecimento pertinentes ao meio ambiente e recursos, e visões de mundo e ética sobre recursos e meio ambiente.[15]

Teoria narrativa da mudança

Nosso enfoque comum de apoio à autoridade e a capacidade da comunidade Indígena e local na gestão de recursos naturais e na tomada de decisões é a Estrutura de VCA. A Estrutura de VCA destina-se a situações em que o bem viver humano e os resultados ambientais são ligados e interdependentes, onde a liderança dos Povos Indígenas e das comunidades locais é essencial para alcançar objetivos compartilhados, onde os desequilíbrios de poder podem dificultar a obtenção de resultados positivos para as pessoas e a natureza, e onde os projetos podem ter um impacto significante nas comunidades locais.

Resultados positivos equitativos e duradouros para as pessoas e a natureza em geral requerem a presença dos quatro pilares e três elementos fundamentais da Estrutura de VCA, que são interdependentes e se reforçam mutuamente (figura 2). Os quatro pilares da estrutura (direitos, capacidade, tomada de decisão e subsistências) representam as características necessárias para uma conservação de sucesso liderada pela comunidade. Uma revisão e análise sistemática recente inclusive sugere que, quanto mais esses quatro pilares estiverem presentes, maior será a probabilidade de sucesso dos resultados ambientais e socioeconômicos conjuntos.[16] Os três elementos fundamentais (equidade, conhecimento e lugar, e durabilidade) representam condições propícias cruciais para a conservação duradoura liderada pela comunidade.

Devido à natureza interdependente da Estrutura de VCA, não é preciso estabelecer uma ordem específica para os pilares e elementos fundamentais. Todos os aspectos são necessários para a obtenção de resultados positivos duradouros para as pessoas e a natureza, e não raro vários aspectos são implementados de forma simultânea. Além disso, o que vai ditar os aspectos que devem ser priorizados em uma estratégia de programa será o contexto (ex.: competências comunitárias, instituições e políticas jurisdicionais, tipo de ecossistema, motores de mudança, história etc.) dado por uma análise minuciosa da situação,

Simbolismo da representação visual

A obra de arte se assemelha a uma **tartaruga**, que é uma criatura que prospera em todos os principais biomas. A tartaruga também é parte importante dos mitos de criação de muitos Povos Indígenas. A tela se assemelha a um **tambor**, simbolizando as batidas do coração do universo. Em muitas culturas Indígenas, o tambor é uma ferramenta sagrada que conecta o céu e a terra, ao mesmo tempo em que mantém o ritmo da ordem do mundo.

Os quatro (4) pilares são integrados na forma dos pés da tartaruga. A pegada **do urso** é símbolo de proteção, enquanto a aurora boreal ao seu redor simboliza as conexões eternas com nossos ancestrais. A **águia** é amplamente reconhecida como símbolo de liderança. O**fogo** simboliza um local de encontro e é cercado por chamas dançantes que simbolizam as pessoas interagindo em uníssono umas com as outras. Finalmente, o **sol** é um símbolo da vida eterna, e os raios de luz que emanam dele representam alegria, energia e vitalidade.

Os elementos fundamentais são integrados na forma de imagens representativas em três (3) regiões distintas no dorso da tartaruga. Essas regiões são separadas por símbolos de água conectados no meio por um **aro sagrado**. O aro sagrado, às vezes chamado de roda da medicina, é um lembrete de que tudo está relacionado e todas as coisas estão em um processo contínuo de crescimento e progressão.

A cabeça da tartaruga é construída usando elementos de água corrente, representando a jornada da vida. Por sua própria natureza, a cabeça representa sabedoria, enquanto o coração logo abaixo mostra conectividade com a essência e a alma.

Representação visual da Estrutura de VCA

"TODOS os pilares e elementos fundamentais são interligados, interdependentes, e igualmente necessários para produção de resultados positivos duradouros para as pessoas e a natureza"

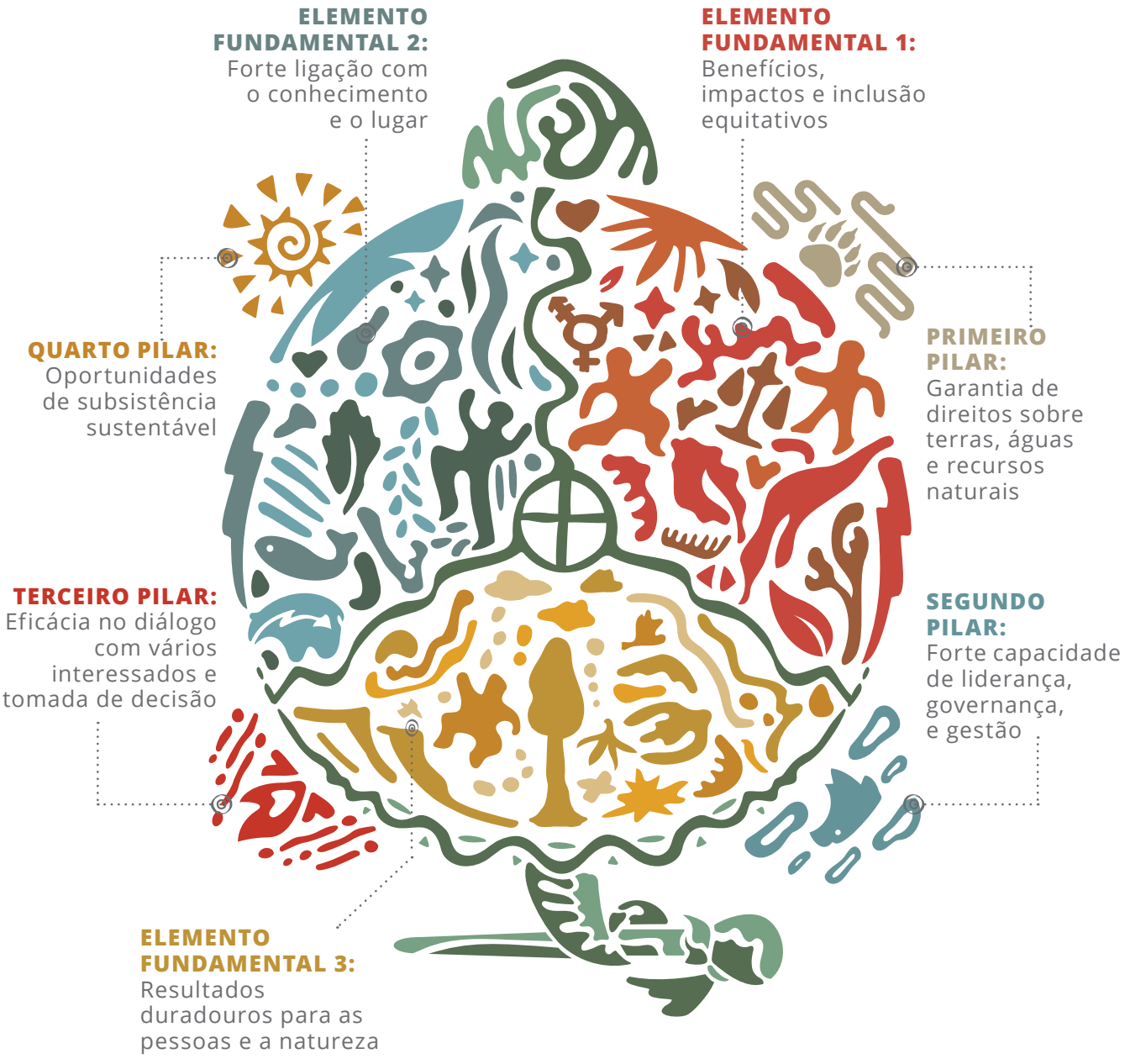


Figura 2: *Representação visual da Estrutura de VCA*

Pilares da Estrutura de VCA

PRIMEIRO PILAR

Garantia de direitos sobre terras, águas e recursos naturais

Refere-se tanto ao status legal real quanto à percepção dos Povos Indígenas e comunidades locais de que seus direitos sobre terras, águas e recursos serão defendidos por outros membros da sociedade, incluindo comunidades externas, entidades corporativas e o governo. Depende do tipo (ex.:propriedade, gestão, extração, uso ou acesso) e forma (ex.: comunitária, pública ou privada) dos direitos que se tem, e o reconhecimento e aplicação desses direitos por meio de leis e instituições tradicionais e formais. Quando os Povos Indígenas e as comunidades locais detêm direitos sobre terras, águas e recursos reconhecidos e respeitados pela sociedade e pelo governo, eles se tornam mais capazes de decidir sobre a forma mais conveniente de usar e administrar esses recursos. Isso pode, por sua vez, resultar em maior segurança comunitária e engajamento na gestão e uso sustentável de recursos naturais, em especial em situações em que a comunidade tenha forte ética de gestão, estruturas de governança robustas, liderança responsável e oportunidades econômicas intimamente ligadas à administração do meio ambiente e gestão sustentável dos recursos.

SEGUNDO PILAR

Forte capacidade de liderança, governança, e gestão

Refere-se às competências múltiplas dos Povos Indígenas e comunidades locais para tomar decisões sobre terras, águas e recursos; manter regras e processos claros e equitativos para a gestão dos recursos naturais; bem como habilidades, conhecimento e tecnologia para participar de fóruns, administrar negócios e finanças e gerenciar sistemas naturais. Quando os Povos Indígenas e as comunidades locais contam com indivíduos, líderes e instituições com competências fortes, se tornam mais capazes de levar à cabo a ação coletiva, a coesão comunitária e a governança efetiva necessária para o gerenciamento sustentável de recursos naturais, bem como responder a ameaças externas às terras, águas e recursos; perseguir, exercer e defender seus direitos; desenvolver oportunidades de subsistência sustentáveis e participar na tomada de decisões com impacto sobre terras, águas e recursos dos quais dependem.

TERCEIRO PILAR

Eficácia no diálogo com vários interessados e tomada de decisão.

Refere-se à capacidade dos Povos Indígenas e comunidades locais para organizar, participar, expressar pensamentos e conhecimentos e terem suas ideias e desejos aceitos em fóruns de múltiplos atores com interesse em terras, águas ou recursos. Esses fóruns podem ocorrer em escala local, regional, nacional ou internacional, podem se sobrepor em termos de mandato ou autoridade e podem visar troca de conhecimento, resolução de conflitos e/ou tomada de decisões. Quando os Povos Indígenas e as comunidades locais se engajam de forma efetiva e significativa no diálogo e na tomada de decisões com múltiplas partes interessadas, e são estabelecidas estruturas duradouras para manter esse envolvimento, as decisões de gestão de recursos naturais refletem melhor as diversas perspectivas de sustentabilidade, incorporam percepções únicas sobre gestão e resiliência e se beneficiam de uma compreensão sofisticada da interconexão das pessoas e da natureza. Além disso, os titulares de direitos das comunidades Indígenas e locais se beneficiam ao ganharem mais voz e visibilidade, uma posição de negociação mais forte para promover sua visão de prosperidade econômica e um nivelamento da dinâmica de poder.

QUARTO PILAR

Meio de subsistência sustentável Oportunidades

Refere-se à capacidade dos Povos Indígenas e comunidades locais de buscar oportunidades de subsistência alinhadas culturalmente (ex.: agregar valor ou estabilidade aos meios de subsistência, adotar novos meios de subsistência ou negócios reforçados pelo acesso a empréstimos, crédito e outros financiamentos, ou obter emprego ou compensação por boa administração) que estejam de acordo com sua visão de futuro e que lhes permitam prosperar no lugar. Quando os Povos Indígenas e as comunidades locais obtêm oportunidades de subsistência ambientalmente sustentáveis e alinhadas culturalmente, eles podem afirmar melhor seus interesses ambientais e econômicos, mantendo uma posição de negociação mais forte contra opções de desenvolvimento insustentáveis, degradantes ao meio ambiente e pouco compatíveis com seus valores culturais .

Elementos fundamentais da Estrutura de VCA

ELEMENTO FUNDAMENTAL 1

Benefícios, impactos e inclusão equitativos

Refere-se à capacidade dos Povos Indígenas, comunidades locais, e das identidades sociais que compõem tal comunidade, de se beneficiarem equitativamente de parcerias, maximizar impactos positivos e minimizar impactos negativos (em particular para identidades sociais vulneráveis ou sub-representadas) e alcançar uma participação equitativa nas tomadas de decisão, capacitações e oportunidades econômicas. Quando os Povos Indígenas, as comunidades locais, e as várias identidades intercruzadas que constituem as comunidades podem participar e se beneficiar equitativamente das iniciativas de conservação, as atividades de administração ficam fortalecidas pelas perspectivas e conhecimentos singulares dos diferentes membros da comunidade, o que amplia a longevidade das decisões e ações da comunidade, levando a melhores resultados tanto para as pessoas quanto para a natureza.

ELEMENTO FUNDAMENTAL 2

Forte ligação com o conhecimento e o lugar

Refere-se à existência, uso e transmissão constante do conhecimento baseado no lugar, língua, cultura, histórias e práticas tradicionais dos Povos Indígenas e das comunidades locais, fundamentais para o seu bem viver e base para o sucesso de sua governança, gestão e meios de subsistência dos recursos naturais. Quando os Povos Indígenas e as comunidades locais conseguem manter, reviver, fortalecer, usar e transferir seu conhecimento—não raro com raízes no tempo, cultura e lugar—se tornam mais capazes de focar as decisões de gestão de recursos naturais em princípios de reciprocidade e garantir que gerações futuras possam se beneficiar das maneiras tradicionais de saber e ser.

ELEMENTO FUNDAMENTAL 3

Resultados duradouros para as pessoas e a natureza

Refere-se às condições favoráveis externas que influenciam o sucesso a longo prazo da administração liderada pela comunidade, incluindo a existência de financiamento da conservação para bancar os custos operacionais e de gestão de longo prazo; um ambiente político favorável local, regional, nacional e internacional; e a disseminação da inovação por meio de redes e ampliação sem comprometimento de valores. Os esforços dos Povos Indígenas e comunidades locais para prosperar no lugar têm maior probabilidade de alcançar a sustentabilidade social, econômica e ambiental de longo prazo quando houver acesso a financiamento que cubra o custo total das atividades de gestão, além de instituições governamentais favoráveis que ampliem seus direitos coletivos e participação na formulação de políticas e a capacidade de atingir o impacto necessário por meio da expansão, replicação e disseminação de modelos bem-sucedidos de conservação liderada pela comunidade.

Monitoramento e avaliação da implementação da Estrutura de VCA

> Consulte a **"Ferramenta 1: Documento de orientação sobre as métricas da Estrutura de VCA"** que, como o próprio nome diz, serve para orientar o monitoramento dessa estrutura.

Desenvolvemos uma abordagem de monitoramento, avaliação e aprendizado (MEL) para ser usada por programas que implementam a Estrutura de VCA, e que inclui métricas comuns. Essas métricas permitem falar sobre os resultados programas e geografias com suporte em evidências, e assim construir uma base para estratégias de conservação socialmente orientadas, promover o aprendizado compartilhado e permitir a gestão adaptável. A abordagem visa encontrar um equilíbrio entre consistência e flexibilidade por meio de 10 medidas relacionadas a resultados e a capacidade de escolher em um menu de indicadores específicos do contexto para validá-las. Cinco das 10 métricas comuns se alinham diretamente com as métricas organizacionais da TNC (indicadas por um asterisco na tabela 1) e, portanto, oferecem uma oportunidade de aumentar a eficiência e o impacto dos esforços de monitoramento. A tabela 1 descreve as métricas comuns de VCA junto com o respectivo pilar de VCA ou elemento fundamental.

Tabela 1: *Métricas comuns de VCA.*

Pilar da Estrutura de VCA ou elemento fundamental	Métrica comum de VCA.
Garantir direitos sobre terras, águas e recursos naturais	*1) Número de pessoas com maior garantia de direitos sobre terras, águas ou recursos tradicionais
Forte capacidade de liderança, governança, e gestão	2) Número de pessoas com maior capacidade de governança 3) Número de pessoas com maior capacidade de gestão de recursos naturais
Eficácia no diálogo com vários interessados e tomada de decisão	*4) Número de pessoas com maior capacidade de participar significativamente na tomada de decisões sobre terras, águas ou recursos tradicionais
Oportunidades de subsistência sustentável	*5) Número de pessoas com maior oportunidade econômica sustentável e com base local
Benefícios, impactos e inclusão equitativos	Considerações de equidade sugeridas para cada métrica comum (consulte as seções individuais do **documento de orientação**)
Forte ligação com conhecimento e lugar	6) Número de pessoas com maior ligação com o conhecimento e o lugar
Terras, águas ou recursos tradicionais saudáveis e geridos de forma sustentável[c]	*7) Número de hectares de terra ou água/rio, km/km de litoral protegidos *8) Número de hectares de terra ou água/rio km/km de litoral sob gestão melhorada. 9) Número de hectares de terra ou águas/rio km/km de costa com melhor condição ecológica 10) Número de hectares de terra ou água/rio km/km litoral com melhoria da saúde de lugares ou espécies culturalmente importantes

**As medidas de VCA marcadas com um asterisco se alinham diretamente com as métricas organizacionais da TNC.*

c. Observe que, embora "terras, águas ou recursos tradicionais saudáveis e gerenciados de forma sustentável" não seja um pilar da Estrutura de VCA, é um resultado ambiental explícito da estrutura e está intimamente ligado ao bem viver humano Indígena e da comunidade local. Portanto, incluímos essas métricas para a compreensão dos resultados ambientais de nossas estratégias.

FERRAMENTA 1: GUIA—DOCUMENTO DE ORIENTAÇÃO SOBRE AS MÉTRICAS DA ESTRUTURA DE VCA

À medida que a Estrutura de VCA original ganhou força em todos os programas, os profissionais buscando monitorar os resultados gerados pela implementação dessa estrutura passaram a demandar orientações mais simples, comuns, adaptáveis e viáveis . O foco da estrutura está em estratégias socialmente orientadas com base na conexão entre as pessoas e a natureza, o que está cada vez mais apoiado em evidências. Portanto, esta orientação enfatiza o monitoramento de indicadores de bem viver humano que vão além do ambiente. A orientação tem o objetivo explícito de se vincular à **Agenda de Conservação Compartilhada (SCA)** e **à Conservation by Design 2.0**, e ajudar os programas que estão adotando a Estrutura de VCA a enviarem informações com monitoramento do seu progresso em resultados ambientais e de bem viver humano, subsidiando os esforços mais amplos da TNC.

Além disso, é possível acessar o **currículo individualizado de treinamento virtual sobre monitoramento, avaliação e aprendizado (MEL) da Estrutura de VCA** no site **conservationtraining.org**, com informações sobre desenvolvimento do plano de MEL .; ética, direitos humanos e equidade no MEL; planejamento de grupos focais e entrevistas com importantes informantes; planejamento de pesquisa social; ferramentas de coleta de dados e implementação; sistemas e processos de gestão de dados; e visualização e comunicação de dados. Para acesso ao currículo, contate **conservationtraining@tnc.org**.

Todas as ferramentas e recursos mencionados neste documento podem ser acessados em **www.tncvoicechoiceaction.org**

© BRIDGET BESAW

Compreensão das características dos recursos de água doce e suas implicações

A Estrutura de VCA foi concebida para ser aplicável em ecossistemas terrestres, de água doce e costeiros. Os recursos de água doce[d] têm certas características particulares, ausentes em ecossistemas terrestres ou costeiros. Para entender as nuances e aplicar com sucesso a estrutura, é essencial apreciar as características únicas dos recursos de água doce

Mobilidade: Os recursos de água doce são inerentemente móveis, gerando uma alta variabilidade nos fluxos e disponibilidade de recursos no espaço e no tempo, e aumentando a velocidade de distribuição dos impactos nos recursos. Além disso, devido a essa mobilidade, a conectividade é essencial para muitas espécies e processos. Como a disponibilidade muda com o tempo, a gestão dos recursos de água doce deve ser adaptável, pois pode ser caro disponibilizar os recursos de água doce de forma irrestrita, segundo a necessidade das pessoas.

Impactos na qualidade e quantidade: O estado dos recursos de água doce em um local reflete os efeitos acumulados de todos os usos da água e da terra a montante (incluindo agricultura, pecuária, manufatura, geração de eletricidade e transporte) bem como governança em jurisdições a montante, além de fatores climáticos e outros. Portanto, a disponibilidade e a qualidade da água para os usuários a jusante não estão garantidas, já que muitas vezes há intervalos de tempo muito curtos entre causa e efeito devido à alta mobilidade da água. Além disso, a abordagem para gestão de recursos de água doce pode diferir, a depender da localização na bacia hidrográfica

Dificuldade de observação: Muitas vezes é difícil observar e monitorar recursos de água doce (como no caso de águas subterrâneas, estoques migratórios de peixes). Isso cria desafios para compreendê-los com precisão, estabelecer limites sobre direitos e governança e oferecer aos usuários informações necessárias para sua gestão. A dificuldade fica ainda maior no contexto da mudança climática.

Externalidades: As externalidades—custos e benefícios não refletidos no preço cobrado por bens e serviços—moldam e influenciam a dinâmica de poder entre os usuários de recursos de água doce. A localização a montante oferece certas vantagens em relação à localização a jusante, e os desequilíbrios de poder atuam para mitigar ou reforçar essas dinâmicas. Este tem sido um problema em muitos sistemas hídricos transfronteiriços, onde usuários a montante desenvolveram infraestrutura e desviaram os recursos hídricos de afluentes ou rios, deixando os usuários a jusante com menos água e fluxos mais erráticos. Essas disputas ficam ainda mais intensas em tempos de escassez de água, como quando a população cresce demais, quando o clima muda, ou em casos de agitação civil.

Não substituível e essencial: A água doce é insubstituível—ela é necessária para toda a vida no planeta. Por se tratar de direito humano básico, é raro que pessoas tenham direitos de propriedade sobre a água. Os direitos mais relevantes associados à água doce são os direitos de acesso, extração e exclusão (a seção “garantia de direitos” expande o tema). A água é o motor de muitos setores econômicos (ex.: agricultura, produção de energia, manufatura) e, como tal, sua distribuição e gestão são não raro alvo de contendas.

---

d. Os ecossistemas de água doce incluem águas subterrâneas e nascentes, rios e córregos, lagos e lagoas e pântanos. O termo “recursos de água doce” implica a própria água como recurso, além dos organismos aquáticos que vivem dentro dela.

Estrutura de VCA: Compreensão e prática dos pilares e elementos fundamentais

Esta seção descreve o conhecimento e as evidências que servem de base para a Estrutura de VCA, sua aplicação prática e um pequeno conjunto de ferramentas e recursos selecionados como essenciais no apoio à sua implementação. Apresenta os quatro pilares, seguidos pelos três elementos fundamentais. Os ***pilares*** da estrutura (direitos, capacidade, tomada de decisão e subsistências) representam as características necessárias para uma conservação de sucesso liderada pela comunidade. Os ***elementos fundamentais*** (equidade, conhecimento e lugar, e durabilidade) indicam condições propícias cruciais para a conservação duradoura liderada pela comunidade. Cada seção trata de um pilar e um elemento fundamental e inclui subseções sobre "conhecimento, evidência e prática", "estudos de caso" e "ferramentas e recursos". Essas informações vêm da experiência dos profissionais de conservação e do programa; do conhecimento e experiência dos parceiros Indígenas e da comunidade local; de especialistas no assunto e da literatura científica. As citações e referências podem ser usadas para promover e defender uma abordagem estratégica comum com base em evidências e experiências para apoiar a autoridade e a capacidade da comunidade Indígena e local na gestão de recursos naturais e na tomada de decisões em benefício dos líderes, financiadores, organizações de pares e parceiros . As ferramentas e recursos destacados podem ser usados pelos profissional de conservação em qualquer estágio do desenvolvimento do projeto—desde o planejamento e a análise da situação até sua implementação, monitoramento, avaliação e aprendizagem.

As evidências usadas nas seções a seguir se baseiam muito na ciência ocidental. Reconhecemos que eles podem compartimentar e simplificar as complexas relações e dinâmicas entre pessoas e a natureza em lugares específicos que criam sistemas prósperos e dinâmicos muito singulares. Para muitas comunidades Indígenas e locais a sustentabilidade é resultado de modos de vida enraizados na responsabilidade humana pela manutenção do equilíbrio da vida,[17] o que vai contra a categorização característica da ciência ocidental. No contexto atual, reconhecemos que o trabalho de conservação liderado pela comunidade ainda existe, mesmo em sociedades onde o pensamento científico ocidental molda decisões e normas ambientais em níveis micro e macro. O sistema de conhecimento e ciência Indígenas, como qualquer outro, é completo em si mesmo.[18]Sua síntese com a ciência ocidental visa apoiar os profissionais de conservação que estão usando vários modelos de trabalho e conhecimento, expandindo o conhecimento aplicado à conservação na medida em que outras fontes além da prática e ensino científicos ocidentais estejam disponíveis. Esta seção visa ajudar pessoas que estão trabalhando nessa interseção, aproveitando as ferramentas do sistema de conhecimento ocidental junto com o Indígena, além de outros modos de conhecimento.

Além disso, a TNC tem compromisso com uma abordagem baseada em direitos humanos, apoiando os Povos Indígenas e as comunidades locais na proteção e exercício de seus direitos. Esse compromisso se reflete em nosso documento de **Visão, Valores, Código de Conduta** e abordagem fundamental para a conservação, incluindo esta Estrutura de VCA. Reconhecemos a importância especial do consentimento livre, prévio e informado. Respeitar e promover os direitos humanos dos Povos Indígenas e das comunidades locais é uma obrigação moral e uma condição favorável para a conservação sustentável e o bem viver humano. Para mais informações sobre nossa abordagem baseada em direitos, consulte o **Manual de Direitos Humanos da TNC** (também discutido na seção "Benefícios, impactos e inclusão equitativos").

Primeiro pilar

Garantia de direitos sobre terras, águas e recursos naturais

Conhecimento, evidência e prática

ASPECTOS ESSENCIAIS

- O reconhecimento formal de direitos pode ser importante em certos contextos, mas nem sempre indica que esses direitos serão garantidos. A garantia de posse é reforçada pelo tipo de direito de propriedade que se tem, pelo conhecimento das comunidades sobre seus direitos, sua capacidade de exercer esses direitos e o reconhecimento e respeito a esses direitos por parte de outros atores.

- A garantia de direitos pode ajudar a alinhar incentivos para o uso sustentável e gestão de terras, águas e recursos, permitindo que as comunidades—incluindo aquelas com fortes valores e conhecimento sobre administração e sustentabilidade—exerçam sua voz e agência nas decisões de gestão.

- Em geral, a garantia de posse está associada tanto ao bem viver humano como aos resultados ambientais, mas existem compensações. Nosso conhecimento sobre como a garantia de posse se conecta com outros fatores que definem o uso sustentável e a gestão de recursos ainda está em construção, indicando que é importante uma análise e monitoramento cuidadosos da situação.

- Em comparação com os direitos de terra, os direitos aos recursos costeiros e de água doce são complexos, evoluem constantemente e requerem considerações adicionais. Há características exclusivas desses recursos que contribuem diretamente para a complexidade dos direitos, governança e segurança. Os direitos de uso costumam ser mais comuns do que os direitos de controle nesses contextos.

TERMOS ESSENCIAIS

Direitos de propriedade—autoridade para realizar ações específicas relacionadas a um domínio específico. Os direitos de propriedade incluem acesso, extração, gestão, exclusão, alienação (ou seja, transferência de título), devido processo e compensação. Os direitos de propriedade são muitas vezes divididos entre direitos de uso (acesso, extração) e direitos de controle (gestão, propriedade, exclusão, alienação).[19]

Direitos coletivos—os Povos Indígenas têm direitos coletivos indispensáveis para sua existência, bem viver e desenvolvimento integral enquanto povos. Nesse sentido, os Estados reconhecem e respeitam o direito dos Povos Indígenas à ação coletiva; aos seus sistemas ou instituições jurídicas, sociais, políticas e econômicas; às suas próprias culturas; à profissão e prática de suas crenças espirituais; ao uso de suas próprias línguas e idiomas; e às suas terras, territórios e recursos. Os Estados promoverão, com a participação plena e efetiva dos Povos Indígenas, a coexistência harmoniosa dos direitos e sistemas de diferentes grupos populacionais e culturas.[20]

Forma de posse—determina quem pode usar quais recursos, por quanto tempo e sob quais condições.[21] Alguns exemplos incluem pública, privada, comunitária, coletiva, Indígena ou tradicional.[22]

Garantia de posse—a percepção ou crença do titular de direitos de que os direitos de propriedade serão mantidos pela sociedade—incluindo comunidades, governo e outros atores.[23] É resultado de uma interação entre a forma de posse, direitos de propriedade e instituições.

Direitos de propriedade

Consulte a **"Ferramenta 2: Titular de direitos de posse e mapeamento de partes interessadas"** para um modelo que visa auxiliar na identificação de titulares de direitos e partes interessadas em uma área, e também se a posse dos direitos é formal ou informal.

Os fatores que influenciam a garantia de posse de uma pessoa ou comunidade são complexos. Os direitos de propriedade ditam o tipo de ação que um titular de direitos pode realizar em relação a terras, águas ou recursos. Os direitos de propriedade incluem *direitos de uso*— acesso e extração—e *direitos de controle*— gestão, exclusão e o direito de subdividir ou vender[19, 24]—além do devido processo e compensação. O tipo de direito concedido às pessoas e comunidades pode diferir dentro de uma área e entre diferentes áreas. Por exemplo, uma comunidade pode ter pleno uso e direitos de controle sobre a terra de pastagem e pode permitir que comunidades vizinhas tenham acesso à terra durante certas épocas do ano ou durante a seca. Uma área de um lago pode ser de propriedade do governo e as comunidades que vivem ao longo do lago podem ter direitos de acesso e extração (ex.: pesca) durante o ano, exceto durante a época de desova. Uma área oceânica pode ser primariamente de acesso aberto, com direitos tradicionais de gestão reconhecidos e mantidos pelas comunidades locais e vizinhas, sendo que o acesso à área é liberado segundo a estação ou então os direitos de extração vigoram apenas para certas espécies.

É importante *ressaltar que não é suficiente manter os direitos*. É preciso que eles sejam reconhecidos e aplicados (ou seja, respeitados). Mesmo que os direitos de propriedade não sejam formalmente reconhecidos pelo governo (ou seja, direitos de fato), os indivíduos, famílias, comunidades, empresas e outras partes interessadas podem reconhecê-los e fazer com que valham de maneira informal. No âmbito formal, o governo pode fornecer documentação e dar reconhecimento legal ao titular de direitos (ou seja, direitos de jure). Dependendo do contexto, pode ser que a comunidade precise de reconhecimento e cumprimento formais e informais. Em outros casos o reconhecimento informal pode ser temporariamente suficiente para a garantia de posse. Em última análise, os direitos formais se fazem necessários a depender de se o governo ou outros atores apoiam ou contestam o sistema vigente. A interação entre o reconhecimento formal e informal e a aplicação dos direitos de propriedade é fundamental para determinar a garantia de posse.

Garantia de posse

> Consulte a **"Ferramenta 3: Avaliação de garantia de posse"** para um diagnóstico que ajude a entender como a garantia de posse opera em um contexto específico, e como ela pode se beneficiar da parceria com Povos Indígenas e comunidades locais.

A garantia de posse se dá quando um titular de direitos tem a crença ou percepção de que seus direitos de propriedade serão defendidos pela sociedade, incluindo comunidades, governo e outros atores.[23,25-26] Em última análise, é uma visão subjetiva sobre os direitos às terras, águas, e recursos, e é a interação dos direitos de propriedade e as instituições formais e informais que ditam seu uso e acesso. Assim, é possível ter garantia de posse sem título formal—como mencionado acima, se não houver contestação, as pessoas podem se sentir muito seguras em relação a seu direito sobre terras tradicionalmente ocupadas. Existem poucos casos em que indivíduos e comunidades detêm a propriedade legal da água, mas os usuários de água em geral sentem que têm segurança quanto ao seu acesso e uso. A garantia de posse se torna importante porque a percepção de segurança sobre terras, águas e recursos é essencial nas decisões sobre como usar e gerenciar propriedades. Por exemplo, se um titular de direitos perceber que tem direitos precários, talvez não chegue a investir a longo prazo (ex.: gerenciar sua extração de madeira de forma sustentável, investir em práticas de conservação do solo e da água) porque os eventuais benefícios dessas decisões demorariam anos e não há garantia de que tais direitos estariam assegurados quando isso ocorra. Por outro lado, um titular de direitos com posse garantida pode ter maior certeza sobre o retorno de investimentos ou de decisões sobre o uso de recursos, pois há pouca preocupação com invasão, conflito ou outras ações que resultariam na perda de uso ou controle sobre as terras, águas ou recursos. Ou seja, quanto mais seguras as comunidades estiverem sobre sua posse, é mais provável que desenvolvam de fato um uso e gerenciamento sustentáveis.[27-30]

Tabela 2 : *exemplos ilustrativos de problemas comuns relativos à garantia de posse e ações que podem ser adotadas para resolvê-los.*[27] *É necessário uma avaliação de risco completa para entender possíveis consequências não intencionais decorrentes de ações de garantia de posse (como aumento de conflitos ou retaliação), pois os direitos podem ser controversos. Em última análise, a adequação (e probabilidade de sucesso ou fracasso) de qualquer estratégia para fortalecer a garantia de posse dependerá do contexto, fonte, fatores de insegurança e condições favoráveis. Consulte a ferramenta 3 para mais informações.*

A questão da garantia de posse	Exemplos de atividades para fortalecer a garantia de posse
As comunidades detêm direitos informais ou tradicionais, que não são, contudo, reconhecidos ou defendidos pelo governo ou outros atores	Suporte ao mapeamento e planejamento, assistência jurídica para navegar pelos sistemas legais e burocráticos, juntamente com a capacitação para exercer direitos e buscar apoio do governo para reconhecer e fazer cumprir os direitos da comunidade
As comunidades detêm direitos formais, mas os desconhecem	Campanhas de conscientização, aliadas à capacitação para exercer os direitos
As comunidades detêm e estão cientes dos direitos formais, mas não sabem como exercê-los	Assistência jurídica para navegar pelos sistemas jurídicos e burocráticos, aliada à capacitação para exercer os direitos
Múltiplos atores exercendo direitos ou reivindicações formais e informais sobre as mesmas terras, águas ou recursos	Facilitar a resolução de conflitos entre os titulares de direitos, assistência jurídica para esclarecer direitos e buscar apoio do governo na aplicação dos direitos da comunidade
Existem instrumentos legais para que as comunidades busquem direitos formais, mas elas não possuem direitos formais	Suporte ao mapeamento e planejamento, assistência jurídica para navegar pelos sistemas legais e burocráticos, juntamente com a capacitação para exercer direitos
Não existem instrumentos legais para as comunidades buscarem direitos formais	Defesa de políticas em apoio à reforma regulatória

Forma de posse

A forma de posse determina quem pode usar quais recursos, por quanto tempo e sob quais condições.[21] Por exemplo, pode haver restrições ou limitações nos direitos de propriedade com impacto sobre recursos específicos a que esses direitos se aplicam (ex.: direitos de gerenciar uma espécie mas não outra), e por quanto tempo esses direitos são aplicáveis (ex.: direitos mantidos até que sejam transferidos, em oposição ao arrendamento por tempo limitado). Ao determinar o nível de segurança dos direitos é preciso que isso seja considerado. Por exemplo, se uma comunidade detém direitos de uso e controle de uma floresta por 20 anos, mas os direitos do subsolo foram arrendados para uma empresa em uma área rica em minerais, provavelmente as comunidades se sintam inseguras em seus direitos.

Nos contextos de residência dos Povos Indígenas e comunidades locais pode haver garantias de posse que ocorram em forma mista de posse pública, privada, comunitária, Indígena coletiva e/ou por tradição. Nos casos em que os Povos Indígenas foram destituídos de posse comunitária ou coletiva, muitas vezes trabalhamos em parceria para restaurá-la (ex.: repatriação de terras, águas ou recursos privados para posse comunitária ou coletiva; defesa de política para a criação de território Indígena demarcado) ou restaurar e apoiar a autoridade da comunidade Indígena e local. Nas formas de posse pública, comunitária e coletiva, os recursos são muitas vezes de uso comum—que é quando muitos têm direitos de uso (ou seja, acesso e extração) sem poder excluir usuários facilmente (ex.: zonas costeiras de pesca, florestas, pastagens e aquíferos). Nesses casos, se o contexto permitir, pode ser importante esclarecer quem ou o que determina os direitos de controle (em especial os direitos de gestão e exclusão) e fortalecer os sistemas de governança de fundo comum (abordados na próxima seção), particularmente na ausência de uma forte ética de administração ou na presença de diversos conjuntos de atores ou fatores econômicos relevantes.

Evidências emergentes

Fortalecer a garantia de posse pode levar a benefícios gerais positivos segundo uma lógica clara: reduzir a incerteza, definir com clareza quem tem voz nas decisões de uso e gestão, identificar quem se beneficiará das terras, águas e recursos e desbloqueio de capital (ex.: fornecer acesso ao crédito e capacitar os titulares de direitos a participar das decisões).[31-34] Contudo, no geral as evidências indicam que o fortalecimento da garantia de posse é mais associado aos resultados de bem viver humano do que aos resultados ambientais, e revisões sistemáticas recentes oferecem evidência inconsistente em relação a resultados ambientais em biomas, populações, países e outros fatores.[27] Há casos de programas de titulação de cima para baixo que geraram resultados indesejáveis como aumento de conflito e de insegurança de posse por terem ignorado ou sido incongruentes com as instituições tradicionais e os sistemas de governança de recursos naturais.[35]

Para evitar consequências não intencionais é necessário um monitoramento cuidadoso, pois ainda não há evidências sólidas de que o fortalecimento da garantia de posse leve a resultados positivos para o bem viver humano e ambiental. O fortalecimento da garantia de posse pode aumentar os incentivos para investimentos de longo prazo na terra, contudo, isso pode gerar mais investimentos na agricultura ou infraestrutura do que na gestão ou proteção sustentável da terra.[27] Por outro lado, comunidades com maior garantia de posse podem reduzir o desmatamento incentivando os mesmos benefícios por outros meios, como o pagamento por serviços ecossistêmicos.[36] Para sistemas aquáticos, a posse segura—a clareza sobre quem e

quando se detêm direitos sobre águas ou organismos aquáticos—pode preparar a negociação da extração e acordos de uso, e definir como os titulares de direitos irão monitorar e fazer cumprir esses acordos.[37] Nas áreas costeiras, o estabelecimento de sistemas de gestão baseados em direitos para zonas pesqueiras pode levar a impactos positivos nos estoques de pesca e resultados sociais e econômicos variáveis. No entanto, pode ser que isso não seja suficiente para abordar impactos mais amplos da pesca, como, por exemplo, no caso de espécies protegidas ou não visadas, bem como no ecossistema circundante.[38-39]

Considerações especiais sobre direitos em contextos de água doce e costeira

Os recursos de água doce, por causa de sua natureza fluida, são menos propensos a tornarem-se "propriedade" como ocorre com terras ou outros recursos. É mais necessário ver quem são os titulares de diferentes "pacotes de direitos" (que muitas vezes coincidem), incluindo direitos de uso e de controle, e entender como os direitos à água estão ligados aos da terra. Por exemplo, para muitos recursos de água doce, a escala de direitos e gestão de recursos não corresponde à escala ecológica dos sistemas (ex.:os rios muitas vezes cruzam várias fronteiras políticas). Além disso, mesmo que uma comunidade tenha direitos de uso ou gestão de um recurso de água doce, se ele vier a se esgotar a montante, ela não poderá exercê-lo. Por isso, é fundamental avaliar com cuidado como a água doce e os recursos costeiros podem gerar desafios ou oportunidades para a garantia de posse, bem como várias ameaças derivadas das características específicas de determinado recurso natural. Os direitos por si só não garantem a capacidade de usar ou se beneficiar dos recursos hídricos e costeiros. Muitos corpos d'água foram alocados além de sua capacidade, de modo que os direitos excedem os recursos disponíveis (ex.: direitos de extração de água doce, direitos de pesca costeira). No contexto da água doce, isso fica mais evidente durante os anos de seca. Da mesma forma, muitos corpos d'água estão contaminados, inutilizando os recursos disponíveis para alguns fins. Para isso, é importante levar em conta a dinâmica de poder entre os usuários de recursos hídricos e costeiros, pois os desequilíbrios podem impedir que determinados grupos façam valer seus direitos.

© RON GEATZ/TNC

© JORGEN HOG

Estudos de caso

Garantindo direitos a territórios e recursos na Tanzânia

As áreas de pastagem do norte da Tanzânia se estendem por 3,2 milhões de hectares e incluem alguns dos locais de migração de vida selvagem mais importantes da África, incluindo o Serengeti e a cratera de Ngorongoro, e são o lar dos pastores Maasai e os Hadzabe e Akie, alguns dos últimos povos caçadores-coletores remanescentes no planeta. A densidade populacional quase triplicou nesta região nos últimos 40 anos, levando à competição entre os usos da terra (principalmente agricultura e pastagem), ameaçando os modos de vida de pastores e caçadores-coletores, bem como a vida selvagem que depende dessas terras para pastoreio e migração. As aldeias locais têm o direito de subdividir as suas terras,concedendo-a oficialmente a um indivíduo, que pode subdividi-la de novo entre seus filhos. Esta lei favorece a propriedade local e individual. Além disso, o governo central da Tanzânia tem autoridade significativa e pode expropriar terras para grandes fazendas comerciais se a vila não possuir título oficial (propriedade) por meio de um Documento de Comprovação de Posse Tradicional (CCRO).

A TNC na África está trabalhando com comunidades e parceiros para garantir a posse legal e direitos de gestão para comunidades de pastores e caçadores-coletores por meio de concessões de CCRO comunitário. Essa ferramenta legal—encabeçada pelo Fundo de Recursos da Comunidade Ujamaa e fazendo uso de designações de CCRO previamente existentes para indivíduos—permite que as comunidades possuam e gerenciem terras tradicionais e se beneficiem de empreendimentos com base em recursos naturais, como o ecoturismo e créditos de carbono. O CCRO comunitário oferece um nível maior de proteção para recursos de uso comum, o que é útil para gerenciamento a longo prazo e acesso aprimorado, garantido e contínuo à pastagem.

Ao expandir este modelo pelas áreas de pastagem da Tanzânia, o resultado tem sido mais igualdade de acesso e de propriedade, bem como maior segurança a longo prazo em relação aos direitos comunitários à terra para a pecuária pastoril e sistemas de gestão da terra. Quando os corredores transnacionais de pastagem ficam abertos, o gado e a vida selvagem se tornam mais saudáveis, o que reduz o conflito entre aldeias e pode aumentar sua receita por meio de oportunidades de subsistência sustentáveis. O próprio mecanismo de posse está

LEGENDA DO ÍCONE
Biomas da Estrutura de VCA
TERRESTRE **ÁGUA FRESCA** **COSTEIRO**

ligado à gestão sustentável da terra por meio da exigência dos chamados Planos de Uso das Terras das Aldeias e oferece uma base para a negociação com o governo e os operadores turísticos. Embora existam alguns casos de invasão de propriedades, a decisão dos tribunais têm sido em favor do CCRO e dos direitos de uso. Nos últimos nove anos, cerca de 2 milhões de hectares foram postos sob os Planos de Uso das Terras das Aldeias (o primeiro passo para obter uma designação CCRO). No total, cerca de 1,7 milhão de hectares de pastagens foram protegidos por meio de 80 CCROs além de duas Áreas de Manejo de Vida Selvagem (áreas de terras comunitárias reservadas pelos membros das aldeias para habitat exclusivo de vida selvagem), com previsão de mais CCROs cobrindo uma área de aproximadamente 150.000 hectares até junho de 2022. O sucesso dos CCROs demonstra um caminho para prevenção da conversão de terras que poderia levar a perda de áreas de pastagem.

No entanto, ainda há muitos desafios. Mesmo após a demarcação dos planos de uso da terra e a formação dos CCROs, houve sobrepastoreio nos CCROs. O programa de gestão holística de pastoreio da TNC visa promover as melhores abordagens de pastoreio nos CCROs, como pastagem rotativa, sistemas de bloqueio e pastoreio agrupado que podem reduzir a pressão de pastoreio nas terras dos CCROs. O programa também ajudará a garantir acordos de pastagem entre aldeias que buscam conectar os CCROs com outras áreas de pastagem. Embora os CCROs sejam cada vez mais reconhecidos como legítimos pelas partes interessadas locais, há ainda desafios de governança bem como a necessidade de garantir igual respeito a todos os CCROs.

Lidando com a escassez de água segundo os direitos Indígenas na Bacia do Rio Colorado

A Bacia do Rio Colorado é uma das paisagens mais simbólicas dos Estados Unidos: lar do Grand Canyon e de diversos grupos de administradores tradicionais e tribais. Além de ser o lar de muitas culturas, comunidades e interesses econômicos, a bacia acomoda uma ampla variedade de ecossistemas terrestres e de água doce onde vigora enorme biodiversidade. Por milhares de anos, a água do rio Colorado e seus afluentes tem sido fonte de vida para os Povos Indígenas locais, e é essencial para seu bem-estar cultural e econômico. A tomada de terras e águas pelos colonos alterou drasticamente a capacidade dos Povos Indígenas de continuar a habitar, usar e cuidar dos rios e terras nesta área. Os Povos Indígenas se viram privados de acesso a terras, águas, alimento e outros recursos naturais da Bacia pelo genocídio, remoção de terras ancestrais, tratados não cumpridos e uma série de leis e políticas federais destinadas a assimilar e a minar o controle tribal sobre tais recursos. Além disso, a construção do extenso sistema de infraestrutura hídrica de barragens, canais e reservatórios degradou ainda mais o ambiente natural e negligenciou em grande parte as necessidades de água dos Povos Indígenas, que foram forçados à agricultura e pecuária não Indígenas e à vida em reservas áridas.

Com mais de 40 milhões de pessoas dependendo de sua água para agricultura e necessidades domésticas, o rio Colorado é fortemente controlado, e um conjunto complexo de regras e leis dita a gestão e o uso da água pelas partes interessadas ao longo da Bacia. Há precedente legal que confere aos Povos Indígenas na Bacia direitos substanciais [e] prioritários sobre a água. Contudo, os principais fóruns e processos de tomada de decisão relacionados à água ainda não reconheceram o suficiente a função da gestão tribal da água e dos recursos naturais. Atualmente, 22 dos 30 Povos Indígenas da Bacia têm direitos quantificados à água em pelo menos um dos

e. A alocação e uso de água por entidades não federais em muitos estados do Oeste dos EUA é regida pela Doutrina de Apropriação Prévia, por meio da qual a primeira entidade a apropriar-se de uma quantidade de água de uma fonte para uso benéfico adquire o direito ao seu uso futuro sobre os outros usuários. Os direitos de água reservados em esfera federal, incluindo aqueles em nome dos Povos Indígenas, estão vinculados à reserva federal de terras dos Estados Unidos e em geral têm uma data prioritária vinculada à data da reserva federal de terras. Por causa disso, os direitos de água tribais no oeste dos EUA são frequentemente administrados com uma data antiga de prioridade sênior.

estados onde estão suas reservas e controlam cerca de 3,5 bilhões de metros cúbicos de água por ano: cerca de 20% da água da Bacia. Espera-se que esse valor aumente à medida que os Povos Indígenas com reivindicações remanescentes em alguns estados da bacia quantifiquem seus direitos à água. Desses direitos sobre a água, grande parte é ainda incipiente (ou seja, não exercida ou usada), mas quando se desenvolver é provável que cause ruptura nos modos de uso atuais.[f] Apesar da quantidade da água das tribos, muitos atores poderosos (ex.: autoridades federais e governos estaduais, grandes usuários, incluindo municípios e empresas agrícolas) impediram a participação voluntária das tribos em negociações de políticas e frustraram de forma intencional e sistemática os esforços dos Povos Indígenas para proteger e desenvolver seus direitos no setor. Em 2019, os negociadores estaduais e federais não estavam dispostos a olhar com atenção para função da água das tribos ao avaliar riscos e soluções para escassez, e excluíram os Povos Indígenas da participação significativa na criação de programas para reduzir o risco de escassez de água. Essa exclusão gerou soluções que não reconhecem nem respeitam tratados e outros direitos dos Povos Indígenas. Perdeu-se, portanto, a oportunidade de trabalhar com eles para mobilizar a água das tribos no enfrentamento dos desafios socioeconômicos e ambientais da Bacia. Esses processos políticos também estão deixando passar uma oportunidade crucial de integrar as perspectivas Indígenas sobre administração de recursos—incluindo suas conexões culturais e espirituais com as terras e águas da Bacia—para moldar o futuro desse rio sagrado compartilhado por todos.

O Programa Rio Colorado da TNC funciona em todos os sete estados da Bacia nos Estados Unidos (Wyoming, Colorado, Utah, Novo México, Arizona, Nevada e Califórnia), no México, e também na escala da Bacia. Três estratégias são enfocadas: trabalhar para equilibrar as necessidades de água entre os diversos usuários (incluindo a natureza), melhorar a infraestrutura hídrica e operar para aprimorar os fluxos ambientais e promover a Iniciativa Nativa de Gestão das Águas. Por meio da Iniciativa Nativa de Gestão das Águas, estamos trabalhando com os Povos Indígenas para promover seus interesses e seu posicionamento e capacitá-los para enfrentar desafios socioeconômicos e ambientais prementes, elevando as vozes nativas em discussões políticas que são cruciais para apoiar sua administração da Bacia, bem como criando no local projetos inovadores de conservação de água doce que apoiem soluções mais equitativas e duradouras para as pessoas e a natureza. Por exemplo, no processo de renegociação das **Diretrizes Provisórias do Rio Colorado para Escassez na Bacia Inferior e Operações Coordenadas para os Lagos Power e Mead**, a TNC foi convidada a trabalhar com povos Indígenas e organizações que operam em várias tribos para entender e promover seus objetivos, como, por exemplo, garantir que as próximas diretrizes reflitam uma compreensão abrangente dos direitos tribais à água.

O engajamento de Povos Indígenas na bacia do rio Colorado está mudando a abordagem da TNC em relação à escassez de água. Nossa abordagem inicial está revelando oportunidades promissoras tanto para projetos como para políticas para lidar com a escassez de água e com as necessidades ambientais na Bacia. Isso também exige que comecemos a considerar em nosso trabalho algumas das implicações cruciais da equidade e dos direitos humanos para os Povos Indígenas, incluindo a necessidade de processos de reconciliação que abordem a privação de recursos no passado e o reconhecimento da função do setor de conservação nessa história. Temos o compromisso de criar soluções que não desfavoreçam ainda mais as comunidades vulneráveis e que, em vez disso, construam parcerias para ampliar a força e o poder dessas comunidades na criação conjunta de soluções e projetos mutuamente benéficos.

f. Isso se deve tanto à data de prioridade sênior das reivindicações de direitos tradicionais/originários federais reservados quanto a vários artigos nos pactos da Bacia do Rio Colorado que afirmam que os direitos tribais não estão sujeitos a pactos.

© MWANGI KIRUBI

Direitos comunitários na zona costeira de pesca do Quênia

Situada no extremo norte da costa do Quênia, a paisagem marinha de Lamu-Tana abriga recursos costeiros ricos e diversificados, incluindo mais de 66% dos manguezais e algumas das maiores densidades de baleias e crustáceos costeiros do Quênia, além de uma mistura única de espécies de peixes do Golfo Pérsico e da África Oriental. Essa região também tem corais raros e endêmicos, peixes ameaçados de extinção, tartarugas marinhas, tubarões costeiros e um número muito pequeno de vacas marinhas. Os meios de subsistência das comunidades costeiras na área dependem desses recursos naturais e, com poucas alternativas de emprego, a pressão e a sobre-exploração estão aumentando. O desenvolvimento e o acesso aos mercados na área é restrito devido à distância e os conflitos que estão ocorrendo, e os meios de subsistência e recursos na área estão em risco.[40]

Para ampliar a propriedade local e a gestão desses recursos, a TNC, junto com a Northern Rangelands Trust (NRT) e outros parceiros, estão apoiando as comunidades na sua busca pela garantia de direitos de cogestão em várias jurisdições e na gestão de recursos naturais segundo uma abordagem holística de gestão de recursos para os ecossistemas das áreas costeiras. O modelo de "conservação comunitária", regulamentado pela Lei de Conservação e Gerenciamento da Vida Selvagem (2013), tem sido amplamente aplicado para a gestão comunitária de áreas terrestres. Com o apoio e orientação técnica da NRT e da TNC, esta abordagem foi adotada para comunidades costeiras e áreas marinhas na paisagem marinha de Lamu-Tana, conectando várias aldeias, zonas de pesca e habitats sob um abrangente Plano de Desenvolvimento da Conservação. Este plano incorpora importantes diretrizes de projeto necessárias para a conservação costeira eficaz.

Quatro unidades de conservação da comunidades costeiras—Kiunga, Awer, Pate e o Delta do Baixo Tana—foram estabelecidas e, dentro delas, várias instituições de gestão de recursos comunitários devem ser autorizadas para que a conservação e as comunidades tenha poderes legais na gestão de toda a gama de recursos costeiros, dadas as várias leis e jurisdições em vigor. As unidades de cogestão geridas pela comunidade, denominadas Unidades de Gestão de Praias (BMUs), são responsáveis pela gestão do uso e acesso à pesca artesanal. As BMUs são apoiadas por uma estrutura legal dentro das Regulamentações das Zonas de Pesca do Quênia

(2007), e destinam-se a reunir grupos de usuários de recursos e órgãos governamentais para compartilhar responsabilidades de gestão e conservação das zonas de pesca. Dentro das quatro unidades de conservação da comunidade, 21 BMUs de pesca foram estabelecidas e realizou-se treinamento em liderança, cogestão de zonas de pesca e gestão financeira. Cada BMU submeteu seus estatutos aos governos jurisdicionais para revisão e recebeu um novo certificado de registro de BMU, empoderando efetivamente as comunidades em seu controle sobre os recursos de suas zonas de pesca. O estabelecimento da unidade de conservação e as BMUs associadas permitiram que a Conservação Marinha Comunitária da Ilha Pate (um tipo de área marinha gerida localmente) criasse fechamentos da coleta de polvo levando ao aumento da participação das mulheres nas atividades de conservação, aumento da captura e do tamanho do polvo, melhor preço de mercado, aumento da população de outros peixes e melhoria das condições do habitat.

As visitas de intercâmbio de aprendizado entre as comunidades de Pate, Kiunga e do delta baixo do Tana inspiraram a conservação comunitária de Kiunga a implementar fechamentos de coleta semelhantes em suas áreas de pesca dentro da Reserva Marinha Nacional de Kiunga (KMNR). A proteção e conservação marinha são geridas pelo Serviço de Vida Selvagem do Quênia (KWS) na forma de parques marinhos, zonas de proibição reforçada de pesca, protegendo as principais áreas pesqueiras e reservas marinhas onde a pesca de subsistência artesanal é permitida e pouco reforçada. Por causa da designação de Kiunga como reserva marinha, foi necessário um processo formal mais complicado e aprovação em nível nacional para garantir a autoridade de gestão da comunidade sob o KWS. Isso incluiu a realização de reuniões de capacitação e conscientização comunitária, vila por vila, para estabelecer fechamentos temporários da coleta de polvo, bem como a mudança do nome da conservação para Associação da Vida Selvagem da Comunidade de Kiunga (KICOWA) para operar dentro de uma área reservada. Também incluiu a apresentação de uma carta ao KWS sobre a decisão comunitária de realizar fechamentos temporários da coleta de polvo na KMNR. Após a conclusão deste processo, a KICOWA estabeleceu com sucesso dois fechamentos temporários da pesca de polvo em março de 2021, que foram os primeiros concluídos dentro de uma reserva marinha nacional, um desenvolvimento importante na integração de uma abordagem mais baseada na comunidade na gestão das áreas marinhas protegidas do Quênia.

Para alcançar uma gestão eficaz dos ecossistemas costeiros no norte do Quênia é preciso um alinhamento complexo das leis e instituições vinculadas a cada recurso e designação de posse. O trabalho da TNC e dos parceiros locais concentrou-se no fortalecimento da governança, apoiando as comunidades no estabelecimento e na contratação das instituições necessárias para gerenciamento dos recursos naturais de forma colaborativa, permitindo o desenvolvimento de sinergias entre as várias instituições de conservação lideradas pela comunidade.

Ferramentas e recursos

FERRAMENTA 2: MODELO—MAPEAMENTO DE TITULARES DE DIREITOS E PARTES INTERESSADAS

Como a posse (ou não) de direitos sobre terras, águas e recursos é fundamental para a compreensão do contexto local, é importante realizar um exercício de compreensão sobre a posse de determinado recurso, o conjunto de atores com direito ou participação nesse recurso, o tipo de reconhecimento de que eles desfrutam e os direitos ou reivindicações conflitantes. Este modelo pode ser usado durante a análise situacional de documentação da informação por meio de consultas a instrumentos de política local, regional e nacional, ao departamento de recursos naturais (ou instituições governamentais similares) e à comunidade ou sua instituição representativa. Após esse exercício vem a "**Ferramenta 3: avaliação da garantia da posse**" para determinar a segurança dos direitos e as atividades apropriadas para tratar das fontes de insegurança.

FERRAMENTA 3: DIAGNÓSTICO—AVALIAÇÃO DE GARANTIA DE POSSE

A garantia de posse é um tópico complexo e requer considerações de múltipla interseção e influência. Na **"Ferramenta 2: Titular de direitos de posse e mapeamento de partes interessadas",** determinamos a forma de posse de um recurso, o conjunto de atores com direito ou participação, o tipo de reconhecimento que possuem e os direitos ou reivindicações potencialmente coincidentes. Usando essas informações, identificamos potenciais fontes de insegurança de posse enfrentadas por Povos Indígenas e comunidades locais e quais ações as organizações de conservação podem realizar em parceria com Povos Indígenas e comunidades locais para fortalecer a garantia de posse. Essas informações devem ser discutidas com a comunidade ou suas instituições representativas durante a análise da situação, usando entrevistas com importantes informantes e discussões de grupos focais.

Observe que é preciso* ***uma avaliação completa de risco* *para entender as possíveis consequências não intencionais (ex.: aumento de conflito ou retaliação) de ações de mitigação, pois os direitos podem ser controversos. Em última análise, a adequação (e probabilidade de sucesso ou fracasso) de qualquer estratégia para fortalecer a* garantia de posse dependerá do contexto, fonte e de fatores de insegurança bem como das condições favoráveis.

Segundo pilar

Forte capacidade de liderança, governança, e gestão

Conhecimento, evidência e prática

ASPECTOS ESSENCIAIS

- Uma forte capacidade é fundamental para que a comunidade possa agir coletivamente, governar efetivamente e gerenciar de forma sustentável os recursos naturais, bem como para a defesa de seus direitos ao território e aos recursos, afirmação da autoridade da sua decisão, negociação com outras partes interessadas e/ou titulares de direitos, acesso e gerenciamento de fundos e apoio externo e busca de oportunidades econômicas autodeterminadas e culturalmente alinhadas.

- As estratégias de capacitação empregam uma ampla gama de atividades que visam diferentes tipos de capital— incluindo humano, social, institucional, sistêmico, natural e econômico—que precisam ser adaptados aos níveis atuais de capacidade e necessidades da comunidade.

- É importante sempre que possível trabalhar com os líderes escolhidos pela comunidade e dentro de seus sistemas de conhecimento e instituições, e ao mesmo tempo contar com disposições especiais para que identidades sociais vulneráveis ou sub-representadas (ex.: mulheres, jovens, setores economicamente desfavorecidos ou oprimidos, minorias étnicas etc.) participem da definição das regras e regulamentos que as regem.

- As comunidades podem ser muito bem sucedidas na administração de recursos de uso comum e as próprias comunidades e recursos em geral têm várias características compartilhadas (mais informações sobre essas características adiante).

TERMOS ESSENCIAIS

Capacidade é um conceito multifacetado em geral descrito como "ter a aptidão de agir". Para isso, vários tipos de capital, incluindo humano, social, institucional, natural e econômico, devem ser aproveitados.[12-13]

Ação coletiva—uma ação realizada por um grupo para atingir um objetivo comum.[41-44]

Recursos de uso comum—qualquer bem material que sofra diminuição em quantidade ou qualidade pelo uso (ou seja, possa ser subtraído), que seja caro ou de difícil exclusão de outros usuários.[45]

Governança—no contexto da gestão de recursos naturais, refere-se às normas, instituições e processos que determinam como o poder e as responsabilidades sobre os recursos naturais são exercidos, como as decisões são tomadas e como as pessoas participam e se beneficiam da gestão de tais recursos.

Conhecimento Indígena—um corpo cumulativo de conhecimentos, práticas e crenças, de natureza evolutiva, governado por processos adaptativos e passado de geração em geração por transmissão cultural, sobre a relação mútua dos seres vivos (incluindo humanos) e deles com seu ambiente.[46] Esse conceito às vezes é chamado de "conhecimento local" por aqueles que não se identificam como Povos Indígenas.

Instituições—as regras e/ou organizações que estruturam a interação política, econômica e social. Elas consistem em regras informais (ex.: sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) e regras formais (ex.: constituições, leis, direitos de propriedade).[47]

Coesão social—uma forma de capital social que influencia a ação coletiva; uma propriedade de um grupo que descreve o nível de conexão e solidariedade de seus membros que, quando forte, pode fomentar um sentimento de pertencimento e experiência compartilhada, estabelecendo uma base importante para a cooperação.

Tipos de capacidade, capacitação e resultados ambientais

A gestão de recursos naturais liderada pela comunidade é um processo social complexo que requer ação coletiva e governança efetiva de recursos de uso comum, e é apoiada por investimentos em diferentes tipos de capital (ou seja, ativos—monetários e não monetários; ver tabela 3). A necessidade de membros da comunidade, líderes e instituições fortes e capazes torna a capacitação uma das estratégias mais amplamente aplicáveis e fundamentais da Estrutura de VCA. Há indícios crescentes de que os investimentos em estratégias de capacitação são essenciais para os resultados ambientais.[48-49]A capacidade é um conceito multifacetado em geral descrito como "ter a aptidão de agir". Vários tipos de capital, incluindo humano, social, institucional, natural e econômico devem ser usados para isso.[12-13]As atividades de capacitação em geral buscam aprimorar uma ou mais dessas formas de capital, em especial quando as necessidades são identificadas por análise da situação ou as prioridades são expressas por parceiros Indígenas e da comunidade local (tabela 3). Embora a gestão de recursos naturais liderada pela comunidade seja muito dependente do contexto,[50] a capacidade é fundamental e quase sempre são necessários investimentos para fortalecer um ou mais desses tipos de capital.

Tabela 3: *Tipos de capital, metas de capacitação e alguns exemplos de atividades. Observe que é importante considerar cada tipo de capital em qualquer avaliação de capacidade da comunidade (para exemplos, consulte Hartanto et al., 2014).*[51]

Tipo de capital	Metas de capacitação	Atividades de exemplo
Humano	• Consciência • Conhecimento • Habilidades • Experiência	• Apoio à avaliação, revitalização e adoção de práticas de conhecimento Indígenas ou locais alinhadas à gestão (ex.: queimadas tradicionais, pastoreio, práticas de pesca) • Realização de campanhas de educação e divulgação/sensibilização • Introdução à ciência cidadã, monitoramento para gestão adaptável e avaliação dos resultados do projeto (ex.: relatórios de espécies invasoras, monitoramento de espécies) • Capacitação e assistência técnica (ex.: melhor gestão de recursos naturais, práticas de conservação do solo, melhor uso de equipamentos) • Promoção de troca de conhecimento • Fomento às oportunidades de aprendizado entre pares
Social	• Conhecimento/ compreensão • Familiaridade • Identidade • Confiança • Coesão social/ação coletiva • Ligação com o lugar	• Realização de campanhas de educação e divulgação/sensibilização • Oferta de oportunidades de interação • Mobilização em torno de objetivos/propósitos compartilhados • Engajamento na construção de redes • Facilitação da geração de confiança dentro ou com a comunidade • Apoio a programas para promover identidade compartilhada, propósito e transferência de conhecimento entre gerações (ex.: grupos de jovens, idosos e mulheres) • Apoio à cura e à igualdade racial • Criação de espaços seguros para histórias orais, leis tradicionais e naturais para subsidiar e fazer emergir o planejamento do projeto, mecanismos de governança e implementação • Criação e apoio ao acesso e à propriedade de territórios tradicionais, caso o deslocamento tenha ocorrido/esteja ocorrendo

(Tabela 3, continuação)

Tipo de capital	Metas de capacitação	Atividades de exemplo
Institucional	• Liderança • Eficácia da liderança • Instituições/órgãos de governança/estruturas • Eficácia da governança	• Realização de avaliações do mapeamento de liderança e governança para entender os sistemas de governança tradicionais e contemporâneos • Apoio aos líderes comunitários no fortalecimento das estruturas de governança em vigor (ex.: oficinas de liderança, organizações comunitárias, guardiões, monitores, etc.) • Apoio e aplicação da visão da comunidade e o planejamento de uso da terra • Apoio ao desenvolvimento e/ou documentação de regras e regulamentos comunitários que regem o uso de recursos naturais • Suporte para monitoramento e fiscalização • Introdução mecanismos e plataformas não coloniais para resolver disputas e conflitos • Treinamento de líderes comunitários em resolução e mediação de conflitos • Apoio, busca e fomento à restauração e o ressurgimento de processos de pacificação tradicionais ou localizados
Natural	• Recursos • Serviços de ecossistemas	• Auxílio em projetos de restauração • Apoio à revitalização das práticas tradicionais de gestão e treinamento em melhores práticas de gestão • Defesa de áreas protegidas ou gerenciadas pelos Indígenas ou pela comunidade
Econômico	• Infraestrutura • Recursos financeiros • Administração	• Apoio a oportunidades de subsistência sustentáveis • Conexão com oportunidades de melhoria de infraestrutura (ex.: estradas, canais de irrigação, refrigeração, banda larga) • Fornecimento de equipamentos aprimorados (ex.: equipamento de pesca e agrícolas) • Fornecimento ou acesso ao crédito, microempréstimos e fundos iniciais para a compra de itens essenciais (ex.: moinho comunitário e equipamentos de processamento, barcos/veículos, equipamentos de monitoramento etc.) • Capacitação em orçamento, contabilidade e gerenciamento de projetos • Monitoramento para ajudar a identificar o valor econômico dos recursos naturais • Patrocinar conceitos resilientes de economia liderada pela comunidade

Os resultados de recentes análises sobre conservação baseada na comunidade confirmam a importância de vários investimentos em capacitação para os resultados ambientais.[16,48] Muitos identificaram quais tipos mais comuns de capital e atividades empregadas são mais associadas à geração de bem viver humano e benefícios ambientais. Destacam-se aqueles que fortalecem o capital humano por meio de educação, treinamento e assistência técnica;[48,52] aqueles que fortalecem o capital social por meio de esforços para gerar confiança e aumentar a coesão social;[16,53-54] aqueles que fortalecem o capital institucional por meio de investimentos em líderes comunitários e instituições para governança de recursos naturais;[16,48,55-58] aqueles que fortalecem o capital econômico por meio de investimentos em infraestrutura, negócios, administração e gestão financeira;[16] e aqueles que constroem combinações de capital (ex.: humano, social e institucional) por meio da criação de redes para aprendizado e troca de conhecimento.[16,59]

Liderança comunitária e instituições

> Consulte a **"Ferramenta 4: líderes comunitários e instituições"** para uma lista de verificação com os principais critérios de apoio a líderes comunitários e instituições eficazes.

Líderes comunitários eficazes e instituições[g] são essenciais para a administração liderada pela comunidade, e os investimentos no fortalecimento da capacidade de ambos têm sido associados a resultados ambientais positivos.[16,48,55-58] Os líderes são em essência qualquer indivíduo influente, e a liderança se origina de muitos lugares e pode assumir muitas formas. Os líderes comunitários podem ser seculares ou espirituais, eleitos ou nomeados, homens ou mulheres, individuais ou coletivos, e podem incorporar muitas qualidades que influenciam os resultados ambientais.[60-62]Para que os líderes comunitários e as instituições sejam eficazes na governança e ganhem a confiança e aval da comunidade, eles em geral devem ser percebidos como legítimos, transparentes, responsáveis, inclusivos, justos, conectados e resilientes, bem como ter a capacidade de influenciar as atitudes e o comportamento das pessoas.[63-64] Quando esses critérios-chave estão presentes, os líderes e instituições comunitárias podem ser poderosos defensores e motivadores da ação coletiva,[65] e também apoiar a governança efetiva dos recursos naturais por meio de uma melhor coordenação, aplicação, conformidade e resolução de conflitos.[66]Além disso, líderes e instituições comunitárias podem facilitar o aprendizado social e a disseminação de inovações dentro e fora da comunidade.[67-68] A experiência mostra que quando os líderes e as instituições comunitárias são ineficazes, sujeitos à corrupção ou obtenção de benefícios por parte das elites comunitárias, ou quando não se coordenam bem com outros, as comunidades muitas vezes falham em manter as atividades de administração.[56] Portanto, ao fazer parcerias para apoiar a capacitação de líderes e instituições, é importante trabalhar em estreita colaboração com a comunidade para identificar quais indivíduos e instituições devem ser mobilizados, determinar que tipo de treinamento seria mais adequado e útil para complementar o conhecimento e os conjuntos de habilidades localizados e se esse treinamento apoiará as metas de administração. Trabalhar com os líderes escolhidos pela comunidade e por meio de suas instituições é importante e aumenta a probabilidade de gerar impactos positivos duradouros. O aprendizado é uma via de mão dupla: além de aprender conosco e com outros no setor de conservação, os líderes locais também têm muito a ensinar às organizações de conservação.

g. Aqui, o uso do termo "instituição comunitária" refere-se às várias entidades (ex.: líderes, comitês, organizações comunitárias etc.) que fazem cumprir as normas, regras, regulamentos e políticas que as comunidades estabelecem para governar os recursos naturais.

Ação coletiva e coesão social

> Consulte a **"Ferramenta 5: ação coletiva e coesão social"** para listas de verificação com os principais recursos e características do grupo de usuários que apoiam a ação coletiva e a coesão social.

A ação coletiva é em geral definida como uma ação empreendida por um grupo para alcançar um objetivo comum[41-44]. É um importante facilitador da governança efetiva dos recursos de uso comum e de uma administração de sucesso liderada pela comunidade.[69] Há um muita literatura que discute a importância da coesão social para a ação coletiva, que por sua vez é influenciada por vários recursos e características da comunidade, como familiaridade, interação frequente, identidade e finalidade compartilhadas, reciprocidade e confiança.[44,70,71] Essas condições são menos prováveis de existir em comunidades grandes, diversas, passando por rápido crescimento ou mudança, envolvidas em conflitos, com muita desigualdade ou com um histórico de opressão, marginalização e expropriação,[16,59,72-73] que são resultados comuns da colonização e do trauma intergeracional decorrente. Uma análise recente descobriu que projetos de conservação liderados pela comunidade que reconheceram e abordaram questões de confiança (um importante facilitador para a coesão social) obtiveram mais sucesso na geração do bem viver humano e benefícios ambientais do que aqueles que não o fizeram.[54] Outros estudos fizeram observações relativas à importância da identidade e propósito compartilhados para a coesão social e a ação coletiva necessária para resultados ambientais consistentes.[54] Essas descobertas defendem uma maior consciência sobre importância da coesão social, ação coletiva, reconhecendo verdades duras e experiências vividas como parte da construção da confiança e do propósito comum, bem como um maior investimento em atividades que ajudem a reparar e construir essas condições fundamentais.

Recursos de uso comum, governança e gerenciamento sustentável de recursos naturais

> Consulte a **"Ferramenta 6: governança de recursos de uso comum"** para uma lista de verificação com as principais condições favoráveis a governança eficaz de recursos de uso comum.

> Consulte a **"Ferramenta 7: a ferramenta de governança de recursos naturais"** para orientação passo a passo sobre a criação de um índice de governança específico ao contexto para avaliar e monitorar a governança na escala da comunidade ou instituição comunitária.

Recursos de uso comum são qualquer bem material cuja quantidade ou qualidade diminua por meio do uso, e para os quais seja difícil e/ou custoso excluir outros usuários.[45] Essas qualidades são típicas para recursos grandes, heterogêneos, imprevisíveis no espaço ou no tempo e/ou migratórios ou fugazes (ou seja, deslocam-se livremente de um lugar para outro). Muitos desses recursos são essenciais para a subsistência e identidade dos Povos Indígenas e comunidades locais.[74] A propriedade comum é uma forma específica de relação com recursos de uso comum, onde a governança do recurso é alcançada em comunidade por um grupo de usuários com reconhecidos (formal ou informalmente) direitos de jure ou de fato de acesso e uso (ver seção anterior para mais informações sobre direitos de propriedade).[75] Essas formas de governança de propriedade e recursos naturais são prevalentes em especial entre Povos Indígenas e as comunidades locais.

Muitos pesquisadores sugeriram que a propriedade comum e a governança de recursos comunitários não só é uma estrutura de governança ideal para recursos de uso comum, mas muitas vezes resulta também em um gerenciamento de recursos naturais mais sustentável[76-79]. Há estudos confirmando que terras e águas com longo precedente de governança por Povos Indígenas e comunidades locais são bem protegidas e geridas de forma sustentável.[80-82] Terras e águas governadas por comunidades Indígenas e locais têm menos perda de florestas virgens ,[83] mais potencial de armazenamento de carbono,[84-85] e maior provisão de serviços ecossistêmicos essenciais [86] do que áreas protegidas pelo governo. É importante notar que, embora a governança de recursos comunitários possa resultar em gerenciamento sustentável de recursos naturais, esse resultado não é garantido—em especial quando confrontado com um tamanho e ritmo crescentes de demanda externa por recursos. Certas condições favorecem a governança eficaz dos recursos comunitários e, onde essas condições não são atendidas, podem ocorrer as famigeradas "tragédias dos bens comuns".[87] Algumas dessas condições favoráveis incluem:[69-70]

- Os limites dos recursos são claramente definidos,
- Existem regras para o uso de recursos adaptadas ao contexto local, e os benefícios que os indivíduos obtêm do recurso são proporcionais aos custos,
- Aqueles afetados pelas regras podem participar na modificação das regras,
- O monitoramento do uso de recursos ocorre e aqueles que monitoram são considerados responsáveis pelos usuários dos recursos,
- A punição para os infratores das regras é proporcional à gravidade da ofensa, e
- Existem meios rápidos e de baixo custo para resolver conflitos.

Para sistemas transfronteiriços em escalas maiores, como costas, aquíferos, rios ou grandes lagos, a coordenação de comunidades e membros da comunidade além dos níveis domiciliares ou comunitários torna-se importante para governar os recursos de uso comum. Devido às interconexões entre os múltiplos usuários de recursos que funcionam em escalas maiores, a cooperação e os compromissos são necessários para garantir a distribuição equitativa de recursos e impactos. Historicamente, diversas instituições comunitárias têm desenvolvido, monitorado e aplicado suas próprias regras para extrair, gerenciar e desenvolver tais recursos. As comunidades locais podem e têm governado seus próprios recursos—dentro dos limites das interligações a montante/a jusante ou transfronteiriças—mesmo com os direitos tradicionais não formalmente reconhecidos pelo governo.

Estudos de caso

Liderança Comunitária e capacitação Institucional no Emerald Edge

Com 40 milhões de hectares, o Emerald Edge é o maior sistema intacto de florestas tropicais temperadas costeiras no mundo. Esta faixa dinâmica de floresta e oceano se estende ao norte desde a Península Olímpica do estado de Washington, passando pela costa do Canadá, da Columbia Britânica e da Floresta Tropical do Grande Urso, até a faixa de terra remota do sudeste do Alasca. Os guardiões Indígenas têm direitos e autoridade sobre esses recursos—portanto, o foco do programa Emerald Edge tem sido o fortalecimento da capacidade dos Povos Indígenas e das comunidades locais para uma boa administração contínua. A TNC trabalha para apoiar a liderança e governança da comunidade, bem como promover oportunidades econômicas que melhorem os meios de subsistência locais, fornecendo incentivos e capacidade adicional para o gerenciamento sustentável de recursos naturais.

Para isso, a TNC implementou vários programas específicos para construir uma "escada de oportunidades" para as comunidades Indígenas. O programa de Apoio aos Novos Administradores Aborígenes (SEAS)—ou "programação de jovens na terra"—visa envolver, desenvolver, preparar e capacitar os jovens Indígenas para que eles se tornem a próxima geração de administradores baseados no lugar. Os jovens visitam os territórios tradicionais para se reconectarem com o mundo natural, participar de atividades tradicionais e aprender com os anciães. Outra iniciativa, o programa Guardiões Indígenas, apoia os guardas florestais Indígenas a assumirem o controle do monitoramento de seus territórios e continuar o trabalho de seus ancestrais para administrar e respeitar seus recursos naturais e culturais por meio de instituições e estruturas de governança tradicionais. Esses guardas florestais monitoram a saúde de importantes espécies alimentares, sociais e cerimoniais, levando em consideração os vários usos de recursos em seu território e contribuindo para o sucesso da implementação, monitoramento e avaliação dos planos comunitários de uso terrestre e marinho. A TNC e seus parceiros desenvolveram um Kit de ferramentas dos Guardiões Indígenas para facilitar a expansão do programa dentro e além da Colúmbia Britânica. Com base no trabalho no Canadá, o projeto Consórcio Litorâneo está estabelecendo programas de guardiões no Alasca e usando tanto o kit de ferramentas como o modelo de dotação de financiamento para conservação para assegurar sua visão de futuro.

LEGENDA DO ÍCONE
Biomas da Estrutura de VCA
TERRESTRE **ÁGUA FRESCA** **COSTEIRO**

A expansão desse programa de capacitação tem ocorrido no Emerald Edge por meio da provisão essencial de capacidade técnica e financeira em apoio à visão da comunidade e ao planejamento de uso da terra para a nação Ahousaht na Colúmbia Britânica. Uma subsequente troca de liderança coordenada entre as nações Ahousaht e Haida ajudou a liderança Ahousaht a fortalecer suas negociações com o governo provincial e alcançar uma autoridade de governança mais eficaz. A nação Ahousaht também estabeleceu um programa guardiões costeiros, que resultou em um esforço de mapeamento em parceria com a TNC (que forneceu suporte técnico de mapeamento) para delinear seus territórios e recursos, incluindo a integração de áreas de significado cultural. Tudo isso serviu para reforçar a ação coletiva, a governança efetiva e as negociações dos Ahousahts com interessados externos. Por exemplo, mais recentemente, a nação Ahousaht assinou um novo acordo com a Colúmbia Britânica em que se dispõem a oferecer recomendações ao gabinete ministerial para a implementação de sua visão de uso da terra e que resultará em novas áreas de conservação, silvicultura e desenvolvimento econômico e um acordo de governança.

Gestão da pesca de água doce no lago Tanganica

Por mais de uma década, a TNC esteve envolvida em iniciativas comunitárias de conservação e gerenciamento sustentável da pesca na bacia do lago Tanganica, na África Oriental. O lago Tanganica é o segundo maior lago da Terra em volume, contendo 17% da água doce da superfície do planeta. A bacia abriga alguns dos organismos aquáticos e terrestres mais emblemáticos da África e é mais conhecida por suas mais de 250 espécies de ciclídeos, 98% das quais são endêmicas. Uma complexa rede de interações entre os acidentes topográficos do lago, a biogeoquímica, o regime de afloramento e os ecossistemas pelágicos e de superfície produziu uma pesca em águas interiores produtiva que sustenta 12 milhões de pessoas como fonte de proteína e renda. O peixe contribui com 40 por cento da proteína animal nas dietas locais, e há cerca de 95.000 pescadores no lago. A capacidade de apoiar à gestão da pesca nos países que compartilham o lago Tanganica—Tanzânia, República Democrática do Congo, Zâmbia e Burundi—é variável, e o lago continua sendo principalmente uma área de livre acesso para pesca artesanal e de subsistência. Além disso, a região apresenta alto crescimento populacional e altos níveis de pobreza, exercendo pressão sobre um recurso natural já usado em excesso.

Em 2012, a TNC e seus parceiros estabeleceram na Tanzânia o Projeto Tuungane ("vamos nos unir" em suaíli) para trazer soluções mais saudáveis às famílias, zonas de pesca e florestas, usando uma abordagem integrada que inclui ao mesmo tempo questões de saúde e ambientais. Essas soluções holísticas prometem resultados mais duráveis do que a abordagem compartimentada mais tradicional porque as práticas de conservação são projetadas para também melhorar a vida das pessoas. A gestão das pescas neste projeto concentrou-se no estabelecimento de Unidades de Gestão de Praias (BMUs) comunitárias para gerenciar os recursos pesqueiros, fornecendo às BMUs treinamento e ferramentas para fortalecer a liderança

© AMI VITALE

e as competências da comunidade, desenvolvendo sistemas de monitoramento comunitários e criando mecanismos de financiamento que cubram os custos totais de gerenciamento da pesca. A TNC também está buscando de forma ativa ampliar os impactos no lago Tanganica. A TNC visa promover instituições de cogestão de pesca e o estabelecimento de reservas de peixes com base na comunidade (locais de reprodução protegidos) em todo o lago por meio de parcerias com a Autoridade do Lago Tanganica (LTA)—órgão governamental regional com mandato para promover o desenvolvimento sustentável e a gestão dos recursos naturais da região—bem como com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a União Internacional para a Conservação da Natureza e o Fundo Global para o Meio Ambiente.

Uma liderança e capacidade fortes são importantes para estabelecer instituições robustas e coordenar ações para gerenciar recursos de uso comum. Na Tanzânia, por exemplo, os líderes das aldeias são eleitos a cada 5 anos. Esses líderes gerenciam a comunidade junto com um comitê executivo. Os líderes da BMU, que gerem os recursos pesqueiros e os estatutos, são eleitos a cada três anos. Esses prazos de duração dos mandatos exigem que a TNC cultive relacionamentos com novos líderes e ofereça treinamento contínuo para a maior eficácia da BMU, a geração de renda e a aceitação de comunidades sem BMUs. Os termos de liderança são escalonados de forma que os líderes de nível sênior tenham responsabilidade parcial pela introdução de sucessores nas práticas de governança. A TNC se concentra no apoio a uma liderança mais coerente e com equidade de gênero, que de fato se dedique a ações de conservação no nível da BMU e também em melhorar a capacidade da BMU para obter financiamento. Embora haja uma política nacional em vigor que exige que 30% dos cargos de liderança sejam ocupados por mulheres (também reforçado nos estatutos da BMU), as mulheres em cargos de liderança ainda podem sofrer limitações em sua contribuição e participação devido a normas culturais e religiosas. Para enfrentar os desafios, o projeto facilita a nomeação intencional de líderes femininas, organiza treinamentos personalizados para fortalecer a motivação e a confiança e envolve ativamente no processo as parceiras nomeadas.

Vários pontos demonstraram ser fundamentais nos BMUs de sucesso no lago Tanganica: liderança forte em nível de aldeia, estatutos claros e estrutura institucional, apoio do governo para questões de difícil implementação, incentivos para evitar oportunistas (ou seja, aqueles que se beneficiam sem pagar ou trabalhar). Além disso, foram criadas Áreas de Gestão Colaborativa de Áreas de Pesca (CFMAs), que consistem em uma confederação de redes de BMUs, criadas segundo a diretriz da Tanzânia. As CFMAs tiveram sucesso nos casos em que essas redes puderam apoiar e trabalhar com BMUs individuais por meio de patrulhas para proteção de áreas relativamente grandes designadas como reservas pesqueiras.

No entanto, tornar a BMU sustentável em termos financeiros vai exigir uma mudança na política e prática que só pode ser feita pelo governo da Tanzânia. A TNC, em colaboração com o governo e a LTA, está testando uma estrutura de negócios baseados na pesca, cujo sucesso será replicado de forma adaptativa em outras partes do Lago Tanganica para melhorar a conservação duradoura dos recursos pesqueiros. Apesar desses notáveis sucessos do projeto Tuungane, o trabalho comunitário de conservação de água doce está apenas começando sua jornada rumo à sustentabilidade financeira. A TNC está trabalhando com parceiros para usar análise da cadeia de valor e aproveitar os incentivos de mercado para garantir que pescadores em BMUs bem geridas recebam um benefício financeiro individual e/ou comum a longo prazo. O primeiro passo é defender junto do governo a devolução de alguma porcentagem (de 10 a 15 por cento) das receitas governamentais (incluindo custos de transporte de produtos da pesca) geridas por BMUs em nome da Autoridade do Governo Distrital. O sucesso do projeto depende do envolvimento efetivo dos Povos Indígenas e comunidades locais em uma série de funções, inclusive como titulares de terras e recursos, como proprietários e parceiros, e como líderes e beneficiários. Fortalecer e estabelecer instituições locais é visto como fundamental para a sustentabilidade e resiliência de longo prazo, e o projeto está aumentando seus esforços nesse sentido.

Ferramentas e recursos

FERRAMENTA 4: DIAGNÓSTICO—LÍDERES COMUNITÁRIOS E INSTITUIÇÕES

Líderes comunitários e instituições fortes são fundamentais para a conservação liderada pela comunidade. Os critérios principais desta ferramenta podem ser usados para avaliar a eficácia de ambos, o que, por sua vez, influencia a confiança que os indivíduos provavelmente depositam neles. Essas informações devem ser discutidas com a comunidade ou suas instituições representativas durante a análise da situação, usando entrevistas com importantes informantes e discussões de grupos focais. Você pode usar a lista de verificação registrando sua resposta para cada pergunta para determinar áreas de potencial de crescimento e oportunidades para apoiar atividades de capacitação em parceria com Povos Indígenas e comunidades locais.

FERRAMENTA 5: DIAGNÓSTICO—AÇÃO COLETIVA E COESÃO SOCIAL

A ação coletiva é um pré-requisito para uma governança eficaz e é influenciada por certos recursos e características da comunidade. Essas informações devem ser discutidas com a comunidade ou suas instituições representativas durante a análise da situação, usando entrevistas com importantes informantes e discussões de grupos focais. Você pode usar a lista de verificação registrando sua resposta para cada pergunta para determinar áreas de potencial de crescimento e oportunidades para apoiar atividades de capacitação em parceria com Povos Indígenas e comunidades locais.

FERRAMENTA 6: DIAGNÓSTICO — GOVERNANÇA DE RECURSOS DE USO COMUM

A governança de recursos de uso comum é amplamente encontrada em territórios Indígenas e de comunidades locais. Ao considerar como podemos apoiar as comunidades no gerenciamento sustentável de recursos naturais, é importante avaliar oito condições que influenciam a eficácia desses regimes de propriedade.[69-70] Esta informação deve ser discutida com a comunidade ou suas instituições representativas durante a análise da situação usando entrevistas com importantes informantes e discussões de grupos focais. Você pode usar a lista de verificação registrando sua resposta para cada pergunta para determinar áreas de potencial de crescimento e oportunidades para apoiar atividades de capacitação em parceria com Povos Indígenas e comunidades locais.

FERRAMENTA 7: GUIA PASSO A PASSO—FERRAMENTA DE GOVERNANÇA DE RECURSOS NATURAIS

Este guia foi elaborado para oferecer aos profissionais da conservação um conjunto de conceitos e ferramentas básicos para melhor compreender, avaliar e apoiar a governança efetiva dos recursos naturais em paisagens terrestres e marinhas. O guia foi elaborado para auxiliar na compreensão dos principais critérios para uma governança eficaz dos recursos naturais e servir como um diagnóstico.

© JUAN ARREDONDO

Terceiro pilar

Eficácia no diálogo com vários interessados e tomada de decisão

Conhecimento, evidência e prática

ASPECTOS ESSENCIAIS

- O diálogo com diferentes interessados e tomada de decisão (MSD) é mais apropriado em situações complexas com vários atores que tenham interesses diversificados em terras, águas ou recursos.
- O MSD pode ter muitos propósitos—de compartilhamento de informações, resolução de conflitos e tomada de decisões—e pode ocorrer em escala local, regional, nacional ou internacional. No entanto, para ser bem-sucedido e influente, a escala do MSD precisa corresponder à escala do problema e dos atores envolvidos.
- As estratégias que envolvem MSD devem ser combinadas com estratégias que fortaleçam a liderança e/ou a capacidade de envolvimento dos Indígenas e da comunidade local, além de realizar o treinamento para outras partes interessadas sobre como se envolver de maneira eficaz e respeitosa com os Povos Indígenas e as comunidades locais.
- A facilitação hábil e consistente de MSD é fundamental para criar conexões e coesão social entre os vários atores e para apoiar negociações, aprendizado coletivo e resolução de conflitos ao longo do tempo.
- As dinâmicas de poder são importantes nos MSDs e não reconhecê-las e abordá-las pode contribuir para perpetuar as desigualdades existentes no sistema.
- Dependendo do formato e da necessidade, o MSD pode ser estabelecido como grupos de trabalho de curto prazo ou instituições de longo prazo—pode ser fundamental estabelecer plataformas ou fóruns duradouros para o diálogo caso a resolução de conflitos e a tomada de decisões sobre regulamentos ou acordos forem necessárias.

TERMOS ESSENCIAIS

Diálogo de múltiplos interessados—um fórum que traz atores com interesses compartilhados em uma questão ou decisão, que entram em contato uns com os outros para trocar informações e conhecimento institucional, gerar soluções e boas práticas relevantes, aumentar a confiança, resolver conflitos e/ou chegar a uma decisão. Este fórum pode ser de curto ou longo prazo, pode ocorrer em várias escalas e pode ser vinculado a outros MSDs.

Titular de direitos—uma pessoa ou grupo de pessoas com direitos reconhecidos de consentimento na tomada de decisões sobre terras, águas ou gestão de recursos. Chamamos os Povos Indígenas de "titulares de direitos" pois eles tiveram seus direitos humanos internacionalmente reconhecidos, o que foi articulado mais recentemente na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007.

Parte interessada— pessoa ou grupo de pessoas com interesse em terras, águas ou recursos. Às vezes chamado de "detentor de interesse".

Entendendo as várias partes interessadas Diálogo e tomada de decisão

Em qualquer contexto de gestão de recursos naturais, normalmente há vários atores ou grupos com interesse em terras, águas ou recursos e, muitas vezes, esses atores podem ter reivindicações ou direitos de uso conflitantes e sobrepostos. Muitas das partes interessadas podem querer influenciar o uso e a gestão dos recursos naturais, em especial nos casos em que os direitos não estão claros, não foram formalizados ou os recursos são de acesso aberto. Os contextos são complexos, envolvem dinâmicas de poder e muitas vezes, quando se trata de participação significativa, têm como pano de fundo uma história de desigualdades—em especial para Povos Indígenas e comunidades locais. Os Povos Indígenas em especial não são considerados "partes interessadas", mas "titulares de direitos" em consideração e respeito por seus direitos humanos internacionalmente reconhecidos de dar ou não consentimento na tomada de decisões sobre seus territórios ou recursos, além dos direitos locais de país, região ou estado associados aos Povos Indígenas.

O diálogo com vários interessados (MSD) visa colocar os titulares de direitos e as partes interessadas relevantes em contato uns com os outros. O MSD tem muito em comum com os aspectos de governança e ação coletiva abordados na seção "Forte liderança, governança e capacidade de gestão" (segundo pilar). No entanto, ao contrário desse pilar, focado na capacitação dentro da comunidade ou organização comunitária, o MSD tem foco na capacidade e colaboração entre grupos e partes interessadas, o que traz suas próprias necessidades e desafios e pode ser altamente matricial.

O MSD—quando bem projetado e executado—pode ser usado para diversos objetivos, como aumentar os níveis de confiança e coesão social entre diferentes atores, compartilhar informações e conhecimento institucional, gerar soluções e boas práticas relevantes, fomentar a colaboração e o aprendizado cruzado, esclarecer direitos, equilibrar o poder para os envolvidos, resolver conflitos ou tomar decisões. Com tempo, recursos e preparação suficientes, o MSD pode ser uma ferramenta muito eficaz para reunir grupos diversificados para gerar consenso em torno de questões complexas, multifacetadas e, em alguns casos, controversas. [88]Na verdade, uma revisão e análise sistemática recente revelou que o diálogo com as partes interessadas foi importante para o sucesso da conservação com base na comunidade, e os projetos que incluem tais atividades têm maior probabilidade de alcançar o bem viver humano e resultados ambientais positivos. [16]

No caso de MSDs de tomada de decisão, os fóruns podem incluir tanto pessoas que tomam as decisões, como as que influenciam-nas e as que se veem afetadas. Nessas situações, é importante identificar claramente o propósito e a autoridade do engajamento das várias partes interessadas para gerar qualquer ação ou decisão. No que se refere a parcerias com Povos Indígenas e comunidades locais, as organizações de conservação podem apoiar e fortalecer sua capacidade de participar, influenciar e tomar decisões em tais fóruns, bem como educar outras partes interessadas sobre como se envolver de forma eficaz e respeitosa com os Povos Indígenas e comunidades locais. A tabela 4 lista alguns dos papéis que as organizações de conservação podem desempenhar no MSD, tendo em vista que é possível ter várias funções no mesmo MSD ou em diferentes MSDs.

Tabela 4: *Funções das organizações de conservação no MSD.*

Função	Descrição
Agregador	Organizar a estrutura para que diferentes atores se engajem no diálogo—pode incluir o financiamento dos fóruns
Facilitador	Facilitar o diálogo—incluindo progresso na agenda, resolução de conflitos e criação de consenso
Capacitador	Capacitar atores para interagirem de forma eficaz e respeitosa
Apoiador	Financiar e dar apoio logístico para a participação de lideranças Indígenas e da comunidade local em MSDs, em especial naqueles que exigem viagens importantes
Implementador	Apoiar os indivíduos e organizações participantes na implementação de decisões, ações e acompanhamento que surgem no MSD

O MSD pode ocorrer em diversas escalas—desde o nível local, utilizando uma única comunidade, ou entidade corporativa e/ou governo local com interesse em um só local ou recurso específico (ex.: associações de usuários de água de uma bacia hidrográfica, acordos de cogestão de pesca), passando pelo nível regional, que envolve múltiplos atores em uma ou mais jurisdições (ex.: plataforma Amazônia Agora para a redução sustentada do desmatamento no Pará, Brasil), chegando ao nível global em escala nacional ou internacional (ex.: desafio da Micronésia de conservar 30% dos recursos marinhos próximos à costa ou a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas). A escala apropriada do MSD depende, portanto, da escala da questão e dos atores envolvidos. Além disso, é possível ter muitos MSDs sobrepostos que abordam questões em diferentes escalas espaciais e MSDs convocados de forma temporária ou permanente.[37]Organizações de ligação —não raro ONGs e instituições de pesquisa— podem ter uma função fundamental como facilitadores, criando conexões entre os vários atores, e apoiando negociações, aprendizado coletivo e resolução de conflitos.[89-90]

O MSD é importante em ecossistemas terrestres, costeiros e de água doce, pois cada contexto inclui vários atores com interesses às vezes divergentes. Contudo, se torna mais importante em: sistemas costeiros e de água doce (pois há diferentes direitos e estruturas de posse nesses espaços); locais onde vários atores ou instituições detenham direitos legítimos sobre o mesmo recurso; locais onde haja vários usuários (incluindo usuários que residem fora da localidade); locais onde há menos direitos "exclusivos" ou privados; e (no caso de rios e córregos) onde os usuários a montante podem causar impactos na qualidade e quantidade de recursos para usuários a jusante. Dadas essas complexidades adicionais de gestão de recursos naturais nos espaços de água doce e costeira, o MSD se torna muitas vezes uma estratégia fundamental para enfrentar esses desafios. Diante das limitações do governo, há um movimento significativo em direção à gestão descentralizada que favorece abordagens de tomada de decisão inclusivas e participativas como esta.

Eficácia do diálogo com diferentes interessados e tomada de decisão

Consulte a **"Ferramenta 8: atributos essenciais da eficácia no diálogo com diferentes interessados e tomada de decisão"** para uma lista de verificação com os principais critérios para um MSD eficaz.

Consulte a **"Ferramenta 9: laboratório de inovação social"** para uma abordagem MSD que se concentre em reunir diversos grupos em conflito para solução de problemas complexos e desafiadores buscando desenvolver e testar soluções em conjunto.

Vários fatores influenciam a eficácia do MSD. Um fator fundamental para a participação de todas as partes é a relevância da questão. Quando o desafio ou questão de gestão são imediatos e urgentes, pode haver grande pressão social para a participação, em especial quando a interdependência entre as partes interessadas é óbvia. [91] Além disso, a inclusão de todos os atores é essencial—ou seja, titulares de direitos relevantes e partes interessadas que tenham interesse e possam ser impactados pelo desafio ou questão de gestão, bem como aqueles com conhecimento que facilite o processo.[91] Se o MSD não for um órgão de tomada de decisão, convocado para compartilhar conhecimento ou resolver conflitos, é preciso que tenha um vínculo com o processo de tomada de decisão para influenciá-lo.[92]

Os MSDs funcionam melhor quando:

- contemplam conflitos e conexões dentro e fora do grupo, criando espaço para as agendas e discordâncias dos atores individuais, ao mesmo tempo em que criam espaço para engajamento significativo nos diversos conflitos (em vez de se concentrar nos objetivos coletivos e na harmonia da equipe),
- realizam experimentos sistemáticos com diferentes perspectivas e soluções cocriadas, dando um passo de cada vez e aproveitando as informações obtidas por meio da experimentação (em vez de insistir, antes de empreender a ação, em acordos claros sobre o problema, solução, e plano) e
- têm foco no papel desempenhado pelos participantes na perpetuação da situação atual e em criar uma solução alternativa (em vez de focar em mudar o que outras pessoas estão fazendo).[93]

Isso tem o apoio dos proponentes da abordagem de "laboratório de inovação social", que é um tipo de MSD especializado em questões complexas e imprevisíveis que incluem diversos atores, muitas vezes com diferentes visões de mundo e entendimentos do problema.[93] As abordagens de laboratório de inovação social para a mudança de sistemas depende da reunião de um subgrupo do sistema maior usando facilitação altamente qualificada. Tais abordagens rompem com hierarquias, promovem conexões, compreendem a natureza de todo o sistema, incluindo diferentes percepções do problema, geram reflexões sobre várias funções dentro do sistema e experimentam em conjunto possíveis soluções. Esse processo em geral leva a ideias inovadoras e progresso em questões que estavam “travadas”.

As evidências sobre a eficácia do MSD na obtenção das metas de conservação ainda estão surgindo; essas lacunas de conhecimento podem ser preenchidas por programas fortes de monitoramento e avaliação.[90] A análise de exemplos de MSD indica que em muitos casos foram observados impactos positivos nos resultados sociais—reconhecimento de direitos, maior acesso à informação e garantia da posse—; mas isso parece estar intimamente vinculado ao nível e à qualidade da participação das comunidades locais. Por exemplo, uma análise de vários MSDs iniciada por meio do Instrumento de Aplicação da Legislação, Governança e Comércio no Setor Florestal da União Europeia (EU-FLEGT) encontrou uma correlação geral entre a força da participação e a extensão dos impactos sociais positivos no caso analisado.[94] Já no Pantanal brasileiro, a conservação e atividades governamentais tentaram assegurar a pesca sustentável por meio de uma abordagem superficial de cogestão baseada em uma comissão reguladora composta por legisladores, cientistas e executores. A falta de pescadores participando de fato do MSD causou má compreensão dos requisitos de gestão, fez com que regras fossem descumpridas e os pescadores passaram a desconfiar dos cientistas de formação urbana do MSD.[95-96]

© TIM CALVER

Estudos de caso

LEGENDA DO ÍCONE
Biomas da Estrutura de VCA

- TERRESTRE
- ÁGUA FRESCA
- COSTEIRO

Diálogos com várias partes interessadas no Lago Sap e planícies de inundação do Camboja

O lago Sap do Camboja é um grande lago de inundação sazonal que faz fronteira com cinco províncias cambojanas e escoa para o sistema inferior do rio Mekong. A competição entre a montante e a jusante gerou intenso conflito nacional e internacionalmente. A competição de recursos ocorre localmente dentro do setor pesqueiro e também entre o setor pesqueiro e outros setores, como, por exemplo, conflitos entre a pesca e a produção de arroz (que deve ser irrigado na estação seca). A expansão da produção de arroz é muitas vezes apoiada por poderosos investidores vindos de fora das comunidades locais, criando áreas de irrigação privadas que modificam o uso comunitário tradicional.

Para lidar com o conflito no setor pesqueiro, o governo cambojano mudou sua política nacional de pesca de controle centralizado de lotes de pesca comercial em larga escala para uma forma de cogestão descentralizada baseada em organizações de pesca comunitária (CFOs). A novidade dos CFOs gerou baixa legitimidade, liderança e capacidade de governança, então a competição local por recursos pesqueiros de início aumentou, pois os usuários procuravam formas de para garantir direitos segundo o novo sistema ou aproveitar as lacunas de fiscalização, o que levou à pesca ilegal generalizada.

Para aumentar sua capacidade de governança, os CFOs usaram um processo participativo de várias partes interessadas para reestruturar a gestão e melhorar a fiscalização. Os CFOs também se capacitaram melhor para resolver disputas interprovinciais e intersetoriais. No caso das associações de produtores de arroz de sequeiro, foi feito um acordo verbal na presença dos departamentos provinciais de agricultura e pesca, posteriormente formalizado pela Administração da Pesca. Os CFOs também ampliaram sua capacidade de demandar apoio governamental para alterar ou obter isenções em relação às regulamentações atuais. O resultado foi um projeto piloto visando estabelecer uma pesca comercial sob gestão comunitária, com salvaguardas para garantir a proteção adequada dos recursos e a repartição de benefícios. Os CFOs também buscaram aumentar a rede de contatos entre as comunidades ao redor do lago (por meio de uma série de eventos de reconhecimento de mercado) e com uma rede nacional de grupos de base representando as comunidades pesqueiras.

O sucesso do processo participativo de várias partes interessadas foi tão grande que uma rede nacional de grupos de base representando as comunidades pesqueiras chegou a modificar sua governança interna e aumentou a colaboração com as autoridades governamentais nacionais e com o setor não governamental formal. A Administração da Pesca também propôs incorporar o processo na implementação das reformas das áreas de pesca em vigor. Esses resultados podem ser generalizáveis para outros grandes sistemas de drenagem aberta de importância internacional, como o Lago Vitória (delimitado pelo Quênia, Tanzânia e Uganda) e o Lago Kariba (delimitado pela Zâmbia e Zimbábue).

Fonte: Ratner et al. 2018, conforme citado em Zhang et al. 2020[37]

Ferramentas e recursos

FERRAMENTA 8: DIAGNÓSTICO—ATRIBUTOS ESSENCIAIS PARA EFICÁCIA NO DIÁLOGO COM VÁRIOS INTERESSADOS E TOMADA DE DECISÃO

O diálogo e a tomada de decisões com várias partes interessadas têm foco na capacidade e colaboração entre grupos e entre titulares de direitos e partes interessadas, o que vem com suas próprias necessidades e desafios. Muitas vezes as organizações de conservação exercem as importantes funções de "agregador" e "facilitador". A lista de verificação dos critérios fundamentais para um MSD eficaz pode ser usada para entender a estrutura do MSD e se possível garantir ajustes onde for necessário: seja nos casos em que organizações de conservação estão envolvidas no apoio à liderança da comunidade Indígena e local na convocação de um novo MSD, viabilizando um MSD, seja apoiando a participação significativa da comunidade Indígena e local em um MSD existente.

FERRAMENTA 9: GUIA—O LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO SOCIAL

Este guia, criado pela Reos Partners, intitulado "O Laboratório de Mudança da Reos: Enfrentando Desafios Complexos com Inovação Social",[97] apresenta uma abordagem para geração e condução de mudanças e transformações em sistemas sociais complexos. Embora este guia não ensine "como fazer", é uma exploração aprofundada da abordagem de Laboratório de Mudança, bem como uma visão geral de alguns dos princípios, ferramentas e recursos associados. O guia explica o processo para iniciar, convocar e facilitar um processo de mudança social sistêmico, criativo e participativo—ou seja, um "quem", "o quê" e "por que" da inovação social. Como organizadores e facilitadores do MSD, os profissionais de conservação treinados na abordagem de Laboratório de Mudança podem usá-lo como suporte para a liderança da comunidade Indígena e local e a participação significativa no MSD, e construção da compreensão e da capacidade entre as diversas partes interessadas.

Quarto pilar

Oportunidades de subsistência sustentável

Conhecimento, evidência e prática

ASPECTOS ESSENCIAIS

- É essencial que as parcerias para criar oportunidades de subsistência estejam diretamente ligadas ao gerenciamento sustentável dos recursos naturais para que a conservação liderada pela comunidade seja eficaz e duradoura.
- As iniciativas de meios de subsistência sustentáveis concentram-se nos negócios e na renda familiar e muitas vezes não cobrem os custos totais e diretos da conservação, destacando a necessidade de tais iniciativas serem combinadas com o financiamento da conservação.
- Além de promover as metas ambientais e sociais, as oportunidades de subsistência sustentável devem ser viáveis de uma perspectiva de negócios, o que requer navegar por considerações financeiras, de mercado, operacionais, de governança, regulatórias e outras. É fundamental ter uma compreensão profunda do contexto específico, incluindo quaisquer barreiras que possam limitar a viabilidade.
- A diversificação de opções de modos de vida ajuda a reduzir os choques financeiros advindos do fracasso de qualquer uma das opções.
- Não é uma regra fixa, mas as oportunidades de subsistência sustentável baseadas em atividades comunitárias—identificar mercados para peixes obtidos em modelo de pesca sustentáveis ou ampliar as atividades florestais sustentáveis existentes—são aceitas mais prontamente e exigem menos capacitação do que oportunidades que exijam habilidades novas, como desenvolver empreendimentos de ecoturismo.

TERMOS ESSENCIAIS

Financiamento da conservação—mecanismos e estratégias que geram, gerenciam e implantam recursos financeiros e alinham incentivos para alcançar resultados de conservação da natureza.[98] O financiamento para conservação visa bancar os custos totais da conservação e manter a sustentabilidade financeira de longo prazo.[99]

Pagamento por serviços ecossistêmicos (PES)—são pagamentos dos beneficiários ou usuários de um serviço ecossistêmico feitos aos cuidadores desse serviço. Os serviços ecossistêmicos podem incluir sequestro e armazenamento de carbono, biodiversidade, proteção de bacias hidrográficas e beleza dos recursos naturais. O PES inclui mecanismos bem desenvolvidos, como créditos de carbono e investimentos em bacias hidrográficas, bem como esquemas mais exploratórios, como pagamentos pela biodiversidade.

Oportunidades de subsistência sustentável—opções de subsistência sustentáveis que permitem que uma pessoa permaneça enraizada no lugar. Um meio de subsistência é um meio de ganhar a vida ou garantir suas necessidades. Um meio de subsistência é sustentável quando minimiza os danos à base de recursos naturais, permite que as pessoas superem e se recuperem de choques e estresses financeiros e aumenta equitativamente o bem-estar ambiental, social, cultural e econômico agora e para as gerações futuras.

Tipos de oportunidades de subsistência sustentável

Os meios de subsistência sustentáveis incluem modos de vida de subsistência—como agricultura de subsistência ou pesca—bem como oportunidades e incentivos para as pessoas gerarem renda por meio do manejo ambientalmente sustentável e culturalmente apropriado de seus recursos naturais. A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas afirma que os Povos Indígenas têm o direito à autodeterminação—o que inclui a autodeterminação econômica.[3] Quando as pessoas podem alinhar suas necessidades econômicas com sua visão de futuro e seus desejos de sustentabilidade, elas são mais capazes de defender a gestão ambiental. Uma recente revisão sistemática da literatura mostrou que as atividades de desenvolvimento econômico eram os facilitadores mais importantes em nível de projeto para gerar resultados positivos no bem viver humano e ambiental, aumentando a probabilidade de sucesso combinado.[16] Quando desenvolvidas e dirigidas por visões locais, projetadas e implementadas de forma cuidadosa, as abordagens de meios de vida sustentáveis oferecem uma poderosa oportunidade para melhorar o bem viver da comunidade e o meio ambiente.

As oportunidades de subsistência sustentável em geral podem ser classificadas em três categorias:

1. meios de subsistência,
2. compensação direta e
3. empreendimentos comunitários.

Dependendo do contexto local, pode ser desejável incluir mais de uma categoria, ou todas as três (tabela 5).

Tabela 5: *categorias e exemplos de oportunidades de subsistência sustentável.*

Categoria	Exemplos de oportunidades de subsistência sustentáveis
Meios de subsistência	Bens e serviços que não são comercializados ou vendidos, mas utilizados pelo produtor e sua família ou comunidade (ex.: agricultura sustentável, produtos pesqueiros, plantas medicinais, práticas culturais). Pode ser que as comunidades estejam interessadas em melhorar a sustentabilidade e as condições favoráveis para seus meios de subsistência. Como, por exemplo, buscar a mudança para práticas agrícolas ou de colheita mais sustentáveis ou a criação de áreas marinhas protegidas gerenciadas pela comunidade como métodos para ajudar a melhorar a segurança alimentar
Compensação direta: os membros da comunidade recebem renda pela participação na gestão ambiental	Incentivos ambientais (ex.: compensações de carbono, fundos de água e outros pagamentos por serviços ecossistêmicos), emprego direto em conservação (ex.: guardas florestais/guardiões, monitoramento ambiental) e mecanismos de compartilhamento de benefícios (ex.: fundo comunitário do projeto de conservação)
Empreendimentos comunitários.	Criação de bens e serviços para comércio e venda, muitas vezes vinculados ao uso sustentável de recursos naturais (ex.: cacau, especiarias, borracha, peixes, algas marinhas, pecuária ou ecoturismo)

As três categorias acima são apoiadas por oportunidades facilitadoras que dão acesso a financiamento e treinamento. Oportunidades financeiras podem incluir microcrédito, associações de poupança e empréstimo de vilarejos e outras oportunidades que permitem a criação de empregos, desenvolvimento empresarial e segurança financeira. Oportunidades de capacitação podem incluir treinamento em empreendedorismo, assistência técnica e empresarial e fortalecimento de empresas comunitárias.

As oportunidades de subsistência sustentável geram renda para atender às necessidades pessoais e domésticas, o que melhora a segurança e a resiliência financeira das pessoas, incentiva a gestão sustentável de recursos e reduz as pressões do desenvolvimento insustentável. Contudo, normalmente elas não geram receita suficiente para pagar os custos diretos de conservação.[99] Por exemplo, um empreendimento comunitário de aquicultura pode gerar renda por meio do comércio de algas marinhas, mas não pagar pela manutenção, monitoramento e restauração do recife .

O sucesso das oportunidades de subsistência sustentável

> Consulte a **"Ferramenta 10: guia para meios de subsistência sustentáveis e empreendimentos comunitários"** para fortalecimento das oportunidades de subsistência sustentável em parceria com Povos Indígenas e comunidades locais.

> Consulte a **"Ferramenta 11: preparando as comunidades para prosperar"** (começando na página 183) no capítulo do "Manual para facilitadores da proteção de terras comunitárias Namati"[100] para orientações e atividades que vão preparar as comunidades para negociar com investidores e tomar medidas específicas para concretizar sua visão comunitária compartilhada.

Em muitos lugares as comunidades Indígenas e locais enfrentam estresse econômico, alto desemprego e poucas opções de geração de renda. Isso pode levar pessoas que valorizam os recursos naturais a terem de escolher entre o sustento de sua família e a conservação desses recursos. Além disso, em alguns casos, pode ser preciso que deixem suas comunidades em busca de oportunidades de trabalho e/ou educação. A emigração, quando intensa, pode enfraquecer o tecido social da comunidade, romper a ligação com o lugar e a capacidade de ação coletiva e reduzir o número de pessoas que administram o recurso, podendo favorecer a exploração para pessoas de fora e/ou indústrias extrativistas com interesses concorrentes.

O desenvolvimento bem-sucedido de oportunidades de subsistência sustentável depende de vários fatores principais. Por um lado, as oportunidades que potencializam habilidades e conhecimentos já existentes na comunidade tendem a ser aceitos mais prontamente do que as que exigem aprendizagem de habilidades novas. Mas até mesmo oportunidades focadas em habilidades existentes exigem alto nível de capacitação empresarial e financeira, podendo levar de 8 a 10 anos ou mais.[101] As oportunidades de subsistência sustentável também exigem acesso contínuo e confiável a financiamentos acessíveis, o que nos estágios iniciais podem não estar presentes.[101] As comunidades devem ser capazes de vender seus produtos e serviços e acessar os mercados a preços justos. É preciso ter um modelo de negócios viável, o que requer governança, operações, financiamento e considerações de mercado e regulatórias adequadas, entre outras coisas. O apoio direto aos negócios e uma compreensão profunda do contexto são essenciais.[101] Além da criação de riqueza, o sucesso das oportunidades de subsistência sustentável também depende de elementos do bem viver humano, como, por exemplo, necessidades e aspirações das pessoas envolvidas, seus valores culturais e sua visão para o futuro de suas comunidades.[102-103] É importante primeiro entender como os indivíduos e as comunidades valorizam os recursos naturais e como as tensões econômicas influenciam sua capacidade de agir segundo seus valores.

De todas essas diferentes categorias, talvez as oportunidades de subsistência sustentáveis mais importantes sejam as que tenham ligação íntima com a gestão sustentável dos próprios recursos naturais. Uma empresa de aquicultura no Quênia empregou membros da comunidade pesqueira local, treinando-os para oportunidades de liderança, pagando salários segundo o mercado local e um valor de arrendamento pelo uso de suas terras. O estabelecimento de área de reprodução protegida levou à redescoberta de espécies consideradas extintas.[101] Em outro exemplo, uma empresa de agricultores na Índia ajudou os agricultores a acessar mercados que ofereciam preços de 20 a 30 por cento maiores, implementaram práticas de colheita sustentáveis, e deram treinamento em saúde, direitos Indígenas e outros conhecimentos.[101]As fontes suplementares de renda vindas da exploração insustentável ficaram no mesmo nível sempre que as oportunidades de subsistência sustentável foram desvinculadas da gestão sustentável .[102,104] Isso foi demonstrado em estudo em que pescadores ganharam novos barcos sem que houvesse reforço dos regulamentos de pesca, aumentando da captura de peixes próximos à costa.[105] Em outro exemplo, comunidades participando do programa de subsistência alternativo sem planejamento de uso forte e sustentável da terra acabaram usando o excedente de renda para aumentar a criação de gado, degradando ainda mais o habitat que o programa pretendia proteger. [106]

Cada uma das considerações acima destaca a importância de oportunidades de subsistência sustentável lideradas e conduzidas pela comunidade que lidam com essas nuances e incluem um portfólio misto de opções, diversificando o risco de qualquer empreendimento fracassar. No entanto, é importante notar que existem custos iniciais para diversificação que podem colocar grupos de baixa renda em desvantagem para a participação em tais iniciativas. O diálogo com indivíduos e grupos em vários níveis pode ajudar a criar entendimento sobre a natureza evolutiva das oportunidades e ameaças a partir de diferentes perspectivas; um bom diálogo permite que as abordagens de gestão sejam adaptadas segundo o caso.[102,107]

© TED WOOD

Estudos de caso

Norte da Austrália—meios de subsistência sustentáveis por meio de empresas de carbono e emprego direto em conservação
Gestão

Historicamente, grande parte do norte da Austrália existiu como um complexo mosaico de terra e mar tradicionalmente administrado por centenas de clãs Indígenas. No entanto, a colonização destituiu esses clãs de suas terras nos séculos 19 e 20, interrompendo o relacionamento, conhecimento e práticas Indígenas que sustentavam os padrões de administração ambiental desenvolvidos ao longo de mais de 65.000 anos. Sem essa gestão tradicional, as savanas do norte da Austrália ficaram sujeitas a mais incêndios florestais no final da estação seca, com queimadas mais intensas, danificando o habitat de plantas e animais nativos e liberando mais gases de efeito estufa. Mais recentemente, grandes áreas de terra foram devolvidas à administração dos Povos Indígenas. O chamado Título Nativo e outras formas de posse e direitos Indígenas agora já abrangem mais de 60 por cento das savanas do norte. Esses direitos serviram como importante fundamento para a parceria entre as TNC e as comunidades Indígenas para garantir o financiamento e apoiar os sistemas institucionais e de governança para sustentar as empresas terrestres e marítimas. Na verdade, este caso representa um exemplo convincente de como os meios de subsistência sustentáveis e o financiamento da conservação podem trabalhar juntos para criar resultados positivos para as comunidades e o ambiente natural.

O programa da TNC no Norte da Austrália trabalha com o Indígenas australianos em sua administração de terras tradicionais, renovação e fortalecimento de sua conexão com o país. Os parceiros Indígenas participam do planejamento de seus territórios, no chamado Planejamento de País Saudável (que é uma adaptação do Plano de Ação de Conservação feita por proprietários tradicionais australianos segundo seu contexto e prioridades). Isso lhes permite vislumbrar

LEGENDA DO ÍCONE
Biomas da Estrutura de VCA
TERRESTRE **ÁGUA FRESCA** **COSTEIRO**

um futuro para suas terras com oportunidades econômicas alinhadas com suas prioridades culturais. Como parte fundamental da gestão da terra, os Indígenas australianos reviveram práticas tradicionais de manejo do fogo, ajudando a restaurar e manter a rica biodiversidade da área e proteger importantes locais culturais e características ambientais. Ao reduzir os incêndios florestais de fim de estação, essas práticas evitaram a liberação de mais de 8 milhões de toneladas de dióxido de carbono em área equivalente a 19,3 milhões de hectares, com planos de expandir o modelo pelo norte da Austrália incluindo também o sequestro de carbono.

A redução das emissões de gases de efeito estufa cria oportunidades importantes, pois permite que a comunidade gere e venda créditos de carbono por meio do mercado de carbono da Austrália. O manejo tradicional de incêndios gerou mais de AUD $ 100 milhões em financiamento de carbono, permitindo que os grupos alavanquem os investimentos adicionais do governo, da filantropia e de outras fontes. A **Warddeken Land Management Ltd.**, uma empresa da comunidade, executa responsabilidades de financiamento e outros serviços relacionados à gestão da terra e bem viver da comunidade. A empresa inclui membros do conselho de cada grupo de clãs e um comitê diretor de detentores de conhecimento representando diferentes formas de conhecimento.

A empresa usa esse financiamento para apoiar uma combinação de organizações comunitárias e oportunidades de subsistência sustentável, o que é fundamental para sua durabilidade e autossuficiência financeira. As iniciativas incluem capacitação, infraestrutura, programas comunitários, empresas de redução de emissões de carbono e programas de guardas florestais Indígenas. Os programas de guardas florestais empregam e treinam homens e mulheres da região em gestão de terras e restauração de habitats, combinando o conhecimento Indígena e a ciência ocidental para obter resultados duradouros. As habilidades, capacidade de gestão e arranjos de governança desenvolvidos por meio de programas de guardas florestais e empresas de redução de emissões de carbono também fornecem uma base para desenvolver oportunidades adicionais de subsistência sustentável. Por exemplo, alguns membros da comunidade local realizam atividades com remuneração por serviço, como controle de ervas daninhas, controle de animais selvagens, proteção da biossegurança e pesquisas de vida selvagem para proprietários de terras vizinhas, agências governamentais e a indústria de recursos. Outros desenvolvem ecoturismo, turismo cultural e empresas de alimentos nativos. Isso oferece uma fundação importante para futuras oportunidades de subsistência sustentável com base no gerenciamento culturalmente apropriado dos recursos da terra.

Outros estudos de caso sobre oportunidades de subsistência sustentáveis podem ser acessados ***aqui***.

Ferramentas e recursos

FERRAMENTA 10: GUIA—GUIA PARA MEIOS DE SUBSISTÊNCIA SUSTENTÁVEIS E EMPRESAS COMUNITÁRIAS

Este guia foi elaborado para ajudar os profissionais de conservação a promover meios de subsistência sustentáveis em parceria com Povos Indígenas e comunidades locais. O guia fornece o conhecimento básico necessário para entender os meios de subsistência sustentáveis e descreve as etapas e ferramentas acionáveis que os profissionais de conservação podem usar ao desenvolver empreendimentos comunitários sustentáveis.

FERRAMENTA 11: GUIA—PREPARANDO COMUNIDADES PARA PROSPERAR

As atividades neste capítulo do Manual para facilitadores da proteção de terras comunitárias de Namati[100]—"preparando comunidades para prosperar" com início na página 183—são projetadas para promover o crescimento e a prosperidade da comunidade a longo prazo, de acordo com os planos e intenções definidos em comunidade. Elas visam apoiar os membros da comunidade a buscar uma variedade de meios de subsistência, regenerar ecossistemas locais, preparar-se para possíveis negociações com investidores e tomar medidas específicas para concretizar sua visão comunitária compartilhada.

© AMI VITALE

Elemento fundamental 1

Benefícios, impactos e inclusão equitativos

© AMI VITALE

Conhecimento, evidência e prática

ASPECTOS ESSENCIAIS

- Apoiar os direitos humanos e a equidade é um imperativo moral e uma pré-requisito essencial para resultados sustentáveis de conservação. Para os Povos Indígenas, isso inclui o direito à autodeterminação e o critério de consentimento livre, prévio e informado.

- A equidade deve ser examinada tanto na escala da comunidade (de comunidade para comunidade, empresa e governo), quanto na escala do indivíduo (abrangendo identidades sociais). Em consideração ao contexto, caso alguns estejam se beneficiando, sendo mais impactados ou sendo incluídos mais do que outros, é preciso agir para evitar ou resolver a situação.

- A análise da situação participativa, incluindo análise de gênero e poder é fundamental para a compreensão do que significa equidade em qualquer contexto e as dinâmicas de poder que fundamentam e geram impacto nas parcerias com as comunidades. Quaisquer atividades devem ser baseadas em uma compreensão sólida do contexto e enraizadas no apoio à liderança das identidades sociais específicas, prioridades e visão para sua participação e seu futuro.

- Os direitos podem variar dentro das comunidades e de acordo com os diversos recursos, e algumas identidades sociais (mulheres, jovens, novos migrantes) podem não ter os mesmos direitos que outras, daí a necessidade de uma lente de equidade. É necessária considerar com cuidado quem são os titulares de direitos dentro de uma comunidade e quão seguros são seus direitos, pois isso tem implicações para quem tem voz nas decisões de uso e gerenciamento e para quem recebe benefícios.

- Em processos participativos, como oficinas de capacitação de liderança e gestão e MSD, é importante garantir a todas as identidades sociais participação equitativa e oportunidade de liderança, prestar atenção às dinâmicas de poder em nível micro e macro e oferecer capacitação geral para lidar com desequilíbrios de poder, compreender e mitigar possíveis consequências não intencionais da participação para os membros da comunidade.

- Ao apoiar meios de subsistência sustentáveis, é preciso focar tanto em garantir a equidade de oportunidades e benefícios a todas as identidades sociais como em evitar consequências não intencionais tais quais favorecimento da elite, ampliação das desigualdades na distribuição de riquezas existentes e aumento da violência baseada em gênero.

TERMOS ESSENCIAIS

Favorecimento da elite—inclui várias situações relacionadas, porém distintas como dominação e controle de processos de tomada de decisão, monopolização de benefícios e recursos públicos ou combinação de ambos. O conceito também é usado para descrever situações em que as elites políticas e econômicas se apropriam indevidamente de recursos e fundos públicos ou cometem atos de prevaricação.[108]

Equidade—conceito multidimensional de preocupações éticas e justiça social baseado na distribuição de custos e benefícios, processo e participação e reconhecimento, e tem como base o contexto específico analisado. Às vezes é usado como sinônimo de justiça.[109]

Direitos humanos—direitos inerentes a todas as pessoas, independentemente da nacionalidade, local de residência, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, origem nacional ou étnica, raça, religião, idioma, idade, capacidade ou qualquer outra condição. Todos somos titulares dos direitos humanos igualmente e sem discriminação.[110]

Intersecionalidade—cunhado pela primeira vez em 1989 pelo professor Kimberlé Crenshaw, descreve o conceito de que traços socialmente construídos não existem isolados uns dos outros, mas estão interconectados e se influenciam de maneira explícita e implícita.[111]

Identidade Social—são aqueles aspectos de uma pessoa definidos em termos de participação em seu grupo, por exemplo: identidade Indígena, raça, etnia, religião ou afiliação ao sistema de crenças, nacionalidade, idade, orientação sexual, identidade de gênero, idioma, nível de educação, status socioeconômico ou classe, localização geográfica, migração ou status de visto.[112]

Consulte a **"Ferramenta 12: Realização de uma análise de poder"** para uma explicação sobre os aspectos multidimensionais do poder e orientação e modelos para a realização de análises do poder.

Consulte a **"Ferramenta 13: Manual de Direitos Humanos"** para orientação detalhada sobre a implementação de uma abordagem baseada em direitos humanos.

Consulte a **"Ferramenta 14: Diretrizes de Gênero"** para orientação detalhada sobre a integração da equidade de gênero em projetos e estratégias de conservação.

Na esfera da conservação, a equidade social pode ser descrita em quatro dimensões: 1) distribuição de custos, responsabilidades, direitos e benefícios, 2) processo de tomada de decisões e definição de quem tem voz nesse processo, 3) reconhecimento e respeito pelo status igual de identidades, histórias, valores e interesses distintos, e 4) história e circunstâncias sociais, econômicas, ambientais e políticas subjacentes.[109] No mínimo, as organizações de conservação devem se comprometer primeiro, em não prejudicar às comunidades parceiras e garantir que a população local não assuma injustamente os custos da conservação enquanto a sociedade se beneficia. [113-114] A TNC tem o compromisso de cumprir esse requisito básico de salvaguarda social e ir além: apoiando e promovendo as visões e a autodeterminação dos Povos Indígenas e das comunidades locais.

Esse compromisso duplo—não apenas não causar danos, mas também construir uma verdadeira abordagem de parceria centrada na equidade e na autodeterminação— requer uma compreensão firme sobre o contexto específico. Para fazer isso, é importante reconhecer

as comunidades como uma combinação diversificada de grupos e identidades. O diferentes grupos sociais ou identidades (com base em gênero, idade, status socioeconômico, etnia, raça, religião, etc.) muitas vezes usam recursos naturais de modos diferentes, a depender de seu conhecimento e habilidade, o que está vinculado a seus papeis socialmente definidos e responsabilidades, e recebem o impacto de maneiras diferentes. Por exemplo, certas atividades podem mudar a distribuição de tempo e impor maior carga de trabalho a membros mais vulneráveis da família, como mulheres e crianças. Se esses custos e diferenças potenciais não forem totalmente compreendidos, o sucesso de qualquer atividade pode ser limitado e, pode haver consequências não intencionais para alguns membros da comunidade. Em contraste, quando as considerações de equidade são incorporadas ao desenho, implementação e monitoramento do programa, os resultados são melhores tanto para as pessoas quanto para a natureza e se obtêm longevidade nas decisões e ações da comunidade. Estudos mostram que o aumento da participação das mulheres na gestão florestal e pesqueira trouxe aprimoramento das regras do uso de recursos, maior aceitação e ecossistemas mais protegidos.[115-116]

A cocriação de relacionamentos respeitosos e equitativos com os Povos Indígenas e as comunidades locais leva tempo. Nossa responsabilidade de centralizar as visões de futuro das comunidades Indígenas e comunidades locais e honrar a diversidade de identidades sociais dentro desses grupos permanece constante ainda que possa parecer que o engajamento da TNC mude em diferentes situações. Uma análise da situação participativa que inclua análise de gênero e poder dentro da comunidade é importante para compreender as maneiras culturalmente sensíveis de apoiar a autoridade e capacidade da comunidade. Por exemplo, avaliar a distribuição de benefícios tangíveis (renda, tecnologia) e intangíveis (educação, status, participação, inclusão, segurança, instituição de segurança) das estratégias de conservação é importante, pois alguns grupos podem se beneficiar mais do que outros. Essa análise pode dar orientações sobre como dar apoio e evitar reações adversas, discriminação ou violência baseada na identidade. A análise precisa reconhecer e responder às dinâmicas de poder, incluindo realidades diferentes para identidades sociais diferentes, evitando considerar certa identidade social como grupo homogêneo; a identidade total do indivíduo é composta por inúmeras interseccionalidades perpassando diferentes identidades sociais.[117] Na análise da situação é importante facilitar a participação direcionada e eficaz da comunidade nas diferentes identidades sociais para garantir que as atividades subsequentes sejam desenvolvidas de forma colaborativa e culturalmente sensível, e que não tenha consequências negativas e não intencionais, tais quais retaliações, violência baseada na identidade ou imposição de premissas externas—incluindo suposições sobre o que é a equidade—que podem perpetuar as estruturas ou impactos coloniais (correspondência pessoal, Janine Mohamed, Instituto Lowitja).

Equidade em direitos e posse

O direito fundamental dos Povos Indígenas à autodeterminação se apoia em sua garantia de direitos sobre terras, águas e recursos naturais. Isso é afirmado na **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Por exemplo, o artigo 25 afirma o direito dos Povos Indígenas a manter e fortalecer um relacionamento espiritual com suas terras, águas e territórios; o artigo 29 descreve o direito dos Povos Indígenas à conservação, proteção e à capacidade produtiva de suas terras ou territórios e recursos; e o Artigo 32 articula o direito dos Povos Indígenas de determinar prioridades para o uso e desenvolvimento de terras, territórios e recursos.[3]

Uma abordagem equitativa para garantir os direitos das comunidades Indígenas e locais sobre terras, águas e recursos pode incluir o suporte à implementação de políticas ou mudanças que contribuam para direitos e condições de equidade mais favoráveis. Essa abordagem também pode envolver o apoio equitativo de posse, uso e direitos de herança em diferentes identidades sociais dentro de uma comunidade. Historicamente, os esforços para aumentar a garantia de posse muitas vezes se concentraram nos recursos usados por

homens, mesmo que haja usos e conhecimentos diversificados mantidos por mulheres. Além disso, pode ser que em alguns contextos, as mulheres não tenham acesso à posse de terra, e caso tenham a posse conjunta com seu marido, a terra é muitas vezes herdada por familiares masculinos quando o marido falece. Esse cenário de desigualdade estrutural prejudica o bem viver e a segurança das mulheres, bem como de suas comunidades e dos ecossistemas que elas protegem. Quando o direito das mulheres é melhor assegurado, temos uma melhora em sua resiliência, sua renda, nos recursos alimentares de suas famílias e na saúde das terras, águas e recursos naturais que administram.[118-119]

A localização geográfica também pode ter impacto na dinâmica de poder e nos regimes de direitos. Por exemplo, no contexto da água doce, estar localizado a montante é mais vantajoso do que a jusante, e os desequilíbrios de poder atuam em oposição ou no reforço dessas dinâmicas. Os esforços para garantir a posse também podem aumentar o risco de conflito ou descontentamento, pois atribuir e esclarecer direitos pode ter um resultado de soma zero. Quando alguém adquire direitos de propriedade, pode ser que outra pessoa ou entidade esteja perdendo esses direitos (quando se muda da pesca de pequena escala de acesso aberto para abordagens de gestão baseadas em direitos).

Equidade na liderança, governança, e capacidade de gestão

Os esforços de apoio à liderança, governança e capacidade de gestão dos Povos Indígenas e comunidades locais devem ter como foco a autodeterminação.[120] Isso inclui respeitar e trabalhar com líderes e instituições comunitárias, estruturas de governança tradicionais e contemporâneas e processos de tomada de decisão, além de honrar e aplicar o conhecimento Indígena e local lado a lado com a ciência ocidental,[121] e tomar medidas para proteger a propriedade intelectual Indígena e da comunidade local. Nenhuma atividade deve ocorrer sem consentimento livre, prévio e informado dos Povos Indígenas, um processo contínuo a ser realizado ao longo de todo o ciclo de vida de uma iniciativa.[122] A capacitação é recíproca—é preciso capacitar a equipe e os parceiros para que o trabalho tenha uma abordagem equitativa e baseada em direitos humanos. Os profissionais de conservação devem estar abertos e dispostos a terem novos insights, habilidades e conhecimento à medida em que se envolvem, criam parcerias, e trabalham junto com os Povos Indígenas e comunidades locais.

Para o sucesso das estratégias de capacitação já projetadas e implementadas é importante estar atento à inclusão, a equidade dos impactos e benefícios, e o possível favorecimento da elite. As iniciativas bem-sucedidas de capacitação precisam promover o acesso equitativo às informações, ferramentas e oportunidades; participação equitativa em treinamentos, reuniões e processos de tomada de decisão e liderança equitativa no planejamento, implementação e monitoramento. Diferentes titulares de direitos e partes interessadas têm diferentes experiências, preferências e origens, é preciso uma ação informada para garantir sua inclusão. Por exemplo, muitas vezes os recursos administrados por homens e mulheres são diferentes, e é importante levar isso em conta no gerenciamento e governança de recursos naturais.

Apoiamos uma abordagem de equidade de gênero. Há muitíssima evidência dos benefícios do fortalecimento dos direitos, a voz e a escolha das mulheres em termos de gestão de recursos naturais. [115-116] Ao incluir todas a vozes, podemos apoiar de forma mais efetiva a proteção de todos os recursos. O reconhecimento de semelhanças e diferenças, e soluções que favoreçam a compreensão, a responsabilização, a equidade e a sustentabilidade implicam a inclusão de homens e meninos, junto com mulheres e meninas, na análise de gênero e nas atividades focadas na equidade de gênero,

A tabela 6 lista exemplos de ações para promoção da equidade nos esforços de apoio à liderança, capacidade e governança comunitárias. Observe que pode haver intersecionalidade entre muitas das identidades listadas.

Tabela 6: *Exemplos de ações que podem ser realizadas para promover a equidade na liderança, governança e capacitação de gestão para diferentes identidades sociais.*

Exemplos de identidades sociais	Exemplo de ações de equidade
Gênero	Treinamento e apoio financeiro para redes e grupos de mulheres; treinamentos adicionais facilitados por mulheres e direcionados a mulheres membros da comunidade; acolhimento de crianças em reuniões, além de oferta de acomodações ou ajuda de custo para que as mulheres tragam seus filhos e/ou cuidadores; treinamentos e reuniões em horários e locais seguros e acessíveis para as mulheres, e que não aumentem sua exposição a riscos e carga de trabalho ou de tempo;[h] facilitação de intercâmbios de aprendizagem entre mulheres de diferentes comunidades; apoio à capacidade e a confiança das mulheres em áreas como falar em público, negociações, gestão financeira e liderança de projetos
Idade	Treinamento e apoio financeiro a redes e grupos juvenis; fomento da participação dos jovens na tomada de decisões e papéis de liderança; desenvolvimento oportunidades de subsistência sustentável para jovens; apoio à participação de anciães; apoio à conexões intergeracionais; apoio à transições de liderança saudáveis, orientação e planejamento de sucessão
Etnia	Realização de oficinas na língua local e/ou prestação de serviços de tradução e publicidade com antecedência; garantir que os materiais de treinamento estejam disponíveis em formatos e idiomas acessíveis;[i] criar métodos e processos para aprender e compartilhar o conhecimento local e étnico despertado e revelado; fornecer um pacificador ou mediador neutro, se necessário
Situação/classe socioeconômica	Compensar os membros da comunidade por sua participação; garantir que as reuniões e treinamentos não sejam realizados nos mesmos horários das atividades de subsistência ou durante a época de colheita; apoiar e agenciar fornecedores e prestadores de serviços locais para reuniões ou eventos locais; não dar preferência aos membros mais ricos e educados da comunidade

h. Isso também é importante para evitar que as crianças faltem à escola para ajudar nas tarefas domésticas.

i. Considere os níveis de escolaridade, bem como a possibilidade de que mulheres ou minorias étnicas falem uma língua Indígena ou local, mas não a língua nacional.

Equidade no MSD

Muitas das considerações de equidade relacionadas à eficácia no diálogo com vários interessados e tomadas de decisão coincidem com os pilares de liderança, governança e capacidade de gestão da Estrutura de VCA. O contexto histórico e atual de colonização e desequilíbrios de poder exige a capacitação de todos os titulares de direitos e partes interessadas envolvidas. Caso contrário, corre-se o risco de a mesma dinâmica macro de poder se desenrolar no espaço da iniciativa. Isso pode envolver a capacitação do governo ou de empresas privadas em direitos e engajamento dos Indígenas, bem como apoio à capacidade dos Indígenas e da comunidade local em se engajar em políticas ou espaços corporativos. É importante lembrar que, ainda que nesses espaços as organizações de conservação possam ser um agregador confiável, não estamos isentos de preconceitos, e os mesmos princípios que se aplicam à nossa própria capacitação no pilar de liderança se aplicam à nossa capacitação para o engajamento de boa fé como um ator dentro de um ambiente com várias partes interessadas.

É essencial considerar a dinâmica do poder na concepção e sucesso do MSD, tanto dentro das próprias comunidades quanto em relação a outros grupos de partes interessadas. Em muitos casos, a falta de direitos formais, a falta de capacidade e a falta de alternativas econômicas podem colocar as comunidades locais em desvantagem quando se trata de poder e influência na tomada de decisões. No caso da degradação ambiental, aqueles que se beneficiam das atividades degradantes costumam ser mais poderosos no contexto sistêmico atual do que aqueles que são prejudicados, obrigando os atores menos poderosos a arcar com os custos.[123] É difícil superar diferenças de acesso, influência, recursos , e as informações, e aqueles que estão no poder podem relutar em abrir mão do controle, muitas vezes usando esse poder para ditar a forma (horário, época do ano, local) e função (processo) de diálogo. A insensibilidade às necessidades dos Povos Indígenas e das comunidades locais pode reduzir ainda mais suas oportunidades de engajamento significativo.[91] Nesses casos, pode ocorrer uma participação meramente simbólica ou sem sentido, sem causar mudanças importantes na autoridade de tomada de decisão. Também é importante reconhecer a ascensão de governos anti-Indígenas e outros atores que promovem a violência contra os defensores do meio ambiente e prejudicam a segurança de terras, águas e recursos. Alguns atores e espaços serão inseguros para o envolvimento Indígena e da comunidade local, e é fundamental entender por maios dos próprios parceiros em que o engajamento deve se basear e o que preferível evitar. Em todas as áreas em que vários atores estão envolvidos, é importante desenvolver de forma colaborativa um plano de resolução de conflitos culturalmente sensível e focado no diálogo.[124]

Os MSDs devem apoiar o acesso, a participação e a liderança de todas as partes interessadas em todas as discussões e tomadas de decisão, incluindo identidades sociais vulneráveis ou sub-representadas .[125]É preciso reconhecer nas próprias comunidades a sua diversidade interna para garantir representação e participação adequadas—por exemplo, mulheres, anciães e outros grupos com perspectivas e conhecimentos singulares para agregar ao diálogo. No que diz respeito à equidade de gênero, apoiar conexões e trocas entre redes e organizações de mulheres pode criar importante oportunidade para aprender, compartilhar e avançar nas prioridades das mulheres.

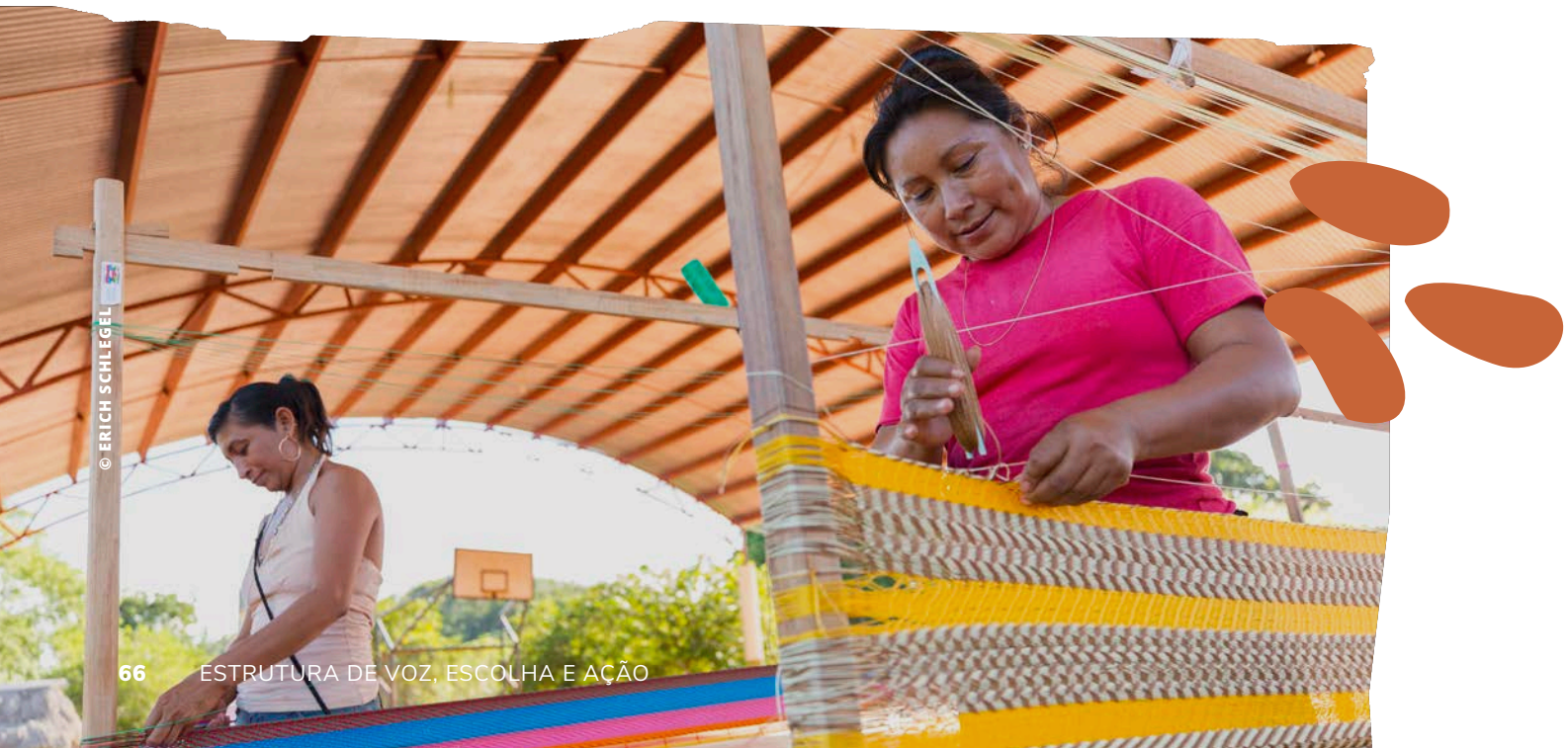
Consulte a tabela 6 para exemplos de ações de promoção da equidade nos espaços MSD. Em geral, é preciso dar atenção aos custos ocultos ou não intencionais de participação no MSD (salários perdidos, mudanças na carga horária), bem como à acomodação para idiomas locais (encontros em idioma local ou em tradução simultânea), o dia e ano em que o MSD ocorre (fora do período da safra ou temporada de pesca), o formato do diálogo (alinhado com abordagens tradicionais de discussão e tomada de decisão) e assegurar-se de incluir as pessoas certas (não se restringir à elite rica, mas respeitar líderes escolhidos e tradicionais).

Equidade em oportunidades de subsistência sustentáveis

Este pilar, talvez mais do que qualquer outro, tem o potencial de aumentar as disparidades existentes e, portanto, é preciso ter muito cuidado para garantir uma abordagem culturalmente sensível à participação e benefícios equitativos. Por outro lado, as oportunidades de subsistência sustentável têm o potencial de tornar os sistemas mais equitativos, mas apenas se essas iniciativas forem combinadas ou contribuírem para a transformação das estruturas atuais, que dependem do desequilíbrio inerente de poder. Para tornar equitativas as oportunidades de subsistência sustentável, devemos apoiar de forma contínua a participação e a liderança de diferentes identidades sociais na definição do "o quê" e do "como", e apoiar o compartilhamento equitativo de benefícios dentro das famílias e entre as diferentes identidades sociais. A distribuição equitativa de benefícios também é fundamental para a criação de co-benefícios importantes, para evitar que as desigualdades existentes se aprofundem ou que novas desigualdades surjam nas comunidades. Por exemplo, pode ser que benefícios controlados por um chefe de família masculino não sejam experimentados por mulheres e crianças. Além disso, se só os membros selecionados da comunidade participarem da oportunidade de subsistência — em geral os mais ricos—, a renda pode não chegar no resto da comunidade.[126] É importante identificar riscos e proteger-se contra possíveis consequências negativas não intencionais, como retaliação, violência ou discriminação baseada em gênero (enraizada na inveja, medo ou raiva pela interrupção da dinâmica de poder ou distribuição de riqueza), aumento da carga horária e carga de trabalho ou exacerbação das lacunas ou disparidades de riqueza existentes.[127-129]

Exemplos de iniciativas de igualdade de gênero focadas em meios de subsistência sustentáveis: o apoio ao acesso das mulheres à tecnologia, ativos, poupança e créditos; apoio às mulheres na produção e marketing de produtos sustentáveis provenientes de recursos normalmente administrados por mulheres; aumento do reconhecimento e compensação pelos papéis que as mulheres tradicionalmente tem desempenhado; e apoio às mulheres em novos empreendimentos de sua escolha. A equidade de gênero melhora vidas, traz resultados na saúde,[130] no desenvolvimento econômico,[131] nas políticas sociais, na sustentabilidade ambiental e gera oportunidades para as gerações futuras.

Iniciativas de subsistência sustentável também podem ser essenciais para jovens poderem liderar e serem compensados, viabilizando sua permanência em suas comunidades, fazendo com que recebam o conhecimento transmitido pelos anciães e que assumam funções na administração de terras, águas e recursos. Para uma mudança positiva e duradoura e um futuro sustentável pode ser fundamental focar em certas iniciativas para a participação de jovens (homens e mulheres) e na colaboração entre gerações com base na compreensão do contexto.


© ERICH SCHLEGEL

Estudos de caso

Liderança feminina nos Xikrin Indígenas do Brasil

O Povo Indígena Xikrin, conta com 1.300 pessoas que vivem em 20 aldeias na terra Indígena Trincheira Bacajá, com um território de 1,65 milhão de hectares no estado do Pará, no coração da Floresta Amazônica. Um enorme reservatório natural de carbono e refúgio para a biodiversidade, a Amazônia é, sem dúvida, um dos ecossistemas mais importantes do mundo—e as terras Indígenas são fundamentais para sua proteção, compreendendo mais de 27% da área terrestre da Bacia Amazônica e detendo 33% da suas reservas de carbono. A TNC estabeleceu parceria com os Xikrin na proteção de florestas e oportunidades de subsistência por vários anos e, recentemente essas parcerias incluíram um foco intencional de gênero.

A mulheres Xikrin, conhecidas como *menire*, notando que suas responsabilidades eram vistas dentro e fora da aldeia como secundárias, propuseram-se a buscar mais reconhecimento para suas funções de gerentes de recursos naturais, e mais oportunidades para liderar projetos em suas comunidades. O objetivo delas era se organizar e se engajar com parcerias, aumentar seus conhecimentos, habilidades e sua visibilidade dentro de suas comunidades e no mundo dos *kuben* (pessoas brancas). Com muitas de suas funções e interesses têm foco no gerenciamento sustentável de recursos naturais, apoiar a visão e a liderança das*menire* é uma solução natural e de longo prazo para melhorar o bem viver humano e ambiental.

As mulheres Xikrin iniciaram essa jornada pela visibilidade externa em 2013, com um portfólio diversificado de projetos de gestão e produção sustentável de recursos em parceria com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), The Nature Conservancy, o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu) e comunidades tradicionais *ribeirinhas* em Rio Novo. Essas plataformas de engajamento de várias partes interessadas foram essenciais para impulsionar e sustentar parcerias de trabalho em apoio à voz, escolha e ação dos Povos Indígenas em toda a região.

LEGENDA DO ÍCONE
Biomas da Estrutura de VCA

TERRESTRE **ÁGUA FRESCA** **COSTEIRO**

Esses projetos liderados por mulheres—incluindo confecção de roupas, produção de farinha, cultivo de vegetais e criação de corantes para pintura corporal e, mais recentemente, para materiais de pintura como bolsas e camisas—têm o objetivo de apoiar o gerenciamento sustentável, colheita e produção de produtos florestais não madeireiros, promovendo e mantendo uma floresta viva e vigorosa. Alguns desses projetos continuam até hoje e servem de exemplo para outras aldeias, incentivando a participação de mais famílias interessadas.

Um dos projetos que se expandiu e agora conta com a participação de várias aldeias Xikrin é a produção de óleo de *babaçu*, a partir da noz de uma palmeira. O projeto se concentra no fortalecimento da capacidade das *menire* de liderar a gestão, produção e comercialização do óleo de *babaçu* para uso de subsistência dentro das aldeias e para comercialização externa. O óleo é vendido a preços justos e encaminhado diretamente aos consumidores ou lojas nos centros urbanos, dispensando compradores intermediários e agregando significativo valor econômico a uma atividade de importância cultural e ambiental.

Este projeto também incluiu o estabelecimento de uma nova *nhô rõny kangõ nhõ kikre* (casa de processamento de óleo de *babaçu*), uma pequena máquina de extração de óleo, garrafas e rótulos para embalar o óleo. Processar óleo de *babaçu* para fins culinários, cosméticos e rituais é um papel tradicional e uma rica herança cultural das *menire*que remonta a gerações; agora dá oportunidade de maior liderança, renda e reconhecimento para as mulheres Xikrin e suas aldeias. O projeto recebeu o reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura pelo empoderamento e autonomia das mulheres em atividades rurais que promovem alimentos saudáveis e tradicionais.

As mulheres Indígenas são as líderes de uma promessa para as gerações futuras. Mães, avós, bisavós—todas mulheres da comunidade—juntas trazem consigo uma importante compreensão e responsabilidade pelos recursos florestais, fundamentais para a segurança alimentar de toda a família e para o gerenciamento sustentável dos recursos da comunidade. No Plano de Gestão Territorial e Ambiental do Povo Xikrin (PGTA), desenvolvido em parceria com a TNC, as *menire* enfatizaram a necessidade de fortalecer seus conhecimentos tradicionais e a gestão comercial de produtos florestais não madeireiros, como o *piy* (castanha-do-Pará). Toda a família participa do processamento do*piy*, incluindo coleta, lavagem, secagem, transporte e armazenamento.

A TNC também apoia outros Povos Indígenas na gestão e comercialização de recursos como a castanha do Pará, incluindo o povo Parakanã, que vive na região de Apiterewa, vizinhos dos Xikrin. Assim como no projeto do óleo de babaçu, as organizações dos Xikrin e Parakanã estão administrando e vendendo a castanha-do-pará diretamente para a indústria, (ex.: para uma fábrica de pães) eliminando compradores intermediários e recebendo valores mais altos. Os Parakanã também estão desenvolvendo uma forte cadeia de suprimentos comercial para seus artesanatos tradicionais, vendendo-os por um valor agregado e para um mercado com demanda estável. Isso, por sua vez, proporciona um fluxo constante de renda que vai diretamente para as mulheres, que a utilizam para melhorar a vida de suas famílias e aldeias e, por fim, fortalecer a autonomia dos Parakanã em suas terras.

A presença de demarcação segura de terra tem sido uma condição propícia para o sucesso nesses lugares. Embora longe de estar livre de invasão, entrada e extração ilegal por atores externos, o fato de os territórios Xikrin e Parakanã serem demarcados cria um ponto de partida mais estável para esses esforços. Além disso, o apoio de parcerias de longo prazo e fortes plataformas multissetoriais tem sido um componente importante deste trabalho. Povos Indígenas de diferentes terras estão se unindo para colaborar em iniciativas de meios de subsistência sustentáveis, para atingir maior amplitude e impacto e se conectarem com mecanismos como o **selo Origens Brasil®** de certificação sustentável. Uma das maneiras pelas quais a TNC Brasil apoia o engajamento contínuo de várias partes interessadas é por meio da manutenção de um acordo de cooperação com a FUNAI, para garantir que as ações e objetivos da FUNAI e da TNC sejam colaborativos, complementares e alinhados a metas compartilhadas de apoio à liderança e autodeterminação Indígena em diferentes regiões étnicas.

A crescente visibilidade da liderança dessas mulheres em associações e instituições Indígenas em todos os níveis do Brasil está gerando a resultados em grande escala: Hoje, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), por exemplo, são representadas por líderes mulheres de força que promovem tanto os direitos Indígenas quanto a sustentabilidade ambiental em escala nacional e regional.

Quando as conexões entre atividades de conservação, equidade de gênero e direitos Indígenas são compreendidas, reconhecidas e apoiadas, as atividades de conservação têm um potencial muito maior para gerar impactos sociais positivos e contribuir para resultados de conservação mais duradouros. A chave para esse sucesso é enfocar a visão e a liderança das próprias mulheres Indígenas e valorizar seu próprio processo para gerar envolvimento dos homens, jovens e outros membros da comunidade. A TNC e outros parceiros ficam apenas na função de apoio. Apoiar as mulheres Indígenas a prosperar de formas que elas considerem culturalmente sensíveis e alinhadas com sua visão de futuro é essencial para garantir a conservação de milhões de hectares de terras ecologicamente necessárias na América Latina e no mundo.

Ferramentas e recursos

FERRAMENTA 12: QUESTIONÁRIO—REALIZAÇÃO DE UMA ANÁLISE DE PODER

O poder pode ser definido como o grau de controle sobre os recursos materiais, humanos, intelectuais e financeiros exercidos por diferentes setores da sociedade. A extensão do poder de um indivíduo ou grupo é relacionada a quantos tipos diferentes de recursos ele pode acessar e controlar. essa ferramenta explica os aspectos multidimensionais do poder e oferece orientação e modelos para conduzir uma análise de poder. A análise de poder deve ser realizada durante a análise de situação que faz parte do processo de planejamento para conservação em parceria com Povos Indígenas e comunidades locais. Como tal, os profissionais de conservação talvez achem útil consolidar vários aspectos da análise de situação, que poderiam ser também conduzidos de forma separada em uma análise abrangente, o que pode ajudar a economizar tempo, recursos e capital social limitados. Isso inclui análise da situação geral e das partes interessadas, análise de gênero, mapeamento dos titulares de direitos de posse e das partes interessadas e considerações de equidade na implementação, monitoramento, avaliação e aprendizado.

FERRAMENTA 13: KIT DE FERRAMENTAS—MANUAL DE DIREITOS HUMANOS DA TNC PARA TRABALHAR COM POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES LOCAIS

O público-alvo deste manual são os profissionais de conservação, gerentes e líderes de nível sênior. Aplica-se a todo o trabalho que possa impactar os Povos Indígenas e as comunidades locais, é relevante para todas as escalas de trabalho e abordagens estratégicas e é útil independentemente da função do projeto. O manual é formado por nove princípios e salvaguardas derivadas dos compromissos da TNC com as leis e normas internacionais de direitos humanos. O conteúdo principal do manual tem seis módulos e inclui listas de verificação, modelos, ferramentas e estudos de caso.

Também está disponível em chinês, francês, indonésio, português, espanhol e suaíli. Mais informações podem ser obtidas no site do Manual de direitos humanos.

FERRAMENTA 14: MANUAL—ORIENTAÇÃO DA TNC PARA INTEGRAÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO NA CONSERVAÇÃO

Essa orientação visa ajudar os profissionais de conservação a integrar as considerações de equidade de gênero em um projeto ou estratégia de conservação. A orientação segue o ciclo Conservation by Design (CbD) 2.0 e inclui informações, ferramentas e recursos importantes para conduzir uma análise de gênero baseada em evidências, desenvolver um plano de ação de gênero, construir uma estrutura baseada em resultados e sensível a gênero (CbD Fase 1); integrar abordagens e atividades sensíveis ao gênero em implementação (CbD Fase 2); e conduzir monitoramento, avaliação e relatórios sobre os resultados relacionados ao gênero (CbD Fase 3).

Também está disponível em chinês, francês, indonésio, português, espanhol e suaíli.

Além disso, é possível ter acesso a uma**oficina de integração de gênero para conservação de base Indígena e comunitária** baseado na orientação em conservationtraining.org, que inclui análise de gênero, planejamento de ações de gênero, equidade de gênero em MEL e violência e segurança baseadas em gênero. Para acesso ao currículo, contate **conservationtraining@tnc.org**.

Elemento fundamental 2:

Forte ligação com o conhecimento e o lugar

Conhecimento, evidência e prática

ASPECTOS ESSENCIAIS

- Para muitos dos Povos Indígenas e comunidades locais com quem fazemos parceria, a ligação com o conhecimento e o lugar é um aspecto essencial de identidade e bem viver, e uma fonte de reciprocidade ambiental e ética de cuidado.

- O nível e a intensidade da experiência de conexão com o lugar podem variar e mudar ao longo do tempo devido a muitas circunstâncias, incluindo o tempo dedicado ao lugar, exposição ao conhecimento baseado no lugar, história, narrativas, ensinamentos e capacidade de se envolver em práticas culturais.

- O conhecimento Indígena e o conhecimento local diferem da ciência ocidental, pois muitas vezes foram acumulados e transmitidos ao longo de milhares de anos e são inseparáveis do lugar, das pessoas e de sua relação recíproca. O conhecimento Indígena ainda hoje, em uma era pós-colonial moderna, é acessível para guardiães a quem esse conhecimento foi confiado.

- A língua Indígena, assim como sua cultura, fomenta e possibilita a gestão ambiental por meio da transmissão e contextualização do conhecimento Indígena e incutindo uma visão de mundo de respeito e integração com o mundo natural. Ela transmite e codifica as instruções originais, leis espirituais e naturais, práticas e filosofias que definem a ligação com o lugar.

- Qualquer iniciativa envolvendo conhecimento Indígena deve respeitar os direitos de propriedade intelectual e a soberania de dados, seguindo controles e acordos sobre acesso e provimento e dando apoio às decisões e definições das comunidades sobre quais são suas necessidades e sobre os acordos de uso para o conhecimento compartilhado.

TERMOS ESSENCIAIS

Ligação com o lugar—relação desenvolvida entre indivíduos, comunidades e sociedades e seus arredores por meio de contextos históricos, culturais, ambientais, pessoais e sociais.[132]

Soberania de dados—o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver o patrimônio cultural, conhecimento e expressões culturais tradicionais, bem como o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver propriedade intelectual sobre eles.[133]

Conhecimento Indígena—corpo cumulativo de conhecimento, práticas e crenças, evolutivo e governado por processos adaptativos, passado de geração em geração por transmissão cultural, sobre a relação dos seres vivos (incluindo humanos) uns com os outros e com seu ambiente .[15] Esse conceito às vezes é chamado de "conhecimento local" por aqueles que não se identificam como Povos Indígenas.

Transferência intergeracional—a transmissão de valores, crenças e conhecimentos bioculturais Indígenas e da comunidade local de uma geração para outra (ex.: de anciães para jovens por meio de narrativas orais).[134]

Ciência ocidental—sistema de conhecimento focado no aspecto objetivo e quantificável—fundamentado na aplicação do método científico aos fenômenos do mundo. O processo do método científico começa com uma observação seguida de uma hipótese que é então testada. Dependendo dos resultados do teste (e da replicabilidade desses resultados), a hipótese pode se tornar uma teoria científica ou "verdade" sobre o mundo.

Ligação com o lugar, bem viver e gestão ambiental

A ligação com o lugar refere-se à relação desenvolvida entre indivíduos, comunidades e sociedades e seus arredores por meio de contextos históricos, culturais, espirituais, ambientais, pessoais e sociais.[132] Os lugares e suas conexões com os seres humanos influenciam a cultura, as visões de mundo e as identidades.[135-136] Lugares são uma construção social a partir dos atributos que seres humanos observam e entendem ao seu redor.[137] A ligação com o lugar é um vínculo emocional que varia em intensidade.[138-139]Muitas sociedades Indígenas são indissociáveis do lugar, que se vincula à sua linguagem, nomes, histórias, canções, estruturas de organização social, conhecimento, cerimônias e espiritualidade. Para os Povos Indígenas e comunidades locais com as quais fazemos parceria, a cultura e o lugar são muitas vezes fundamentais para a sua identidade e visão de mundo, seus sistemas tradicionais de administração, regras de uso de terras, águas e recursos, e as estratégias de conservação mais apropriadas.

Para muitas comunidades Indígenas, a relação com o lugar vai além da ética do cuidado recíproco em que os humanos ajudam a promover a paisagem e a ecologia e assegurar sua continuidade.[140] Para elas, a ligação com o lugar é tanto algo físico como processo psicológico e sociocultural desenvolvido por meio de ancestralidade, história e responsabilidade. Algumas comunidades locais que não se identificam como Indígenas mas também cuidam dos recursos podem ter uma ligação igualmente forte, relacionada à sua cultura e herança. Esse apego ao lugar faz com que seja difícil substituir um lugar por outro, e leva a uma

dependência considerável de um lugar em particular.[141-143] A remoção dessas pessoas do lugar por meio de força, violência, mudanças climáticas ou de outra forma, pode gerar trauma (individual e intergeracional) .[144-145] Há bastante pesquisa demonstrando que uma ligação forte com a natureza e o lugar gera um comportamento pró-ambiental mais forte e resultados de conservação,[141,146-147,148-156] enquanto que a destruição da natureza gera impactos negativos tanto psicológica quanto espiritualmente .[157]as pesquisas também indicam que quanto mais tempo as pessoas vivem em um lugar, mais forte é sua ligação.[158-159]

Embora todos os seres humanos experimentem ligação com o lugar, existem diferentes níveis para isso. O apego ao lugar ocorre e varia segundo a organização social, geografia, linguagem e estruturas cognitivas, processo ritual, regras sobre o uso do lugar e produção material.[160] No caso de comunidades locais que migraram recentemente e que carecem de cultura e história vinculando-as ao local, a fonte do apego é a contribuição do lugar para sua sobrevivência e segurança por meio de provisão de alimentos, água, abrigo e meios de subsistência. Para essas comunidades locais, os meios de subsistência definem a ligação com o lugar.[161] As mudanças climáticas estão afetando negativamente a ligação dos agricultores com o lugar na Austrália Ocidental. Essas conexões comunitárias estão vinculadas ao seu senso de propriedade e trabalho na terra. Eles descrevem suas fazendas como o lugar onde vivem e trabalham, ao passo que a literatura que explora a ligação Indígena não se refere ao local como lugar de trabalho, mas como herança e parte integrante de sua cultura e de seu ser.[162-163] As comunidades de produtores mencionadas têm uma relação nostálgica com suas terras. Eles lamentam a deterioração das condições ambientais e a possível deterioração de sua relação com o lugar.[162] Em sua ligação com o lugar, eles distinguem entre paisagem trabalhada e natureza. Isso também se distingue do entendimento Indígena, em que os dois aspectos são interligados.[164] É preciso realizar mais pesquisas em diversas regiões e culturas para entender melhor o que motiva as comunidades locais a cuidarem da paisagem de forma que beneficie tanto a natureza como seus meios de subsistência .

Conhecimento Indígena, conhecimento local, e “visão com duas perspectivas” (descrita pelo ancião Dr. Albert Marshall)

A relação entre as pessoas, o lugar e sua compreensão e uso dos recursos circundantes é chamada de conhecimento Indígena por aqueles que se identificam como Povos Indígenas e conhecimento local por aqueles que não se identificam como tais. O conhecimento Indígena e o conhecimento local incluem práticas para manter e melhorar o meio ambiente—terras, águas, flora e fauna—e são parte integrante da cultura e dos meios de subsistência de uma comunidade.[165-167] Nessa visão de mundo, a cultura se mescla com o lugar e os sistema socioecológicos, em vez de se apresentarem separados, como acontece com frequência em estruturas de serviços ecossistêmicos. Além disso, nessa visão o conhecimento Indígena e o conhecimento local subsidiam o gerenciamento de recursos naturais. Nesse tipo de conhecimento em geral leva-se em conta os habitats e paisagens no momento de extrair ou manter espécies que tenham relações com o sustento ou com a disponibilidade de recursos para uso local (para medicamentos, alimentos, cestas, canoas, etc.).[167-168] O conhecimento Indígena inclui conceitos de respeito, reciprocidade e o ato de pedir permissão, e tudo isso é estendido também a entes não humanos e transmitidos por gerações.[168,160]

Grande parte da biodiversidade que cientistas encontram em ambientes administrados por Povos Indígenas é resultado do conhecimento Indígena sobre como cuidar do lugar e dos recursos naturais, levando a alteração da distribuição e gerando abundância de recursos. [169] Essas paisagens não são intocadas, mas gerenciadas de forma ativa por meio de regras, histórias e costumes que dão suporte à abundância.[169] Por exemplo, entre os povos Tlingit no Alasca, há regras de acesso a locais reservados para a reprodução de focas, gerando populações saudáveis ao longo do tempo.[160] No Quênia, as mulheres das comunidades pastoris possuem extenso conhecimento ecológico sobre como cuidar de cada forma de vida, com consciência profunda sobre a interdependência entre o espírito e a terra, transmitida através da gerações.[170]

Para os Povos Indígenas, a língua nativa está intimamente ligada ao conhecimento e ao lugar. Isso merece uma discussão mais aprofundada, pois há características inerentes de muitas línguas Indígenas que não se revelam facilmente a falantes não nativos e que estão ligadas à gestão ambiental e às relações com os sistemas naturais da Terra. A língua e a cultura Indígenas fomentam e possibilitam a gestão ambiental por meio da transmissão e contextualização do conhecimento Indígena, incentivando uma visão de mundo de respeito e integração com o mundo natural. A língua Indígena proporciona isso das seguintes maneiras:

- Conhecimento Indígena ou reciprocidade embutido nos nomes de espécies, recursos naturais, lugares e sistemas de classificação de história oral,
- Conceitos de administração ou gestão de recursos naturais que não têm tradução direta em outros idiomas,
- Estruturas linguísticas que estabelecem reciprocidade, integração, equilíbrio e respeito ao mundo natural, em geral a partir de visões não hierárquicas,
- Idioma baseado no lugar, o que conecta as pessoas ao seu ambiente e com as responsabilidades associadas, e
- Tradições orais, narrativas, histórias e aquilo que muitas culturas chamam de "instruções originais" contendo conhecimento Indígena e ética e moral ambientais.[171]

O conhecimento e o poder de definir o que conta como conhecimento real estão na raiz epistêmica.[171] Nas organizações de conservação, a ciência é fundamental para nosso trabalho de conservação e, por muitos anos, o modo de pensamento científico ocidental orientou a maioria dos esforços. Mas estamos reconhecendo e aceitando, tanto em nível organizacional como individual, que existem muitas maneiras de conhecer e entender o mundo natural e que tais abordagens devem continuar a ser compartilhadas e aplicadas por culturas do mundo inteiro, como tem sido feito há milênios. Como os Povos Indígenas cuidam de suas terras e águas há milhares de anos, o conhecimento Indígena oferece informações muitos ricas sobre os lugares, e em escala muito precisa e abrangendo longos períodos. Assim, os órgãos internacionais de ciência pedem a inclusão do conhecimento Indígena como complemento importante da informação científica ocidental. Isso é verdade, porém é incompleto. O conhecimento Indígena não é um conjunto de dados que podem ser extraídos e colocados dentro das estruturas da ciência ocidental. O conhecimento Indígena oferece lições de como viver de forma moral e sustentável. Oferece um arcabouço de conhecimento e análise inseparável do lugar, das pessoas e da relação recíproca entre tudo isso. O conhecimento Indígena integra conhecimento empírico detalhado, práticas materiais, responsabilidades éticas e espirituais e valores Indígenas de parentesco e responsabilidade mútua.[173] Além disso, é inseparável do lugar e das relações entre todos os seres que habitam o lugar.

As sociedades Indígenas são complexas. A questão do compartilhamento do conhecimento Indígena ocorre na interface de aspectos importantes dessa complexidade. Os detentores do conhecimento Indígena não são simplesmente aqueles que têm um conhecimento básico ou uma consciência acadêmica ou educação dos sistemas de conhecimento pelos quais sua comunidade tem sido guiada por milênios. Detentores de conhecimentos Indígenas se identificam a partir de seus próprios conceitos. Há estruturas de governança tradicionais que existiam antes dos atuais governos tribais que possuem soberania sobre o conhecimento, sobre como ele deve ser compartilhado e quem são seus detentores tradicionais.

Trabalhar com parceiros Indígenas para entrelaçar o conhecimento Indígena e a abordagem ocidental à conservação exige tempo, respeito e uma compreensão profunda dos desafios e riscos que este trabalho pode apresentar. Como o conhecimento Indígena está vivo dentro de um lugar e no relacionamento dos Povos Indígenas com esse lugar, precisamos começar nos envolvendo com os Povos Indígenas dos lugares em que trabalhamos e respeitar sua inteligência geográfica e sabedoria baseada no lugar. É preciso compreender que certos conhecimentos não devem ser compartilhados. De regra é recomendável pressupor que todas as informações são confidenciais e, além disso, podem não se encaixar ou pode não ser apropriado usá-las como "pontos de dados" em estruturas, métodos ou maneiras de pensar ocidentais. Não devemos presumir que podemos armazenar informações de projetos de parceiros em nossos bancos de dados ou disponibilizar essas informações publicamente. É preciso ter atenção e sensibilidade especiais no caso do mapeamento com GIS e outros usos de tecnologia onde há a cibersegurança e outros riscos. Contudo, alguns Povos Indígenas podem receber de forma positiva a oportunidade de compartilhar nomes Indígenas de plantas e lugares para restaurar a identidade Indígena em suas terras e manter esse conhecimento ativo e armazenável. É bom mantermos a intenção de engajar os detentores do conhecimento de maneira contínua e significativa para desenvolver perguntas, pesquisas e planos de gestão.

Fortalecimento e ligação com o conhecimento e o lugar

> Consulte a **"Ferramenta 15: mapeamento de valores culturais"** para um guia sobre a incorporação de valores sociais, culturais e de biodiversidade no mapeamento e planejamento espacial.

> Consulte a **"Ferramenta 16: contrato de propriedade intelectual"** para um modelo de contrato de propriedade intelectual personalizável para uso com parceiros Indígenas e da comunidade local.

> Consulte a **"Ferramenta 17: transferência de conhecimento entre gerações e engajamento de jovens"** para um kit de ferramentas projetado para ajudar a apoiar e fortalecer programas de educação baseados em terra e água para jovens Indígenas.

A ligação com o lugar não é estática: muda e se desenvolve continuamente. Nas últimos séculos, houve enormes mudanças na ligação dos seres humanos com o lugar. Em alguns casos, a deterioração da ligação com o conhecimento e o lugar foi resultado da colonização, do deslocamento forçado e violento, internatos residenciais e propagação de religiões monoteístas—em outros, ocorreu por meio de processos mais lentos de globalização, capitalismo, mudanças climáticas e falta de oportunidade no local.[137,144,174-175] Isso impactou não apenas a conexão com o conhecimento e o local, mas a garantia de posse associada, as estruturas tradicionais de governança e o bem viver humano em geral.[160]

Se quisermos ser donos de nossa história enquanto organizações de conservação, devemos também reconhecer e examinar como a conservação contribuiu para essa desconexão. O movimento conservacionista alterou os modos de vida Indígenas por meio de remoção forçada (em nome da proteção), impedindo-lhes o acesso cultural ou o uso de recursos naturais, e ignorando e suprimindo as formas Indígenas de conhecimento ao mesmo tempo em que sustentavam a ciência ocidental, de matriz europeia e americana.[176-177] Historicamente, ao definir as pessoas como separadas da natureza, a conservação gerou sentimento de exclusão, não de comunidade ("conservação de fortaleza").[178] A abordagem descrita na Estrutura de VCA traz uma alternativa no sentido de restabelecer e/ou sustentar a ligação com o conhecimento e o lugar. Comprometemo-nos a reconhecer e promover o papel dos Povos Indígenas e das comunidades locais como administradores, reconhecendo que a equidade, a liderança e o poder das comunidades Indígenas e locais, a garantia de direitos, o conhecimento local e a governança tradicional são essenciais para o bem viver e para os objetivos ambientais compartilhados.

Estamos trabalhando para reforçar, fortalecer e reviver a ligação com o conhecimento e o lugar buscando alternativas como: representar com precisão os valores culturais no mapeamento e planejamento espacial, melhorar o acesso, uso e proteção dos lugares sagrados, promover transferência de conhecimento entre gerações, linguagem e educação de jovens. Esses e outros exemplos de ações podem ser encontrados na tabela 7.

A soberania de dados dos Povos Indígenas é seu direito de manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural, conhecimento e expressões culturais tradicionais, bem como seu direito de manter, controlar, proteger e desenvolver sua propriedade intelectual sobre eles.[133] Ao buscar entender e ao dar apoio à ligação com o lugar e ao conhecimento integrado da comunidade Indígena ou local, é importante ter em mente que muitas dessas informações são propriedade intelectual— pode ser que os indivíduos não se sintam à vontade para compartilhar e os talvez o conhecimento não deva ser repassado para pessoas de fora. É respeitar e proteger a propriedade intelectual e a soberania de dados Indígenas e da comunidade local. Isso inclui o co-desenvolvimento de acordos de propriedade intelectual, respeitando o direito dos Povos Indígenas e das comunidades locais de omitir informações que não desejam compartilhar e priorizando o objetivo da existência e uso contínuos do conhecimento Indígena e do conhecimento local pelos Povos Indígenas e comunidades locais para perpetuar e promover suas próprias culturas e bem viver. É preciso também sempre buscar permissão, consentimento e avaliação de uma comunidade antes de divulgar uma história que foi compartilhada num trabalho conjunto, e respeitar os desejos da comunidade caso não desejam que a história seja contada (ou não queira que uma organização de conservação a conte).

© AMI VITALE

Tabela 7:: *Exemplos de atividades para apoiar a ligação com o conhecimento e o lugar.*

Abordagem	Atividades de exemplo
Melhorar o acesso e uso de terras, águas e recursos	Facilitar a rematriação ou acordos de acesso e uso de terras privadas ou públicas de importância cultural; apoiar abordagens lideradas pela comunidade para proteger lugares e espécies de importância biocultural
Facilitar a educação, o treinamento e o intercâmbio de aprendizado com base local	Apoiar o revigoramento da gestão tradicional de terras e águas (fogo tradicional, gestão da pesca) e habilidades (construção de barcos); defender os sistemas tradicionais de governança de recursos naturais; facilitando o intercâmbio de aprendizagem entre comunidades e entrelaçando comunidades de prática
Conhecimento Indígena, conhecimento local,	Documentar a língua Indígena; documentar histórias; utilizar multimídia e outras tecnologias para atrair jovens e gerações futuras para investir em seu próprio aprendizado, conhecimento (ex.: calendários sazonais, nomes de lugares e espécies) e história;[j] tratar histórias orais como fonte primária de conhecimento, se e quando necessário com atribuição coletiva (coletiva versus individual) aos detentores de conhecimento e fontes de conhecimento(s)
Apoiar a transferência de conhecimento entre gerações	Defender acampamentos de cultura jovem; suporte ao acesso a idiomas nativos; facilitar a conexão entre jovens e idosos no que diz respeito a terras e águas; apoiar a revitalização de práticas culturais e cerimônias
Entrelaçar o conhecimento Indígena, o conhecimento local e a ciência ocidental	Aplicar a língua nativa no planejamento e política no que diz respeito a termos de conceitos, espécies e nomes de lugares; facilitar a inclusão de valores culturais no mapeamento e planejamento espacial;[k] veicular o conhecimento Indígena e local como forma fundamental de evidência em parcerias com universidades e instituições de pesquisa
Incentivar o respeito e o reconhecimento dos modos de conhecer, ser e fazer dos Indígenas e da comunidade local	Facilitar intercâmbios com agências governamentais e cientistas ocidentais para promover os modos Indígenas de conhecimento, gestão de recursos e governança e promover uma colaboração respeitosa e eficaz; apoiar a participação de comunidades Indígenas e locais em fóruns de políticas para compartilhar seus modos de conhecimento; codificar o direito cultural da comunidade Indígena e local em termos de direito contemporâneo

j. Observe que a documentação é feita por e para Povos Indígenas e comunidades locais visando sustentar sua cultura e história. O respeito aos direitos de propriedade intelectual e à soberania de dados por meio de abordagens e processos apropriados é fundamental.
Também é crucial para garantir direitos a terras, águas e recursos, pois o mapeamento e o planejamento são etapas essenciais no processo. O respeito aos direitos de propriedade intelectual e à soberania de dados por meio de abordagens e processos é um dever.

Estudos de caso

Ligação com o conhecimento e o lugar na Mongólia

A Mongólia é dominada por um extenso ecossistema de pastagens escassamente povoado até os dias atuais. O povo da Mongólia é etnicamente homogêneo, com algumas diferenças culturais ou de estilo de vida baseadas no ecossistema: pastagens, montanhas ou florestas. Há uma forte cultura tradicional, estilo de vida e práticas ligadas às pastagens e ao gado. Os pastores são nômades, residindo e pastoreando animais em diferentes áreas dependendo da estação ou época do ano.

Um elemento importante da cultura mongol é o respeito e a reciprocidade para com a natureza na vida cotidiana. Assim, muitas pessoas têm forte ligação espiritual com a paisagem e praticam rituais associados.

> "Na nossa cultura tradicional, se alguém respeita a natureza, a natureza retribui dando-lhe sucesso e sorte. Assim, cerimônia e vida cotidiana se relacionam com esses conceitos. Os mongóis sempre acreditaram que a terra e seus recursos não lhes pertencem, pertencem ao espírito. Eles cultivam crença em um ser celestial chamado Tengri, crença que vem do século XIII. Acredita-se que esse ser esteja presente em todas as montanhas e rios, e que esses recursos pertencem a ele, não aos pastores. É preciso pedir aos espíritos antes de usar recursos como água, pasto e animais. Isso é feito pelos pastores por meio de um rito específico. Cada comunidade tem um lugar especial aonde é preciso ir para realizar esses rituais. Esse é um dos fundamentos da perspectiva mongol sobre a natureza.
>
> *-Gankhuyag Balbar sobre a cultura e a espiritualidade da Mongólia*

A cultura em geral foi afetada por séculos de mudanças políticas e econômicas, mais recentemente no âmbito das leis de recursos naturais. Nas últimas três décadas, a Mongólia passou por uma rápida transição de uma economia centralizada e altamente subsidiada para uma democracia com um mercado cada vez mais livre. Após a década de 1990, a sociedade e a política da Mongólia mudaram com a ascensão dos setores de mineração, agricultura, construção e turismo, gerando mais direitos de propriedade e uma economia individualizada. Isso representou uma nova mudança cultural, pois não havia anteriormente uma noção de "propriedade privada da terra" na Mongólia—tudo era propriedade comum.

Apesar dessas mudanças, a forma nômade de repassar o conhecimento local continua operando dentro das famílias e entre famílias. A transferência de conhecimento, crenças e respeito pelo mundo natural é mantida por meio de histórias, canções, poemas épicos e por meio de suas habilidades tradicionais e práticas de caça e pastoreio.

LEGENDA DO ÍCONE
Biomas da Estrutura de VCA

TERRESTRE **ÁGUA FRESCA** **COSTEIRO**

> "Os pais estão ensinando seus filhos na prática: por volta dos três a cinco anos de idade é importante fazer com que os filhos andem a cavalo. Os pais estão animados. eles começam a montar, os pais ficam livres para a cuidarem do gado. Todo esse conhecimento é repassado às crianças. Ensinam quais plantas são boas para os animais e quais são ruins. Os avôs e avós são os melhores professores porque eles têm o conhecimento, e é muito importante que eles repassem esse conhecimento para seus filhos para que eles possam ser bons pastores."
>
> *-Gala Davaa sobre a transferência de conhecimento entre gerações*

Em 2012, o parlamento da Mongólia aprovou uma lei para a gestão comunitária dos recursos naturais baseada em direitos coletivos. Grande parte do trabalho inicial da TNC com as comunidades se concentrou na conscientização sobre esses direitos e como exercê-los. Em trabalho conjunto, os pastores formaram contratos de gestão de recursos naturais e organizações baseadas na comunidade (CBOs). O estabelecimento de CBOs está facilitando a geração de confiança, respeito mútuo, cooperação e ação coletiva, e unidade entre pessoas que historicamente viviam de forma muito independente, espalhadas por uma vasta paisagem.

O treinamento e o planejamento de gestão de recursos naturais baseados na comunidade fornecem ao povo tradicional da Mongólia um caminho para promover seu conhecimento no sistema moderno mantendo laços duradouros com suas terras e modos de vida. Como tal, a ligação com o lugar e a continuação dessa cultura estão na vanguarda da conservação baseada na comunidade na Mongólia.

Contribuições e citações da equipe da TNC na Mongolia: Gankhuyag Balbar e Gala Davaa

Conhecimento Indígena no Alasca

A ligação das pessoas com o lugar no Alasca vai desde a tundra e o subártico até as florestas úmidas, arborizadas e montanhosas do sudeste. A ligação dos Povos Indígenas com o lugar, a cultura e o conhecimento é tanto antiga quanto moderna, rumo a um futuro de gestão comunitária de terras e águas saudáveis. No Alasca, através de gerações que abrangem milhares de anos, a ligação com o lugar mudava com os ciclos naturais. Os anciães descrevem um estilo de vida nômade com acampamentos para primavera, verão, outono e inverno. As pessoas seguiam diferentes ciclos de vida, movendo-se de acordo com as leis naturais, costumes, crenças espirituais e sistemas de conhecimento sustentados. Eles se adaptavam, vivendo sempre em um ciclo de preparação para a próxima estação.

> "Ter um relacionamento correto com lugar era fundamental. Por mais que a terra cuide de nós e nos dê sustento, também é nossa responsabilidade cuidar das terras e dos "recursos". A administração nada mais é que essa prática constante de cuidar e ser cuidado pela paisagem natural. Essa relação simbiótica e recíproca continua hoje sendo transmitida a cada geração."
>
> *-Andrea Akall'eq Burgess (Yup'ik)*

No Alasca, os Povos Indígenas usam o conhecimento cultural e tradicional para demonstrar gestão ativa para o bem viver e meios de subsistência. A relação que eles têm com o salmão, considerado-o como parente, é um exemplo disso.

> "O conhecimento Indígena instrui que não se deve capturar a primeira leva de peixes, você tem que deixar que essa primeira leva chegue às cabeceiras para começar a pesca. Mesmo que estejamos com fome é preciso deixar a primeira leva passar, respeitando as espécies mais fortes e resistentes, que inclusive sabem para onde voltar, garantindo que cheguem às cabeceiras para que seus descendentes possam retornar nos próximos anos em boa quantidade".

O povo Yup'ik foi reconhecido por "não deixar rastros" ao aplicar seus modos de vida sustentáveis, removendo seu acampamento e deixando o local "intocado", pois, segundo as instruções ancestrais, essa prática permite o retorno de aves migratórias e outras espécies essenciais. No entanto, as mudanças provocadas pela colonização foram devastadoras.

> "Tivemos que deixar de lado muitas das nossas práticas, disfarçar nosso conhecimento espiritual e Indígena, e ocultá-lo antes que fosse completamente criminalizado e perdido. Dizem que agora está na hora de remover esse "disfarce" pois o perigo já passou. Além disso, nossos jovens querem esse conhecimento, e felizmente ele está ressurgindo e sendo aplicado de novo."
>
> "O movimento de cura é a frente e o centro. Não dá para falar sobre linguagem ou proteção da terra, sem estar de mãos dadas com a cura, e sem abordar as maneiras em que esse despertar está sendo trabalhado. Temos uma frase, "*Tsu Héidei shugaxhtootaan, yá yaa khusgédaakeit, haa jeex' anakh has kawdak'eet*". Que significa "vamos agora abrir essa caixa de conhecimento"; a frase foi registrada por um ancião, e é repassada a cada geração. Veio ecoando."
>
> -*Crystal Nelson (Tlingit)*

Este desejo vem dos próprios jovens Indígenas e vem também do fato de os sistemas estarem mais receptivos. Os anciães sabem que a cura da terra e das pessoas andam de mãos dadas. Aparentemente a união e a cura das terras, águas e dos povos requer relembrar práticas culturais e formas tradicionais de conhecimento. Esse movimento está surgindo por meio de jovens Indígenas que têm buscado a transmissão intergeracional e cultural do conhecimento Indígena, seus valores, práticas e princípios de administração.

Ferramentas e recursos

FERRAMENTA 15: MANUAL—MAPEAMENTO DE VALORES CULTURAIS

A estrutura Development by Design (DbD) da TNC considera os valores da comunidade no processo de avaliação de impacto para propostas de desenvolvimento—incluindo biodiversidade, valores culturais e socioeconômicos. O DbD fornece uma visão holística sobre como o desenvolvimento futuro pode afetar esses valores e oferece soluções para a tomada de decisões bem informadas. O DbD usa uma ferramenta de mapeamento do Sistema de Informações Geográficas (GIS) para avaliar e demonstrar os prováveis impactos sobre esses valores definidos pela comunidade. O DbD apoia o conceito de consentimento livre, prévio e informado e dá aos grupos a oportunidade de participar plenamente do processo de tomada de decisão de desenvolvimento. Este manual foi escrito com base em experiências de mapeamento de valores culturais na Austrália, mas pode ser aplicado a outros lugares.

FERRAMENTA 16: MODELO—ACORDO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

O processo para fortalecer a ligação com o conhecimento e o lugar deve ser sustentado por um engajamento respeitoso, histórias locais e evidências. Ao fazer parceria com Povos Indígenas, devemos respeitar as informações sobre as pessoas, seus conhecimentos e seus territórios. Aqueles que trabalham neste espaço buscando publicar informações ou dados devem seguir os protocolos apropriados para consentimento livre, prévio e informado antes de publicar algo sobre Povos Indígenas ou seus lugares. Por respeito aos direitos de propriedade intelectual e soberania de dados de comunidades Indígenas e locais, a TNC desenvolveu um modelo de contrato de compartilhamento de dados e informações que pode ser adaptado ao contexto.

Este modelo também está disponível em espanhol, português e indonésio.

FERRAMENTA 17: KIT DE FERRAMENTAS—TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO ENTRE GERAÇÕES E ENGAJAMENTO DE JOVENS

O Kit de ferramentas do apoio aos novos administradores aborígenes (SEAS) foi desenvolvido pela Nature United[179] em colaboração com parceiros comunitários para ajudar a apoiar e fortalecer programas de educação baseados em terra e água para jovens Indígenas. Ele foi criado para fornecer ideias, sugestões e orientação para qualquer pessoa que trabalhe no desenvolvimento e execução desses tipos de programa. Este kit de ferramentas é para qualquer pessoa interessada em iniciar ou fortalecer um programa de educação baseado na terra e na água para jovens Indígenas. O kit de ferramentas está organizado em seis capítulos, cada um dos quais responde a questões importantes sobre como projetar, implementar e fortalecer esse programa em seu desenvolvimento.

Mais informações podem ser obtidas no site de **Apoio aos Novos Administradores Aborígenes**.

Elemento fundamental 3

Resultados duradouros para as pessoas e natureza

Conhecimento, evidência e prática

ASPECTOS ESSENCIAIS

- Além das oportunidades de subsistência sustentável para manter a sustentabilidade financeira de longo prazo da conservação liderada pela comunidade é necessário financiamento da conservação—o que normalmente inclui uma combinação de instrumentos financeiros.

- Os principais recursos facilitadores de soluções de financiamento de conservação de sucesso são o investimento contínuo na capacitação de longo prazo para organizações comunitárias Indígenas e locais; liderança e propriedade da comunidade Indígena e local nos esforços de financiamento de conservação; clareza de posse; apoio político; esforços contínuos de angariação de fundos; diversificação das fontes de financiamento; papéis e responsabilidades claramente distribuídos dentro da estratégia de financiamento; parcerias com setor privado para soluções baseadas nas empresas; e financiamento flexível para responder a novas oportunidades.

- Parcerias de financiamento locais a globais de sucesso em geral envolvem forte ligação com as prioridades Indígenas e da comunidade local, forte consciência contextual na concessão de subsídios, fortes parcerias com organizações Indígenas e comunitárias locais que implementam os projetos e a capacidade de melhorar no âmbito político as condições favoráveis para projetos difíceis. Os intermediários de ONGs muitas vezes desempenham papéis importantes de parceria nesses processos.

- Muitas vezes é preciso haver mudanças nas políticas em nível local, regional e/ou nacional para gerar as condições propícias e caminhos para que os Povos Indígenas e as comunidades locais formalizem seus direitos sobre terras, águas e recursos, codifiquem sua autoridade na tomada de decisões sobre recursos naturais, e participem de certas oportunidades de subsistência sustentável.

- As taxas e padrões de disseminação normalmente dependem das características da prática de gestão de recursos naturais, das próprias comunidades e do contexto. As organizações de conservação podem, por exemplo, usar suas habilidades de convocação para promover a disseminação de práticas e conservação lideradas pela comunidade por meio de apoio a redes comunitárias e o intercâmbio de aprendizagem intercomunitária.

TERMOS ESSENCIAIS

Financiamento da conservação—mecanismos e estratégias que geram, gerenciam e implantam recursos financeiros e alinham incentivos para alcançar resultados de conservação da natureza.[98] O financiamento para conservação visa financiar os custos totais da conservação e manter a sustentabilidade financeira de longo prazo.[180]

Disseminação—o processo pelo qual a adoção prévia de uma prática por parte de uma população altera a probabilidade de que outros a adotem.[181]

Durabilidade— é a persistência temporal de resultados positivos para as pessoas e a natureza alcançados por meio de iniciativas de conservação lideradas pela comunidade. Os principais componentes da durabilidade incluem financiamento da conservação de longo prazo, um ambiente político favorável além da disseminação e redimensionabilidade de iniciativas.

Ampliação — a velocidade, padrões de adoção e disseminação de políticas, programas, projetos e práticas de conservação liderados pela comunidade.[182] Pode incluir tanto o crescimento de uma prática em um local como a replicação de uma prática em outros locais.

A durabilidade das iniciativas de conservação lideradas pela comunidade refere-se à probabilidade de que os resultados positivos alcançados para as pessoas e a natureza persistirão ao longo do tempo. A durabilidade interage com os quatro pilares da Estrutura de VCA, fornecendo uma base sólida e um ambiente propício para resultados duradouros—os pilares da Estrutura de VCA são também necessários para alcançar aspectos de durabilidade em si. Os principais componentes da durabilidade incluem financiamento da conservação de longo prazo, um ambiente político favorável além da disseminação e redimensionabilidade de iniciativas.

Financiamento da conservação:

Consulte a "Ferramenta 18: guia de financiamento da conservação" para orientações sobre como dar suporte ao escopo, planejamento e desenvolvimento de soluções de financiamento da conservação.

O financiamento da conservação é a prática de gerar, gerenciar e implantar recursos financeiros e alinhar incentivos para alcançar resultados de conservação, e visa financiar os custos totais da conservação—que em geral não são totalmente cobertos por iniciativas de meios de subsistência sustentáveis—, além de manter a sustentabilidade financeira de longo prazo. As oportunidades de subsistência sustentável e o financiamento da conservação trabalham sinergicamente para apoiar resultados duplos para as pessoas e a natureza. As oportunidades de subsistência sustentável geram renda para atender às necessidades pessoais e domésticas, o que melhora a segurança e a resiliência financeira das pessoas, incentiva a gerenciamento sustentável de recursos naturais e reduz as pressões de desenvolvimento insustentável. O financiamento da conservação cria um fluxo de financiamento de longo prazo para as comunidades pagarem pela gestão de suas terras, águas e recursos com base em sua própria visão de administração e gestão de recursos naturais.

Na maioria das situações, esse financiamento é desembolsado por meio de doações, pagamentos baseados em desempenho e microcrédito e há um alavancamento combinado de instrumentos financeiros (ex.: incentivos de mercado, taxas, impostos, subsídios, financiamento público

e privado, investimentos e títulos). Um relatório recente descobriu que as principais características das soluções bem-sucedidas de financiamento da conservação são os esforços contínuos de arrecadação de fundos; diversificação das fontes de financiamento; funções e responsabilidades claramente distribuídas dentro da estratégia de financiamento; parcerias com o setor privado para soluções baseadas nas empresas; e financiamento flexível para responder a novas oportunidades.[180] Além disso, o relatório concluiu que o sucesso das iniciativas de conservação lideradas por Indígenas e comunidades locais depende do financiamento da conservação para capacitar Povos Indígenas e comunidades locais como administradores, não apenas como beneficiários, e onde a "administração" não significa só a responsabilidade pela gestão dos recursos naturais, mas abrange propriedade, a autoridade de tomada de decisão, e a conservação incorporada ao tecido social, econômico e cultural completo da comunidade.

O financiamento da conservação é fundamental para o sucesso a longo prazo das iniciativas para garantir direitos, aumentar as competências, fortalecer a participação no diálogo e na tomada de decisões e apoiar oportunidades de subsistência sustentável —assim como os pilares da Estrutura de VCA são essenciais para garantir e manter o financiamento da conservação. Não apenas o financiamento da conservação é importante para garantir direitos, por exemplo, através da criação de uma território Indígena demarcado, mas a garantia de direitos muitas vezes é um requisito para acessar financiamentos, como empréstimos bancários. Além disso, o financiamento de longo prazo gerar a capacidade para proteger terras e águas comunitárias de pessoas de fora e apoiar a transferência da gestão para as comunidades. Este foi o caso do Acordo da Floresta Tropical do Grande Urso, que, catalisado por muitos anos de apoio liderado pelas Primeiras Nações, designou uma área grande e de alto valor ecológico na costa do Pacífico do Canadá para gestão baseada em ecossistemas e proteção. Por meio desse acordo, as Primeiras Nações ganharam um forte papel na governança, tomada de decisões e gestão. Tornar este acordo possível exigiu um significativo compromisso financeiro, que foi garantido por meio de um contrato de financiamento de conservação chamado **"Fundos da Costa."** Este fundo fiduciário dotado manterá o apoio de longo prazo aos esforços de conservação, e inclui um fundo para apoiar empreendimentos sustentáveis. O reconhecimento formal e funcional dos papéis da comunidade como proprietários e gestores dos recursos da região foi um dos resultados importantes desse acordo.

Para que o financiamento da conservação seja bem-sucedido no contexto da conservação liderada pela comunidade, ele precisa que comunidades e instituições locais tenham capacidade de longo prazo para assumir papéis de liderança na geração, gestão e distribuição de financiamento. A competência é essencial para a gestão de relacionamentos internos e com terceiros, para a gestão da terra e dos recursos, para adquirir habilidade e conforto na interação com a cultura empresarial e processos governamentais, e para gestão financeira sem comprometer o valor.[180] A processo de obtenção de financiamento da conservação em geral exige que se apoie as comunidades no desenvolvimento de seus próprios planos comunitários e de uso de recursos, o que leva a maior liderança e autoridade de tomada de decisão sobre uso e alocação de recursos. Os doadores e as ONGs intermediárias devem priorizar o apoio a essa capacitação. Muitos mecanismos de financiamento da conservação deixam explícito que é preciso financiamento para apoiar a governança e a capacitação. Por exemplo, a território Indígena demarcado de Warddeken na Austrália (sob posse e administração da empresa **Warddeken Land Management**) dispõe de fundos federais para apoiar sua governança e a capacitação de proprietários tradicionais. As instituições e estruturas criadas ou fortalecidas como parte a garantia de financiamento da conservação podem, em última análise, se envolver em outras iniciativas (ex.: saúde, meios de subsistência, educação, resolução de conflitos), alavancando a capacidade existente e construída ao longo do tempo e reforçando o contexto geral propício para resultados bem-sucedidos para pessoas e a natureza.[180]

Um estudo recente descobriu que as regras e requisitos do doadores são impedimento mais citado para que organizações Indígenas e da comunidade local acessem efetivamente o financiamento para formalização da posse e manejo florestal.[183] Em muitos casos, as regras e requisitos proibitivos dos doadores referem-se especificamente ao reconhecimento legal de organizações Indígenas e da comunidade local e/ou gestão de projetos com uso intensivo de recursos e estipulações de relatórios. Muitos doadores recorrem a organizações intermediárias como ponte, alavancando sua posição legal, e também a gerenciamento de projetos e competências administrativas para

intermediar fundos de corretores entre doadores e Povos Indígenas e comunidades locais. Por exemplo, em resposta às dificuldades na canalização de recursos para organizações Indígenas e comunitárias locais, o Fundo Amazônia[I] , em alguns casos, fez parceria com instituições intermediárias para conceder fundos e apoiar o projeto e os requisitos de relatórios de grandes instituições, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o gestor do fundo. Para enfrentar os desafios de distribuição de fundos e manutenção da conformidade com os requisitos dos doadores, os fundos às vezes são direcionados por meio de organizações intermediárias locais que atendem aos requisitos fiduciários e são parceiros confiáveis de organizações Indígenas e da comunidade local receptoras. As organizações com conexões de base profundas, especialmente aquelas com liderança Indígena ou experiência significativa de trabalho com comunidades locais, são consideradas neste trabalho as mais sensíveis às necessidades e prioridades das comunidades Indígenas e locais e, por sua vez, servem como intermediários mais eficazes para financiamento.[183]

De maneira mais ampla, as organizações comunitárias Indígenas e locais em geral consideram os intermediários de ONGs e fundações privadas como mais sensíveis às suas prioridades do que outros doadores, e melhores em termos de provimento de financiamento direto. As vantagens relacionadas de vários intermediários de ONGs incluem uma forte consciência contextual em sua concessão de subsídios, fortes parcerias com organizações Indígenas e comunitárias locais que implementam os projetos e a capacidade de melhorar as condições políticas favoráveis para projetos difíceis. Em alguns casos, os intermediários de ONGs aumentaram essas vantagens por meio da inclusão de representantes de comunidades Indígenas e locais em seus órgãos de governança ou consultivos. [183]É preciso mais pesquisa para poder apoiar a adaptação dos doadores a processos e requisitos de prestação de contas que permitam um financiamento mais direto de organizações comunitárias Indígenas e locais. No entanto, as vantagens dos intermediários de ONGs mencionados acima indicam áreas importantes para se focar, bem como oportunidades para os doadores melhorarem a coordenação e direcionamento com intermediários confiáveis, reduzir as exigências burocráticas, adaptar a estruturação do mecanismo financeiro aos contextos locais e aumentar consideravelmente o financiamento total para a conservação liderada por Indígenas e comunidades locais.

Para soluções eficazes de financiamento de longo prazo, as iniciativas que no começo se beneficiam do forte envolvimento de organizações não governamentais (ONGs) externas exigem que a capacidade local necessária esteja em vigor antes da saída da ONG. É importante que a governança e a capacidade locais estejam prontas para continuar após a conclusão de uma parceria com uma ONG para evitar que a comunidade sofra interrupções prejudiciais na gestão de recursos naturais e fluxos de financiamento. Por exemplo, a Northern Rangelands Trust—uma organização sem fins lucrativos que apoia a capacidade de conservação comunitária no norte do Quênia—está pilotando um programa para “certificar” algumas das conservações que apoiou por 15 anos, buscando um relacionamento de maior autonomia de conservação e autossuficiência, e fornecendo treinamento em liderança e capacidade financeira que as unidades de conservação solicitem financiamento diretamente. Não se deve subestimar o investimento necessário para a transição, particularmente em áreas que começam com capacidade extremamente limitada.[180]As mesmas considerações feitas para o financiamento da conservação que visa capacitação da comunidade para assumir o financiamento de longo prazo quando as ONGs saírem, se aplicam também à governança de recursos naturais em geral. O objetivo é uma eventual transição do gerenciamento de projetos para as comunidades (se ainda não for o caso), o que requer um plano de sucessão de liderança ativo e saudável para manter a capacidade quando houver mudança nos cargos de liderança.

I. O Fundo Amazônia é um mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) criado para arrecadar doações para investimentos em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, além de promover a preservação e o uso sustentável da Amazônia brasileira.

Política

Se as ferramentas legais apropriadas ainda não estiverem em vigor, a conservação liderada pela comunidade em geral exigirá o acoplamento da mudança de política com ações de gestão de recursos naturais.[184]Nesse caso, são necessárias mudanças na política em nível local, regional e/ou nacional para gerar condições propícias para a conservação liderada pela comunidade, especificamente para que Povos Indígenas e comunidades locais formalizem seus direitos sobre terras, águas e recursos, e codifiquem sua autoridade na tomada de decisões sobre recursos naturais. Essas políticas podem incluir o reconhecimento formal da soberania e instituições Indígenas pelo governo nacional, tanto quando isso gere restituição de direitos e responsabilidades de gestão às comunidades, como quando crie acordos de cogestão entre as comunidades e o governo e aquelas que estabelecem órgãos para e participação da comunidade local na tomada de decisões de gestão de recursos naturais.

Por exemplo, no Brasil, a Constituição de 1988 abriu caminho para o reconhecimento dos direitos diferenciados das populações Indígenas e promoveu a criação de Terras Indígenas e Unidades de Conservação.[185]A Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI) foi aprovada em 2012 com o objetivo de fortalecer a gestão territorial para que os Povos Indígenas e suas organizações representativas pudessem conservar, defender, manejar, usar e governar suas terras para manter seu valor de conservação e promover o bem viver coletivo de seus Povos. É por meio desse instrumento de política que os Planos de Gestão Territorial e Ambiental são desenvolvidos pelos Povos Indígenas e suas instituições representativas. Isso é feito por meio de um processo participativo e multissetorial que mapeia e delimita áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os Povos Indígenas com base em seus conhecimentos.

Em outro exemplo é a Lei de Conservação da Vida Selvagem de 2013 do Quênia, que criou uma estrutura que definiu legalmente e promoveu formalmente o estabelecimento de áreas de conservação—um uso reconhecido da terra que oferece às comunidades direitos de terra, recursos melhorados e acesso a incentivos à medida elas que se envolvem na proteção da vida selvagem e outras práticas sustentáveis—fornecendo uma estrutura legal clara para a conservação liderada pela comunidade.[186] Isso veio junto com o estabelecimento da Kenya Wildlife Conservancy Association, associação que representa as conservações na formulação de políticas em nível nacional. A lei foi ápice de mais de uma década de esforços para obter uma legislação abrangente e coordenar a contribuição de organizações ambientais da sociedade civil, e sua existência era imperativa para criar um contexto favorável para a conservação liderada pela comunidade no Quênia. Nos exemplos do Brasil e do Quênia, as organizações de conservação trabalharam em parceria com Povos Indígenas e comunidades locais para defender as mudanças políticas necessárias, bem como para apoiar a liderança Indígena e da comunidade local na implementação das políticas.

Assim como um ambiente político favorável é necessário para garantir direitos e participação na tomada de decisões, também é fundamental para muitas das oportunidades de subsistência que as comunidades podem buscar. Os sistemas de Pagamento por serviços ambientais (PES)—mercados de carbono, por exemplo—exigem que os direitos de propriedade sejam razoavelmente bem definidos e permanentes como condição de entrada. Além de direitos de propriedade claros, os mecanismos de PSA administrados publicamente exigem que estruturas legislativas e regulatórias relativamente sofisticadas estejam em vigor. Fazer com que a legislação permita que as partes realizem transações e uma estrutura legal para fazer cumprir os acordos é um pré-requisito geral. Da mesma forma, as oportunidades de subsistência envolvendo taxas para usuário implicam a reivindicação de uma área que cobre pelo uso, legislação em nível local ou nacional, e um órgão legítimo que possa recolher as taxas e administrar os fundos.[180]

Durante o desenvolvimento da estratégia, no que diz respeito a objetivos compartilhados de bem viver humano e ambientais, os profissionais de conservação em parceria com Povos Indígenas e comunidades locais devem fazer uma revisão detalhada das políticas locais,

tribais, regionais e nacionais em sua análise de situação. Isso inclui, mas não se limita, a políticas que reconheçam a soberania Indígena e direitos diferenciados; designação de gestão de recursos e jurisdição de zoneamento; formação de órgãos de governança, processos multissetoriais e instituições representativas; e estabelecimento de sistemas PES. Com esse conhecimento, os profissionais de conservação estão mais bem posicionados para determinar onde o apoio pode ser necessário para fortalecer essas condições favoráveis e se o contexto da política é favorável para a conservação liderada pela comunidade.

Ampliação e disseminação

Um desafio comumente enfrentado pelas organizações de conservação é obter apoio para a conservação liderada pela comunidade fora do nível local. A ampliação e a disseminação da conservação liderada pela comunidade são importantes porque: 1) permitem a auto-organização dos Povos Indígenas e comunidades locais em grupos de governança de nível superior para participação nas regras e tomada de decisões nos níveis regional e nacional, e 2) garantem que a escala do grupo de governança corresponda à escala do desafio de gestão de recursos naturais.[187] A auto-organização começa na escala local, e é fundamental que os grupos de governança que surgem se acomodem dentro daqueles que se desenvolvem em escalas maiores, com base na confiança pré-existente e mantendo sua autonomia.[70] Dessa forma, eles também podem alavancar a capacidade dos grupos de governança de nível superior para gerenciar questões que podem ser intratáveis no nível local, como gerenciamento transfronteiriço e conflito entre grupos.[187] O diálogo com vários interessados—tratado em seção anterior—é um canal importante para ampliação e disseminação, pois oferece oportunidades para os Povos Indígenas e as comunidades locais se engajarem em fóruns de governança de nível superior e de tomada de decisão, bem como compartilhar conhecimento e resolver conflitos.

A difusão refere-se à disseminação da conservação liderada pela comunidade de um grupo para outro, impactando escalas espaciais maiores. Grande parte da literatura sobre disseminação se baseia na teoria da "disseminação da inovação". Em suma, as informações sobre uma determinada iniciativa se transferem de adotantes bem-sucedidos para adotantes potenciais por meio da troca de aprendizado e influência. As taxas de adoção inicial costumam ser lentas, porque o pequeno número de adotantes iniciais limita a disseminação da informação. O crescimento inicial lento muda para uma fase de crescimento rápido à medida que um número maior de adotantes compartilha suas experiências com um grupo amplo de adotantes em potencial. Com o passar do tempo, a taxa de aceitação diminui mais uma vez, à medida que o conjunto de adotantes potenciais e dispostos também diminui. Eventualmente, atinge-se um ponto de saturação em que todos os indivíduos expostos à iniciativa a adotaram ou rejeitaram em seu formato atual.[182] No entanto, é difícil prever como será a adoção e quão forte será a aceitação só com base em taxas iniciais (lentas) de absorção. De fato, um estudo recente de programas de conservação baseados na comunidade não encontrou exemplos de iniciativas que alcançaram rápida aceitação e adoção em larga escala, revelando uma aparente compensação entre a velocidade de adoção e a proporção final de adotantes.[182] Isso implica que a ampla aceitação leva tempo, o que se alinha com o que sabemos sobre a importância e o tempo necessário para construir confiança e relacionamentos.

A taxas e padrões de disseminação normalmente dependem de três fatores principais: 1) as características da prática de gestão de recursos naturais, 2) as próprias comunidades e 3) o contexto.[188] Por exemplo, a disseminação parece ocorrer mais rapidamente com práticas simples e consistentes com os valores e sistemas de crenças das comunidades, onde podem ocorrer testes e adaptações para se adequar a contextos locais e onde há substancial vantagem relativa da prática. A disseminação também é mais provável onde as comunidades já estão familiarizadas com a prática, estão bem conectadas ao mundo exterior e entre si, e onde há competição para desenvolver novas práticas. A disseminação é mais rápida onde existem condições políticas favoráveis para apoiar a prática e onde o contexto geográfico e cultural está bem alinhado com a prática.[69,188-189]

Tabela 8: *Exemplos de atividades para apoiar fatores de disseminação.*[69]

Fator essencial para disseminação	Atividades de exemplo
Prática de gestão de recursos naturais	Apoiar a concepção e implementação de práticas de forma compatível com os valores, necessidades e experiências vividas das pessoas; sintetizar e integrar informações sobre as práticas de uma forma simples de entender e implementar; aumentar a visibilidade ou incentivar as comunidades a compartilhar informações sobre práticas e seus resultados para facilitar o aprendizado social
Comunidade	Facilitar o intercâmbio de aprendizagem intercomunitária sobre oportunidades de gestão de recursos naturais; apoiar o desenvolvimento de redes intercomunitárias e comunidades de prática; facilitar e construir capacidade para o diálogo com várias partes interessadas
Contexto	Apoiar a adoção de legislação que possibilite a implementação da conservação liderada pela comunidade; Sempre que possível, apoiar a identificação da compatibilidade entre as práticas e o contexto[m]

A tabela 8 descreve algumas das ações que os profissionais de conservação podem levar a cabo para apoiar a ampliação e disseminação de práticas de conservação lideradas pela comunidade. Vale a pena destacar o apoio a redes intercomunitárias e a troca de aprendizado, pois são meios importantes de promover a ampliação e a disseminação que se baseiam nas fortes habilidades de convocação de muitas organizações conservacionistas. Pensando na teoria da "difusão da inovação", o investimento em redes intercomunitárias e troca de aprendizado aumenta as chances de que adotantes bem-sucedidos entrem em contato com potenciais adotantes e sejam capazes de compartilhar experiências, educar e influenciar no sentido de aumentar a taxa de disseminação. Este foi o caso na América do Norte, onde a Rede de Queimadas dos Povos Indígenas (IPBN) começou em 2015 com uma única paisagem nos territórios ancestrais combinados das tribos Yurok, Hoopa e Karuk do norte da Califórnia, e desde então cresceu, incluindo participantes de vários pueblos no Novo México, gestores de terras do Leech Lake Band de Ojibwe em Minnesota, as tribos Klamath em Oregon e a tribo Alabama-Coushatta no Texas. O IPBN é uma rede de apoio entre as comunidades nativas americanas que estão revitalizando suas práticas tradicionais de fogo em um contexto contemporâneo. As atividades incluem planejamento estratégico para a revitalização da cultura do fogo, treinamento de fogo, incluindo qualificações federais, queimadas controladas com base cultural e promoção do aprendizado intergeracional. Os primeiros passos em geral incluem pessoas de um povo visitando a terra natal de outro. Outros se envolvem por meio de eventos onde as conexões culturais com o fogo são integradas no treinamento do fogo. Sustentada na autodeterminação, a equipe de liderança do IPBN está orientando o crescimento da rede e adaptando a sua estrutura para acolher novas paisagens tribais.

m. Observe que algumas características contextuais não podem ou não devem ser alteradas, portanto, é importante avaliar as condições ecológicas, culturais e políticas locais e a aplicabilidade das práticas nessas condições durante a análise da situação.

© NICK HALL

Estudos de caso

Conservação duradoura por meio de políticas Compromissos, coordenação regional e Finanças sustentáveis na Micronésia

O Desafio da Micronésia abrange 2,5 milhões de milhas quadradas (1 milhão de hectares) de oceano, uma área quase do tamanho dos EUA continentais, e acomoda cerca de 450.000 pessoas em 2.000 ilhas, 12 idiomas e cinco jurisdições. Em 2006, os executivos-chefes de cinco países e territórios da região se comprometeram coletivamente com o Desafio da Micronésia (MC), para "conservar efetivamente pelo menos 30% dos recursos marinhos próximos à costa e 20% dos recursos terrestres em toda a Micronésia". 2020 foi a data prevista para atingir esse objetivo coletivo, que moldou os esforços regionais de conservação na última década.

Compromisso político regional

O compromisso político de alto nível com o MC fez com que essas nações pequenas, dispersas e remotas se unissem sob uma iniciativa abrangente e financiada que aumentou a sua visibilidade globalmente, ofereceu um compromisso político para direcionar prioridades e facilitou esforços coletivos (e competitivos) para obter ganhos de conservação. Esse compromisso sofreu várias transições políticas e permitiu que organizações e instituições fornecessem assistência técnica e financeira mais eficaz em âmbito regional do que para cada jurisdição individual. Três das cinco jurisdições institucionalizaram o MC por meio de políticas, leis ou regulamentos da Rede de Áreas Protegidas (PAN) e escritórios do PAN para dar base aos esforços do MC. Os outros dois são protetorados dos EUA e empregaram uma abordagem de gestão costeira integrada alinhada com as leis e sistemas dos EUA.

LEGENDA DO ÍCONE
Biomas da Estrutura de VCA **TERRESTRE** **ÁGUA FRESCA** **COSTEIRO**

Financiamento sustentável em nível regional e jurisdicional

Juntamente com os compromissos políticos de conservação, uma dotação foi estabelecida e o Fundo de Conservação da Micronesia (MCT) foi designado para administrar a dotação. A abordagem regional possibilitou a negociação de uma taxa de administração reduzida, gerou opções mais diversificadas de investimento, ajudou a sustentar o engajamento e o compromisso entre os principais executivos e garantiu compromissos imediatos da TNC e da Conservation International (CI) que deram credibilidade ao esforço. Foram então desenvolvidos planos de financiamento sustentável para cada jurisdição que identificasse fontes de financiamento existentes e potenciais contrastando-as com os custos totais iniciais e de gestão para atingir as metas do MC. Determinou-se que a lacuna poderia ser preenchida por juros de investimento de uma dotação de US$ 56 milhões, para complementar as fontes locais a serem desenvolvidas ou garantidas em cada jurisdição. Em dezembro de 2020, o fundo de dotação total cresceu para quase US$ 25 milhões.

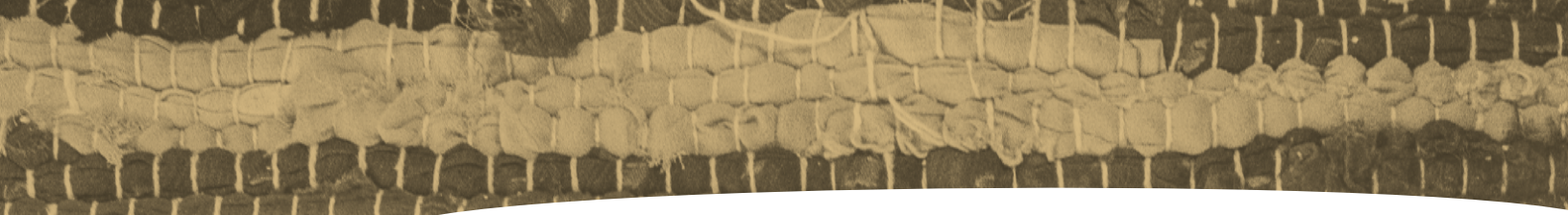
Cada jurisdição desenvolveu atividades para garantir fundos adicionais. Palau estabeleceu um mecanismo para desembolsar fundos do MC para os locais do PAN, normalmente administrados por comunidades locais, organizações comunitárias ou ONGs que atendam a determinados critérios. Para gerar financiamento adicional estabeleceu-se também a Taxa Verdade do turismo em Palau. Um modelo semelhante está em desenvolvimento nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall. Ao longo da região, mecanismos adicionais de financiamento comunitário foram desenvolvidos em áreas específicas do projeto, como direito de uso da conservação e fundo de dotação, e nove acordos de conservação "One Reef" que fornecem às comunidades participantes apoio financeiro contínuo para o gerenciamento de áreas próximas a recursos marinhos costeiros.

Desde o lançamento do MC, estimativas conservadoras mostram que o apoio a ONGs parceiras (MCT e TNC) alavancou cerca US$ 45 milhões em fundos de subsídios para apoiar a implementação do MC na região, e as jurisdições também alavancaram cerca de US$ 17,5 milhões em fundos de subsídios.

Progresso e resultados

Uma avaliação realizada em 2020 identificou várias oportunidades para fortalecer o progresso e a implementação do MC. Por exemplo, investimentos mais substanciais na infraestrutura do MC melhorariam a coordenação, comunicação e colaboração em nível regional. Isso inclui liderança executiva dedicada para o mecanismo de coordenação, termos e funções claramente definidos, processos de governança fortalecidos em todas as plataformas regionais e uma abordagem ou plano mais formalmente coordenado para atingir as metas do MC entre agências, organizações e parceiros jurisdicionais. Além disso, uma abordagem de planejamento de baixo para cima poderia aumentar o envolvimento de líderes jurisdicionais (incluindo legislativo/gabinete, liderança de instituição de segurança e líderes tradicionais) no projeto inicial e lançamento, fortalecer o alinhamento com as prioridades locais e comunitárias e acelerar a institucionalização do MC em todas as jurisdições . E por fim, um sistema de relatórios e comunicações mais robustos e transparentes relacionados a finanças sustentáveis que forneça a cada jurisdição uma revisão anual de sua dotação, benefícios derivados e outras atividades de angariação de fundos e desenvolvimento de capacidade podem ajudar a lidar com as frustrações por não cumprir as metas dos planos de finanças sustentáveis local e regionalmente.

As lições aprendidas para este estudo de caso são baseadas em uma avaliação do Desafio da Micronésia concluída pela sua principal autora , Meghan Gombos, ao atingir período estipulado de 2020. A avaliação e o resumo do documento foram financiados pela TNC e pela Comunidade de Áreas Gerenciadas e Protegidas das Ilhas do Pacífico e são um produto da Comissão de Coordenação do Desafio da Micronésia.



Ferramentas e recursos

FERRAMENTA 18: MANUAL—GUIA DE FINANCIAMENTO DA CONSERVAÇÃO

O Guia de Financiamento da Conservação da Aliança de Financiamento da Conservação (CFA) oferece definições detalhadas dos mecanismos de financiamento da conservação; orientação detalhada sobre como implementar mecanismos financeiros específicos, incluindo ferramentas de planilha de planejamento estratégico, de avaliação de viabilidade, de projeto de mecanismo financeiro e informações de avaliação dos recursos; estudos de caso; e guias de planejamento de negócios, modelos e repositórios. As ferramentas do CFA devem ser usadas em conjunto com a Estrutura de VCA e o Manual de Direitos Humanos da TNC.

FERRAMENTA 19: DIAGNÓSTICO—PRINCIPAIS RECURSOS E CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA FINANCIAMENTO EFICAZ

Há uma série de condições propícias, bem como recursos de estratégia e design que são fundamentais para o financiamento eficaz da conservação dos Povos Indígenas e das comunidades locais. Os profissionais podem usar a ferramenta, por meio de respostas a cada item da lista, para avaliar a presença de condições propícias e recursos facilitadores fundamentais para um financiamento eficaz. Isso pode apoiar os esforços para avaliar a viabilidade de oportunidades de financiamento, informar o desenho de estratégias e mecanismos financeiros e determinar prioridades para apoiar atividades apropriadas de capacitação em parceria com Povos Indígenas e comunidades locais. Esta ferramenta deve ser usada na discussão e colaboração com a comunidade, ou suas instituições representativas e especialistas relevantes.

Apêndice

Recursos adicionais

Garantia de direitos sobre terras, águas e recursos naturais

LandMark

Uma plataforma global interativa online hospedada pelo World Resources Institute (WRI) e pela Rights and Resources Initiative (RRI) para fornecer mapas e outras informações essenciais sobre terras coletivamente mantidas e usadas por Povos Indígenas e comunidades locais. Inclui dados sobre posse formal em contraposição à informal, indicadores de segurança legal de terras, pressões de desenvolvimento e outras informações relevantes.

O Índice global de direitos de propriedade (Prindex)

Um indicador global da percepção dos cidadãos sobre a segurança dos direitos de propriedade, uma iniciativa conjunta da Global Land Alliance e Overseas Development Institute. Destinado a monitorar e incentivar a boa governança dos direitos de propriedade, e com foco na percepção, ele não reflete necessariamente o status legal.

Manual para facilitadores da proteção de terras comunitárias NAMATI: Mapeamento e cadastro de terras comunitárias

Seção intitulada “Harmonizando fronteiras e documentando terras comunitárias”, páginas 133-176. Este capítulo descreve como apoiar as comunidades a fazerem mapas participativos de suas terras; resolver disputas de fronteira e conflitos de terra relacionados às suas terras comunitárias; e documentar em seguida os limites acordados por meio de várias formas de evidência física, incluindo acordos assinados com vizinhos, árvores de limite ou outros marcadores e coordenadas de localização.

Equidade na liderança, governança, e capacidade de gestão

Tabela de Desempenho da Comunidade CARE (CSC) e Abordagem de análise e ação social (SAA)

Esses recursos foram sugeridos por revisores multissetoriais (saúde, educação e desenvolvimento) do Projeto de Cadeias de Resultados e Base de Evidências da Estrutura de VCA como potencialmente úteis para os programas aplicarem uma abordagem de responsabilidade orientada para comunidade para a avaliação e melhoria da entrega do programa (CSC); e uma abordagem participativa para explorar os fatores sociais que impactam negativamente os membros da comunidade, com o objetivo de promover a equidade de gênero na elaboração e implementação de programas (SAA). Tais abordagens podem promover a confiança entre comunidades e profissionais de conservação, lançado luz sobre importantes considerações para a concepção e implementação do projeto, tais como: Quais prioridades são valorizadas

e postas em prática? Existe consenso sobre as prioridades entre as partes interessadas? As prioridades identificadas têm ressonância na comunidade em geral? São inclusivas da diversidade de necessidades e prioridades expressas? Captam as necessidades e interesses dos mais marginalizados e sub-representados na comunidade?

Manual para facilitadores da proteção de terras comunitárias NAMATI.

Este recurso contém orientações de melhores práticas sobre muitas das ações potenciais sugeridas na seção de ferramentas e recursos de capacitação (segundo pilar), incluindo como trabalhar com líderes comunitários, envolver mulheres e grupos marginalizados, conduzir a visão da comunidade, apoiar o planejamento de uso da terra, documentar terras comunitárias, resolver conflitos e buscar registro e formalização de reivindicações de terras comunitárias.

Autoavaliação Institucional: Uma ferramenta para fortalecer organizações sem fins lucrativos

Além da capacitação da comunidade, a TNC tem um longo histórico de apoio à capacidade de organizações internas da sociedade civil e organizações sem fins lucrativos cujo trabalho tem impacto direto sobre os Povos Indígenas e as comunidades locais. Este recurso pode ser usado para avaliar nossa própria capacidade, bem como a de organizações parceiras da sociedade civil e organizações sem fins lucrativos, incluindo avaliação de sua visão e planejamento estratégicos, liderança, gestão organizacional, recursos humanos, desenvolvimento de recursos, gestão financeira, construção e alcance de grupos de interesse, e capacidade programática.

Recurso para profissionais da TNC do Projeto de Cadeias de Resultados e Base de Evidências (RCEB): cadeias de resultados interativas e narrativas para determinados pilares da Estrutura de VCA

Este recurso fornece três cadeias de resultados relevantes para a capacitação (assim como meios de subsistência sustentáveis) e contém detalhes adicionais, um menu de indicadores potenciais e ferramentas e recursos sugeridos para avaliar e fortalecer a confiança das comunidades e dentro das comunidades (páginas 24-33), bem como a eficácia dos líderes e instituições comunitárias (pp. 34-42).

Ferramenta de autoavaliação de governança da TNC

Este recurso fornece uma ferramenta desenvolvida pela Equipe do Norte da Austrália da TNC para os parceiros da comunidade usarem na avaliação da eficácia de seus próprios líderes e instituições comunitárias.

Eficácia no diálogo com vários interessados e tomada de decisão

O Guia MSP: Como projetar e facilitar parcerias com várias partes Interessadas

O guia oferece um roteiro para conceber e facilitar as parcerias multissetoriais (MSPs). Este não é um livro de receitas; fornece um esboço amplo. O poder deste guia vem de sua estrutura subjacente para entender e facilitar os MSPs. Essa estrutura vincula a teoria à prática e fornece um modelo e um conjunto de princípios para orientar o projeto de MSPs, dicas sobre facilitação e um conjunto de ferramentas de processo participativo.

O guia da ferramenta MSP: Sessenta ferramentas para facilitar parcerias com várias partes interessadas

Complemento do Guia MSP sobre como projetar e facilitar parcerias eficazes entre várias partes interessadas, este guia de ferramentas oferece 60 ferramentas de processo que atendem a diferentes propósitos selecionados pelos autores e considerados por eles como especialmente úteis para apoiar os processos MSP.

Rumo a novos contratos sociais: Usando os processos de diálogo para promover a mudança social

Este conjunto de ferramentas foi desenvolvido para estimular uma reflexão sobre o potencial e os limites dos processos multissetoriais na promoção de mudanças sociopolíticas e fornece ferramentas e recursos práticos para facilitar o uso de processos de diálogo de novas maneiras. Este kit de ferramentas destina-se principalmente à sociedade civil, particularmente às pequenas organizações que operam em nível local, e busca adicionar uma perspectiva da sociedade civil às iniciativas multissetoriais. Disponível também em francês, espanhol, eárabe.

Colaboração intersetorial para combater o desmatamento tropical

Na centro deste documento está um conjunto de perguntas de diagnóstico para ajudar os programas jurisdicionais a projetar e avaliar a colaboração intersetorial e seu suporte estrutural. As perguntas são divididas em seis seções: condições iniciais, resultados, dinâmica de colaboração, estrutura da colaboração, suporte estrutural e responsabilidades.

Oportunidades de subsistência sustentável

Planejamento de país saudável

O Planejamento de País Saudável (HCP) é uma adaptação dos Padrões Abertos (OS) desenvolvido para uso em situações participativas e interculturais, normalmente com comunidades Indígenas. Para possibilitar isso, a linguagem do sistema operacional foi traduzida em termos mais simples, e adotou-se um sistema de codificação de cores e adicionou-se para maior clareza um fluxograma mostrando como todas as etapas se encaixam. Ele foi desenvolvido e testado em toda a Austrália, e os treinadores mais experientes em seu uso são australianos, mas tem sido usado com muito sucesso nas Américas e na Ásia. O conjunto completo de arquivos do PowerPoint e exercícios associados para a realização de uma oficina de treinamento de HCP podem ser acessados acima.

Avaliação de empreendimentos focados na comunidade que apoiam meios de subsistência sustentáveis em parceria com Povos Indígenas e comunidades locais

O objetivo deste estudo foi identificar, avaliar e sintetizar as lições aprendidas a partir de exemplos de empreendimentos e investimentos focados na comunidade que apoiam meios de subsistência econômicos, bem viver humano e resultados ambientais para Povos Indígenas e comunidades locais em várias partes do mundo. As lições aprendidas com esses exemplos oferecem orientação sobre como projetar e financiar modelos de subsistência da comunidade e ajudam as organizações que buscam fortalecer os esforços existentes ou iniciar novas iniciativas relacionadas a meios de subsistência sustentáveis.

Manual de aprimoramento e diversificação de meios de subsistência sustentáveis (SLED)

Este manual fornece um conjunto de diretrizes para profissionais de desenvolvimento e conservação para apoiar as comunidades na melhoria e diversificação de seus meios de subsistência. O SLED faz isso trabalhando com Povos Indígenas e comunidades locais para

identificar e desenvolver oportunidades para mudanças positivas em seus meios de subsistência, com base em seus pontos fortes e competências e levando em conta os fatores que ajudam e inibem as mudanças nos meios de subsistência, refletindo as aspirações e esperanças das pessoas para o futuro. Embora a metodologia seja escrita tendo em mente os recifes de corais e a pesca costeira, ela pode ser aplicada amplamente onde quer que os recursos naturais estejam enfrentando degradação devido ao uso humano insustentável.

Empresas comunitárias de produtos de árvores e florestais - Manual de análise de mercado e diretrizes para facilitadores de campo

A análise e desenvolvimento de mercado (MA&D) é adequada para empreendimentos baseados em produtos de recursos naturais que precisam ser protegidos ou conservados, porque vinculam a gestão participativa de recursos naturais e atividades de conservação a oportunidades de geração de renda. O MA&D completo pode fornecer um amplo escopo para entender os sistemas de mercado relevantes e, assim, ajudar a evitar o fracasso dos negócios. Embora a metodologia tenha sido escrita com foco nas florestas, a abordagem também foi aplicada com sucesso a projetos relacionados ao turismo comunitário, produtos agrícolas, iniciativas pecuárias e pesca costeira.

Comunidades, conservação e meios de subsistência

Este livro reflete os resultados de mais de uma década de estudos com foco em comunidades, conservação e meios de subsistência, por meio da Rede de Pesquisa sobre Conservação nas Comunidades (CCRN), uma iniciativa global que envolve uma ampla gama de organizações Indígenas, acadêmicas, comunitárias e não governamentais (ONGs). Como será visto neste livro, as ligações entre conservação e meios de subsistência surgem dentro de sistemas socioecológicos subjacentes, estão enraizadas nos vários significados e motivações para a conservação, são afetadas por questões de poder e governança, e levar a uma ampla gama de resultados de biodiversidade e meios de subsistência.

Boas práticas para colaborar com comunidades impactadas por projetos de desenvolvimento comercial: um documento interno de orientação sobre lições aprendidas pela The Nature Conservancy

Este relatório destina-se a servir como um documento de orientação interna para os profissionais de TNC que estão considerando, ou engajados ativamente, em projetos de Desenvolvimento por Design (DbD) ou outros projetos baseados na comunidade que enfrentam o desenvolvimento proposto ou atual. O relatório tem quatro seções principais, incluindo (1) uma visão geral das posições e compromissos da TNC em relação ao bem viver humano e engajamento da comunidade, (2) uma revisão resumida da literatura destacando as melhores práticas reconhecidas para se envolver com comunidades em projetos extrativistas, (3) estudos de caso representativos da TNC resumindo as experiências e lições aprendidas sobre o envolvimento com as comunidades durante os projetos de desenvolvimento e (4) recomendações gerais para os profissionais de conservação com base em revisões da literatura líder e experiências da TNC.

Benefícios, impactos e inclusão equitativos

Manual de aprendizagem e ação participativa do instituto internacional para o meio ambiente e desenvolvimento sobre **biodiversidade e cultura: Explorando protocolos, direitos e consentimento da comunidade.** Consulte em especial a seção 16, páginas 179-183, para ler o artigo “Entendendo e facilitando um processo de protocolo comunitário biocultural” de Holly Shrumm e Harry Jonas.

Além das três fases para a integração de gênero na conservação, a equipe de conservação deve estar ciente da prevalência da violência baseada em gênero no mundo inteiro e deve saber como reagir, bem como adotar abordagens equitativas que não criem ou agravem as situações de violência. A IUCN e o Departamento de Estado dos EUA têm informações sobre **o que é violência baseada em gênero?,** e a RAINN fornece **dicas para conversar com sobreviventes de agressão sexual.** Ambos os recursos estão disponíveis em chinês, francês, indonésio, mongol, português, espanhol e suaíli.

Conforme enfatizado ao longo deste documento, é fundamental adotar uma abordagem culturalmente sensível à integração da equidade de gênero, ressaltando a importância de uma análise de gênero robusta e participativa. Existem outros recursos úteis sobre responsividade cultural na integração da equidade de gênero, por exemplo, as **Notas Informativas das Nações Unidas sobre Gênero e Povos Indígenas**.

Em relação à garantia da equidade de gênero em terras, águas e direitos de recursos naturais: O site de Justiça de Gênero da **Iniciativa de Recursos e Direitos** inclui as melhores práticas legislativas para garantir os direitos das mulheres às terras comunitárias, descreve os fatores que contribuem para o fortalecimento bem-sucedido dos direitos das mulheres Indígenas e rurais de governar as terras comunitárias e explica como usar o direito internacional para promover os direitos de posse das mulheres no REDD+. O World Resources Institute fornece um **relatório de estudo de caso** sobre fatores facilitadores para a segurança das mulheres e regulamentos fundiários coletivos, disponível em inglês, espanhol, francês, árabe, indonésio e nepalês.

Forte ligação com o conhecimento e o lugar

Living Tongues Institute for Endangered Languages

Uma organização que apoia falantes que estão salvando seus idiomas da extinção por meio de ativismo, educação e tecnologia. Equipes de pesquisa documentam línguas e práticas culturais ameaçadas, publicam estudos científicos, realizam oficinas de treinamento digital para capacitar ativistas linguísticos e colaboram com comunidades para criar recursos linguísticos que servirão de base para a revitalização linguística.

Diretrizes para considerar conhecimentos tradicionais em Iniciativas de mudança climática

Essas diretrizes destinam-se a examinar a importância dos Conhecimentos Tradicionais (TKs) em relação às mudanças climáticas e os riscos potenciais para os Povos Indígenas nos Estados Unidos como um exemplo para compartilhar TKs em iniciativas federais e outras iniciativas de mudanças climáticas não Indígenas. Essas diretrizes devem ser usadas para subsidiar o desenvolvimento de protocolos específicos em consulta direta e próxima com os Povos Indígenas.

Instituto de ciência integrativa e saúde—"visão com duas perspectivas"

Este site inclui artigos, apresentações, vídeos e exemplos de compreensão e aplicação da estrutura de "visão com duas perspectivas" do ancião Albert Marshall. "Visão com duas perspectivas" significa aprender a ver os pontos fortes dos conhecimentos e formas de conhecimento Indígenas com um dos olhos, e os pontos fortes dos conhecimentos e formas de conhecer ocidentais com o outro, e aprender a usar ambos os olhos juntos, para o benefício geral.

Resultados duradouros para as pessoas e a natu

Financiamento de conservação para programas de conservação com Povos Indígenas e comunidades locais

O objetivo geral deste estudo é explorar opções para gerar níveis suficientes de financiamento por longos períodos de tempo para que os Povos Indígenas e as comunidades locais tenham capacidade financeira para continuar a administrar efetivamente seus recursos naturais. O objetivo é identificar modelos e exemplos de financiamento sustentável empregados em projetos de conservação associados a comunidades Indígenas e locais do mundo inteiro e avaliar esses exemplos para facilitar a replicação e adaptação. O estudo também pretende compartilhar conhecimento sobre modelos de financiamento sustentável bem-sucedidos entre Povos Indígenas e comunidades locais e fornecer orientação sobre as fontes de investimento público e privado no desenvolvimento desses modelos.

Principais recursos adicionais de financiamento

Esta pasta oferece uma coleção de recursos adicionais para apoiar o financiamento da conservação dos Povos Indígenas e comunidades locais. Isso inclui recursos de treinamento, bem como bibliotecas de informações sobre soluções de financiamento em diversos tipos de instrumentos, geografias, ecossistemas e setores. Um documento de resumo incluso fornece uma visão geral dos recursos oferecidos.

Pacote R: Protagonista

Este recurso fornece uma biblioteca de funções para usuários de R (um software de programação livre) realizarem análises de redes sociais como meio de identificar os principais nós de rede entre líderes comunitários existentes e pontos críticos de injeção para promover a persistência e disseminação de programas de conservação.

Conservação de água doce com base comunitária

Guia profissional para a Estrutura de VCA para água doce

Conservar a biodiversidade dos sistemas de água doce do mundo é extremamente importante para pessoas e comunidades do mundo inteiro. No entanto, a própria natureza dos recursos de água doce apresenta desafios únicos à sua gestão sustentável, especialmente sob condições de estresse. A enorme escala, variabilidade e imprevisibilidade dos recursos e daqueles que interagem com eles é assustadora. Somando-se a essa complexidade fundamental estão fatores como reivindicações de recursos concorrentes, superalocação de recursos disponíveis, dinâmicas políticas e de poder, disparidades sociais e culturais e restrições econômicas. Este guia visa promover a compreensão de como as comunidades podem gerenciar recursos de água doce de forma sustentável, aplicando a Estrutura de VCA. Observe que este guia foi incorporado na redação do VCA 2.0 para garantir uma cobertura adequada e inclusão de contextos e perspectivas de água doce, e os principais conceitos estão refletidos nele. Também disponível em francês, português e espanhol.

Avaliação da eficácia da conservação comunitária de recursos de água Doce[n]

Esta revisão sistemática examina a literatura revisada por pares para avaliar a eficácia das abordagens baseadas na comunidade em ecossistemas relacionados à água doce. A revisão indica que os estudos de conservação comunitária de água doce são limitados em número e representatividade. Embora resultados positivos para a biodiversidade e o bem viver humano sejam comumente relatados, as limitações do desenho do estudo restringem a capacidade de inferir a significância ou a causalidade desses efeitos. No geral, a análise indica que existem várias lacunas na pesquisa disponível: entre regiões geográficas, tipos de ecossistemas de água doce, tipos de intervenção e tipos de resultados ambientais e de bem viver humano. Dada a importância dos recursos de água doce para os Povos Indígenas e comunidades locais, esta revisão destaca a necessidade crucial de gerar evidências em contextos mais diversos para obter maior clareza sobre maneiras de tornar os projetos comunitários mais eficazes.

Estrutura de planejamento do setor elétrico

A construção de barragens representa um dos impactos mais significativos para os ecossistemas de água doce e para as pessoas que dependem de seus serviços ecossistêmicos. Avaliamos as oportunidades para as comunidades terem voz no planejamento do setor de energia e descrevemos um possível molde para essa participação.

Envolvimento com as comunidades no estabelecimento e gestão de áreas protegidas de água doce

Este relatório foi desenvolvido para revisar as melhores práticas no trabalho com Povos Indígenas e comunidades locais no estabelecimento e cogestão de áreas protegidas de água doce. Inclui as melhores práticas na identificação e envolvimento das partes interessadas; estabelecimento de regras, monitoramento, aplicação e resolução de conflitos; desenvolver estruturas de liderança; e considerando elementos de garantia de posse da água.

Conservação comunitária em áreas de escassez de águas

Metade da população mundial vive em locais com risco de escassez de água. Um terço dos rios, lagos e aquíferos estão sendo fortemente explorados, com pelo menos 75% da água extraída para uso humano. A colonização e a desapropriação do acesso à terra e à água afetaram desproporcionalmente os Povos Indígenas e as comunidades locais. Neste relatório interno, exploramos alguns dos atributos exclusivos da escassez de água e mergulhamos em cinco estudos de caso da Índia, Estados Unidos, Peru e Austrália para identificar as melhores práticas para elevar as vozes da comunidade na tomada de decisões sobre escassez de água e impulsionar vitórias equitativas para as pessoas e a natureza. Concluímos com uma análise das lições aprendidas nesses casos e considerações essenciais para os profissionais de conservação.

---

n. Um manuscrito foi enviado para publicação em janeiro de 2022. Para obter o rascunho mais recente, entre em contato com Nathan Karres (nkarres@tnc.org).

o. Para acessar o relatório interno completo, entre em contato com Caitlin Doughty (caitlin.doughty@tnc.org).

Referências

1. The Nature Conservancy. (2022). “Assessment of Local Community Characteristics in Priority Community-Led Conservation Geographies.”

2. Martinez Cobo, J. R. (1982). *Study of the Problem of Discrimination Against Indigenous Populations*. UN Economic and Social Council; Commission on Human Rights. https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/MCS_v_en.pdf

3. Nações Unidas. (2007). *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.*. https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/wp-content/uploads/sites/19/2018/11/UNDRIP_E_web.pdf

4. Garnett, S.T., Burgess, N.D., Fa, J.E., Fernández-Llamazares, Á., Molnár, Z., Robinson, C.J., ... Leiper, I. (2018). A spatial overview of the global importance of Indigenous lands for conservation. *Nat. Sustain.*, 1, 369–374.

5. Rights and Resources Initiative. (2020). Estimate of the area of land and territories of Indigenous Peoples, local communities, and Afro-descendants where their rights have not been recognized, 1–32.

6. Rights and Resources Initiative, Woods Hole Research Center, and World Resources Institute. (2016). Toward a Global Baseline of Carbon Storage in Collective Lands: An Updated Analysis of Indigenous Peoples’ and Local Communities’ Contributions to Climate Change Mitigation.

7. Sobrevila, Claudia. (2008). *The Role of Indigenous Peoples in Biodiversity Conservation: The Natural but Often Forgotten Partners*. Washington, DC: World Bank.

8. World Bank Group. (2012). *Hidden Harvest: The Global Contribution of Capture Fisheries (Inglês)*. Washington, D.C. http://documents.worldbank.org/curated/en/515701468152718292/Hidden-harvest-the-global-contribution-of-capture-fisheries

9. Stevens, C., Winterbottom, R., Springer, J., & Reytar, K. (2014). *Securing Rights, Combating Climate Change*.

10. Schuster, R., Germain, R. R., Bennett, J. R., Reo, N. J., & Arcese, P. (2019). Vertebrate biodiversity on indigenous-managed lands in Australia, Brazil, and Canada equals that in protected areas. *Environmental Science & Policy*, *101*, 1-6.

11. Detoeuf, D., Wieland, M, Cowles, P. and Wilkie, D. (2020). The Natural Resource Governance Tool - Version 2. WCS Bronx, NY and USAID Washington, D.C. USA

12. Chaskin, R. J. (2001). Building Community Capacity. *Urban Affairs Review*, 36(3), 291–323. doi: 10.1177/10780870122184876

13. Moore, S. A., Severn, R. C., & Millar, R. (2006). A conceptual model of community capacity for biodiversity conservation outcomes. *Geographical Research*, *44*(4), 361–371. doi: 10.1111/j.1745-5871.2006.00407.

14. Wongbusarakum, Supin, Erin Myers Madeira, Herlina Hartanto. (2014). Strengthening the Social Impacts of Sustainable Landscapes Programs: A practitioner’s guidebook to strengthen and monitor human well-being outcomes. The Nature Conservancy. Arlington, VA.

15. Berkes, F., Folke, C., & Colding, J. (Eds.). (2000). *Linking social and ecological systems: management practices and social mechanisms for building resilience*. Cambridge University Press.

16. Fariss B, DeMello N, Powlen KA, Latimer CE, Masuda Y, Kennedy CM. (2021). Identifying Catalysts of Success in Community-based Conservation. Conservation Biology: Em revisão.

17. Wildcat, D. R. 2009. *Red alert!: Saving the planet with indigenous knowledge*. Golden, Colo: Fulcrum.

18. First Alaskans Institute. (2017). 2017-2021 Strategic Plan. https://firstalaskans.org/wp-content/uploads/2021/03/FAI-2017-2021-Strategic-Plan-files.pdf

19. Schlager, E., & Ostrom, E. (1992). Property-Rights Regimes and Natural Resources: A Conceptual Analysis. *Land Economics*, 68(3), 249–262. https://doi.org/10.2307/3146375

20. Organização dos Estados Americanos. Assembleia Geral. Sessão regular. (46th : 2016 : São Domingos, República Dominicana).

21. FAO. (2002). What is Land Tenure? In M. Cox (Ed.), *Land Tenure and Rural Development*. Rome: Food and Agricultural Organization.

22. FAO. (2012). Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure of Land, Fisheries and Forests in the Context of National Food Security. Rome: Food and Agricultural Organization.

23. Sjaastad, E., & Bromley, D. W. (2000). The prejudices of property rights: On individualism, specificity, and security in property regimes. *Development Policy Review*, 18(4), 365–389. https://doi.org/10.1111/1467-7679.00117

24. Sikor, T., He, J., & Lestrelin, G. (2017). Property Rights Regimes and Natural Resources: A Conceptual Analysis Revisited. *World Development*, 93, 337–349. https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.12.032

25. Arnot, C. D., Luckert, M. K. K., & Boxall, P. C. C. (2011). What is tenure security? Conceptural implications for empirical analysis. *Land Economics*, 87(2), 297–331. https://doi.org/ISSN 0023-7639

26. Masuda, Y. J., Kelly, A., Robinson, B. E., Holland, M. B., Bedford, C., Childress, M., ... Veit, P. (2019). *How do practitioners characterize land tenure security?*

27. Tseng, T.-W. J., Robinson, B. E., Bellemare, M. F., BenYishay, A., Blackman, A., Boucher, T., ... Masuda, Y. J. (2021). Influence of land tenure interventions on human well-being and environmental outcomes. *Nature Sustainability*, 4(3), 242–251. https://doi.org/10.1038/s41893-020-00648-5

28. Hajjar, R., Oldekop, J. A., Cronkleton, P., Newton, P., Russell, A. J., & Zhou, W. (2021). A global analysis of the social and environmental outcomes of community forests. *Nature Sustainability*, 4(3), 216-224.

29. Seymour, F., La Vina, T., & Hite, K. (2014). Evidence linking community-level tenure and forest condition: an annotated bibliography. *Climate and Land Use Alliance*.

30. Blackman, A., & Veit, P. (2018). d Amazon indigenous communities cut forest carbon emissions. *Ecological economics*, 153, 56-67.

31. Alchian, A. A., & Demsetz, H. (1973). The Property Rights Paradigm. *The Journal of Economic History*, 33(1), 16–27. https://doi.org/10.1017/S0022050700076403

32. Joireman, S. F. (2008). The Mystery of Capital Formation in Sub-Saharan Africa: Women, Property Rights and Customary Law. *World Development*, 36(7), 1233–1246. https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2007.06.017

33. Robinson, B. E., Masuda, Y. J., Kelly, A., Holland, M. B., Bedford, C., Childress, M., ... Veit, P. (2017). Incorporating Land Tenure Security into Conservation. *Conservation Letters*. https://doi.org/10.1111/conl.12383

34. Soto, H. de. (2001). The mystery of capital. *Finance and Development, a Quarterly Publication of the International Monetary Fund*, *38*(1), 29–30. Retirado de http://www.imf.org/fandd

35. Easterly, William. (2008). "Institutions: Top Down or Bottom Up?" *American Economic Review*, 98 (2): 95-99.

36. Jayachandran, S., De Laat, J., Lambin, E. F., Stanton, C. Y., Audy, R., & Thomas, N. E. (2017). Cash for carbon: A randomized trial of payments for ecosystem services to reduce deforestation. *Science*, *357*(6348), 267–273. https://doi.org/10.1126/science.aan0568

37. Zhang, W., ElDidi, H., Swallow, K. A., Meinzen-Dick, R. S., Ringler, C., Masuda, Y. J., & Aldous, A. (2020). *Community-based management of freshwater resources: A practitioners' guide to applying TNC's voice, choice, and action framework*. https://doi.org/10.2499/p15738coll2.133692

38. Hale, L.Z. and J. Rude (eds.). (2017). Learning from New Zealand's 30 Years of Experience Managing Fisheries Under a Quota Management System. The Nature Conservancy, Arlington, Virgínia, EUA.

39. FAO and WorldFish. (2021). *Characteristics and performance of fisheries co-management in Asia; Synthesis of knowledge and case studies: Bangladesh, Cambodia, Philippines and Sri Lanka.* Bangkok. https://doi.org/10.4060/cb3840en

40. Northern Rangelands Trust. (2018) Northern Rangelands Trust Strategic Plan: 2018-2022. Kenya. https://static1.squarespace.com/static/5af1629f12b13f5ce97ca0b5/t/5bc5f774e2c483f6ec5eafd4/1539700631074/Strategic+Plan.2018-22.FINAL_LOWRES.pdf

41. Agrawal, A., & Ostrom, E. (2001). Collective action, property rights, and decentralization in resource use in India and Nepal. *Politics and Society*, 485–514.

42. Bodin, Ö. (2017). Collaborative environmental governance: Achieving collective action in social-ecological systems. In Science. doi: 10.1126/science.aan1114

43. Colfer, C. J. P. (2007). *Simple Rules for Catalyzing Collective Action in Natural Resource Management Contexts*. 19. Retirado de http://www.cifor.cgiar.org/Knowledge/Publications/Detail.htm?&pid=2252&pf=1

44. Olson, M. (1965). *The logic of collective action: Public goods and the theory of groups*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

45. Ostrom, E., Gardner, R., & Walker, J. (1994). *Rules, Games, and Common-pool Resources* (E. Ostrom, R. Gardner, & J. Walker (eds.)). Ann Arbor: University of Michigan Press.

46. Berkes, F., Folke, C., & Colding, J. (Eds.). (2000). Linking social and ecological systems: management practices and social mechanisms for building resilience. Cambridge University Press.

47. North, D. C. (1991). Institutions. *The Journal of Economic Perspectives*, 5(1), 97–112.

48. Brooks, J. S. (2017). Design Features and Project Age Contribute to Joint Success in Social, Ecological, and Economic Outcomes of Community-Based Conservation Projects. *Conservation Letters*, *10*(1), 23–32. doi: 10.1111/conl.12231

49. Campbell, B. M., Sayer, J. A., & Walker, B. (2010). Navigating trade-offs: Working for conservation and development outcomes. *Ecology and Society*, *15*(2), 2. doi: 10.5751/ES-03380-150216

50. Adams, W. M., Aveling, R., Brockington, D., & Dickson, B. (2004). Biodiversity conservation and the eradication of poverty. *Science*, *306*, 1146–1149. Retirado de https://science.sciencemag.org/content/306/5699/1146.short

51. Hartanto, H., Tomy, S., Hidayat, Y., & Hidayat, T. (2014). *SIGAP-REDD+: Inspiring People Actions for Change in REDD+*. Indonesia Program.

52. Tallis, H., Kareiva, P., Marvier, M., & Chang, A. (2008). An ecosystem services framework to support both practical conservation and economic development. *Proceedings of the National Academy of Science*, *105*, 9457–9464. Retirado de https://www.pnas.org/content/105/28/9457.short

53. Meinzen-Dick, R., Janssen, M. A., Kandikuppa, S., Chaturvedi, R., Rao, K., & Theis, S. (2018). Playing games to save water: Collective action games for groundwater management in Andhra Pradesh, India. *World Development*, *107*, 40–53.

54. Wilkie, D. S., & Painter, M. (2021). Factors of success in community forest conservation. *Conservation Science and Practice*, *e388*, Manuscript submitted for publication. Retirado de https://conbio.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/csp2.388

55. Agrawal, A., & Benson, C. (2011). Common property theory and resource governance institutions: strengthening explanations of multiple outcomes. *Environmental Conservation*, *38*, 199–210.

56. Knight, R., Brinkhurst, M., & Vogelsang, J. (2016). *Community land protection facilitators guide*. Retirado de namati.org/communityland

57. Persha, L., Agrawal, A., & Chhatre, A. (2011). Social and ecological synergy: local rulemaking, forest livelihoods, and biodiversity conservation. *Science*, *331*, 1606–1608.

58. Tai, H. (2007). Development Through Conservation: An Institutional Analysis of Indigenous Community-Based Conservation in Taiwan. *World Development*, 35(7), 1186–1203. doi: 10.1016/j.worlddev.2006.09.015

59. Pretty, J., & Smith, D. (2004). Social Capital in Biodiversity Conservation and Management. *Conservation Biology*, *18*(3), 631–638.

60. Olsson, P., Folke, C., & Berkes, F. (2004). Adaptive comanagement for building resilience in social-ecological systems. *Environmental Management*, *34*, 75–90.

61. Ostrom, E., Gardner, R., & Walker, J. (2009). A General Framework for Analyzing Sustainability of Social-Ecological Systems. *Science*, *325*(5939), 419–422.

62. Pretty, J. (2003). Social capital and the collective management of resources. *Science*, *302*, 1912–1914.

63. Ferrin, D. L., & Dirks, K. T. (2002). Trust in Leadership: Meta-Analytic Findings and Implications for Research and Practice. *Journal of Applied Psychology*, *87*(4), 611–628. doi: 10.1037//0021-9010.87.4.611

64. Lockwood, M. (2010). Good governance for terrestrial protected areas: A framework, principles and performance outcomes. *Journal of Environmental Management*, 91(3), 754–766. doi: 10.1016/j.jenvman.2009.10.005

65. Glowacki, L., & von Rueden, C. (2015). Leadership solves collective action problems in small-scale societies. *Philosophical Transactions B*, *370*.

66. Stein, C., Ernston, H., & Barron, J. (2011). A social network approach to analyzing water governance: The case of the Mkindo catchment, Tanzania. *11th WaterNet/WARFSA/GWP-SA Symposium: IWRM for National and Regional Integration through Science, Policy and Practice*, *36*(14–15), 711–1208.

67. Mascia, M. B., & Mills, M. (2018). When conservation goes viral: The diffusion of innovative biodiversity conservation policies and practices. *Conservation Letters*, *11*(3), 1–9. doi: 10.1111/conl.12442

68. Valente, T. W., & Davis, R. L. (1999). Accelerating the diffusion of innovations using opinion leaders. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 566, 55–67.

69. Mahajan, S. L., Arundhati, J., Glew, L., Ahmadia, G., Becker, H., Fidler, R. Y., ... Mascia, M. B. (2021). A theory-based framework for understanding the establishment, persistence, and diffusion of community-based conservation. *Conservation Science and Practice*, *3*(1).

70. Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action*. Nova Iorque, NY: Cambridge University Press.

71. Ostrom, E. (2010). Analyzing collective action. *Agricultural Economics*, *41*(155–166). Retirado de .

72. Manfredo, M. J., Teel, T. L., Sullivan, L., & Dietsch, A. M. (2017). Values, trust, and cultural backlash in conservation governance: The case of wildlife management in the United States. *Biological Conservation*, *214*(February), 303–311. doi: 10.1016/j.biocon.2017.07.032

73. Stern, M. J., & Baird, T. D. (2015). Trust ecology and the resilience of natural resource management institutions. *Ecology and Society*, *20*(2).

74. Dembling, S. (2019). Rivers Held a Spiritual Place in the Lives of the Cherokee. *Humanities*, *40*(3).

75. Stevenson, G. (1991). *Common property economics: A general theory and land use applications*. Cambridge, MA: Cambridge University Press.

76. Berkes, F. (1989). *Common property resources: Ecology and community-based sustainable resource development*. London: Bellhaven Press.

77. Berkes, F., Feeny, D., McCay, B., & Acheson, J. (1989). The benefits of the commons. *Nature*, *340*, 91–93.

78. McKean, M. A. (2000). Common property: What is it, what is it good for, and what makes it work? In C. Gibson, M. McKean, & E. Ostrom (Eds.), People and Forests: Communities, Institutions and Governments. Cambridge, MA: MIT Press.

79. Netting, R. M. (1997). Unequal commoners and uncommon equity: Property and community among smallholder farmers. *The Ecologist*, *27*, 28–33.

80. Corrigan, C., Bingham, H., & Van Montfort, J. (2021). *A Technical Report on the State of Indigenous Peoples' and Local Communities' Lands: Their contributions to global biodiversity conservation and ecosystem services, threats to these efforts, adn recommendations towward a call to action*. Gland, Suiça.

81. Garnett, S. T., Burgess, N. D., Fa, J. E., Fernández-Llamazares, Á., Molnár, Z., Robinson, C. J., ... Leiper, I. (2018). A spatial overview of the global importance of Indigenous lands for conservation. *Nature Sustainability, 1*(7), 369–374. doi: 10.1038/s41893-018-0100-6

82. Kothari, A., Corrigan, C., Jonas, H., Neumann, A., & Shrumm, H. (2012). *Recognizing and Supporting Territories and Areas Conserved by Indigenous People and Local Communities: Global overview and national case studies*. Montreal, Canadá.

83. Fa, J. E., Watson, J. E. M., Leiper, I., Potapov, P., Evans, T. D., Burgess, N. D., ... Barnett, S. T. (2020). Importance of Indgenous Peoples' Lands for the Conservation of Intact Forest Landscapes. *Frontiers in Ecology and the Environment*, *18*(3), 135–140.

84. Frechette, A., Ginsburg, C., & Walker, W. (2018). *Toward a Global Baseline of Carbon Storage in Collective Lands: Indigenous Peoples' and local communities' contributions to climate change mitigation*. Washington, DC. Retirado de https://rightsandresources.org/wp-content/uploads/2018/09/A-Global-Baseline_RRI_Sept-2018.pdf.

85. Walker, W. S., Gorelik, S. R., Baccini, A., Aragon-Osejo, J. L., Josse, C., Meyer, C., ... Schwartzman, P. (2020). The role of forest conversion, degradation, and disturbance in the carbon dynamics of Amazon indigenous territories and protected areas. *Proceedings of the National Academy of Science*, *117*, 3015–3025.

86. Zander, K. K., & Garnet, S. T. (2011). The Economic Value of Environmental Services on Indigenous-held Lands in Australia. *PLoS ONE*, 6(e23254).

87. Hardin, G. (1968). The Tragedy of the Commons. *Science*, *162*(3859), 1243–1248.

88. Dodds, Felix and Emily Benson. (2015). CIVICUS Participatory Governance Toolkit: Multi-stakeholder Dialogues. Johannesburg, South Africa. http://www.civicus.org/images/PGX_D_Multistakeholder%20Dialogue.pdf

89. Ros-Tonen, M.A.F., M. Derkyi, and T.F.G. Insaidoo. (2014). From Co-management to Landscape Governance: Whither Ghana's Modified Taungya System? Forests (5): 2996–3021.

90. Kusters, K., L. Buck, M. de Graaf, P. Minang, C. van Oosten, and R. Zagt. (2017). Participatory Planning, Monitoring and Evaluation of Multi-stakeholder Platforms in Integrated Landscape Initiatives. *Environmental Management* (Mar. 21): 1–12.

91. Warner, Jeroen. (2005). Multi-stakeholder Platforms: Integrating Society in Water Resource Management?. *Ambiente & Sociedade* 8(2)(Julho/Dezembro.): 4–28.

92. International Union for Conservation of Nature (IUCN). (2012). Collaboration and Multi-Stakeholder Dialogue: A Review of Literature. IUCN, Gland, Suíça. https://www.iucn.org/sites/dev/files/import/downloads/collaboration_and_multi_stakeholder_dialogue.pdf

93. Kahane, Adam. (2017). *Collaborating with the Enemy: How to Work with People You Don't Agree with Or Like Or Trust*. Oakland, California: Berrett-Koehler.

94. Lawlor, Kathleen, and Brooke Lovingood. (2016). Participatory Conservation Strategies: Understanding What Works for Nature and People. Relatório preparado para a TNC.

95. Chiaravalloti, R., and M. Dyble. (2019). "*Limited Open Access in Socio-Ecological Systems: How Do Communities Deal with Environmental Unpredictability?*" Conservation Letters (October 2019): 1–7.

96. Shirley, E., and M. Gore. (2019). "*Trust in scientists and rates of noncompliance with a fisheries rule in the Brazilian Pantanal*," PloS one 14 (3).

97. Reos Partners. 2013. The Reos Change Lab: Addressing Complex Challenges with Social Innovation. For the Innoweave Knowledge Sharing Platform and the J.W. McConnell Family Foundation.

98. Meyers, D., Bohorquez, J., Cumming, T., Emerton, L., Heuvel, O. v., Riva, M., & Victurine, R. (2020). *Conservation Finance: A Framework*. Conservation Finance Alliance. doi:10.13140/RG.2.2.14186.88000

99. EcoAdvisors. (2020). Conservation Financing for Conservation Programs with Indigenous Peoples and Local Communities. Relatório preparado para a TNC em julho de 2020.

100. Namati. (2016). Community Land Protection Users Guide. Namati: Innovations in Legal Empowerment.

101. Bonine, Kim, Natalia Sanin, Erik Wallsten, and Thais Vilela. (2020). Evaluation of Community-Focused Enterprises that Support Sustainable Livelihoods in Partnership with Indigenous Peoples and Local Communities. Relatório preparado para a TNC.

102. Wright, J.H., N.A.O. Hill, D. Roe, J.M. Rowcliffe, N.F. Kumpel, M. Day, ... E.J. Milner-Gulland. (2016). Reframing the Concept of Alternative Livelihoods. *Conservation Biology* 30(1): 7-13.

103. Fauna and Flora International (FFI). (2013). Why Not 'Alternative Livelihoods'? Reasons We Support the Development of Sustainable Livelihoods Rather Than the Promotion of 'Alternative Livelihoods' within Our Conservation Programmes. Relatório da FFI Conservation, Livelihoods and Governance Programme.

104. Torell E., B. Crawford, D. Kotowicz, M.D. Herrera, and J. Tobey. 2010. Moderating Our Expectations on Livelihoods in ICM: Experiences from Thailand, Nicaragua, and Tanzania. *Coastal Management* 38: 216–237.

105. Lindsay, A. R., Sanchirico, J. N., Gilliland, T. E., Ambo-Rappe, R., Taylor, J. E., Krueck, N. C., & Mumby, P. J. (2020). Evaluating sustainable development policies in rural coastal economies. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, *117*(52), 33170-33176.

106. Li, B. V., Kim, M. J., Xu, W., Jiang, S., & Yu, L. (2021). Increasing livestock grazing, the unintended consequence of community development funding on giant panda habitat. *Biological Conservation*, *257*, 109074.

107. Cundill, G., Shackleton, S., and Larsen, H.O. (2011). Collecting Contextual Information. In Larsen, H. O., Lund, J. F., Smith-Hall, C., & Wunder, S. (Eds.), *Measuring Livelihoods and Environmental Dependence* (pp. 71). Earthscan.

108. Lund, J. F., & Saito-Jensen, M. (2013). Revisiting the issue of elite capture of participatory initiatives. *World development*, *46*, 104-112.

109. Friedman, R. S., Law, E. A., Bennett, N. J., Ives, C. D., Thorn, J. P., & Wilson, K. A. (2018). How just and just how? A systematic review of social equity in conservation research. *Environmental Research Letters*, *13*(5), 053001. https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/aabcde/pdf

110. Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. O que são direitos humanos?

111. Chaudhury, A., & Colla, S. (2021). Next steps in dismantling discrimination: Lessons from ecology and conservation science. *Conservation Letters*, 14(2), e12774. https://conbio.onlinelibrary.wiley.com/doi/pdfdirect/10.1111/conl.12774

112. Worell, J. (Ed.). (2001). *Encyclopedia of women and gender, two-volume set: Sex similarities and differences and the impact of society on gender* (Vol. 1). Academic Press. Chapter on "Social Identity" by Kay Duex. https://www.rhnet.org/site/handlers/filedownload.ashx?moduleinstanceid=5006&dataid=24349&FileName=social%20identity.pdf

113. USAID. (2015). Guidelines for Learning and Applying The Natural Resource Governance Tool (NRGT) In Landscapes And Seascapes," https://rmportal.net/biodiversityconservation-gateway/projects/closed-global-projects/scapes-1/guidelines-learning-applying-nrgt-landscapes-seascapes/view.

114. TNC. (2016). "Conservation by Design 2.0. Guidance Document—Version 1.0." https://www.conservationgateway.org/ConservationPlanning/cbd/Pages/default.aspx.

115. Leisher, C., Temsah, G., Booker, F., Day, M., Samberg, L., Prosnitz, D., Agarwal, B., ... Wilkie, D. (2016). Does the gender composition of forest and fishery management groups affect resource governance and conservation outcomes? A systematic map. *Environmental Evidence*, 5(6). https://doi.org/10.1186/s13750-016-0057-8

116. Agarwal B. (2009). Gender and forest conservation: The impact of women's participation in community forest governance. *Ecological Economics*, 68(11), 2785-2799. https://EconPapers.repec.org/RePEc:eee:ecolec:v:68:y:2009:i:11:p:2785-2799

117. Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), Article 8. http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8

118. Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional. (n.d.). *Fact Sheet: Land tenure and women's empowerment.* LandLinks. https://www.land-links.org/issue-brief/fact-sheet-land-tenure-womens-empowerment/

119. Landesa. (2012). Women's Secure Rights to Land: Benefits, Barriers, and Best Practices. Seattle, WA.

120. The Nature Conservancy. (2020-a). *Glossário de termos essenciais*. The Nature Conservancy's Human Rights Guide for Working with Indigenous Peoples and Local Communities. https://www.tnchumanrightsguide.org/appendix-ii-glossary-of-key-terms/

121. The Nature Conservancy (2020-b). *"Respect, reciprocity, and integration:" Elevating Indigenous leadership in conservation.* https://www.nature.org/en-us/what-we-do/our-insights/perspectives/elevating-indigenous-leadership-conservation/

122. The Nature Conservancy. (2020-c). *Free, Prior and Informed Consent*. The Nature Conservancy's Human Rights Guide for Working with Indigenous Peoples and Local Communities. https://www.tnchumanrightsguide.org/module-2-free-prior-informed-consent/

123. Boyce, J.K. (2002). The Political Economy of the Environment. Edward Elgar, Cheltenham.

124. The Nature Conservancy. (2020-e). *Conflict Resolution*. The Nature Conservancy's Human Rights Guide for Working with Indigenous Peoples and Local Communities. https://www.tnchumanrightsguide.org/module-3-conflict-resolution/

125. Kusters, K., L. Buck, M. de Graaf, P. Minang, C. van Oosten, and R. Zagt. (2017). Participatory Planning, Monitoring and Evaluation of Multi-stakeholder Platforms in Integrated Landscape Initiatives. Gestão Ambiental (Mar. 21): 1–12.

126. Maynard, Bill, and Dawn Robinson. (1998). Ethical Trade and Sustainable Rural Livelihoods: Quintana Roo Forest Certification Case Study. Relatório do Instituto de Recursos Naturais e Comércio Ético.

127. Kariuki, J. & Birner, R. (2015). Are market-based conservation schemes gender-blind? A qualitative study of three cases from Kenya. *Society & Natural Resources*, 29, 432-447. https://doi.org/10.1080/08941920.2015.1086461

128. Westholm, L. & Arora-Jonsson, S. (2015). Defining solutions, finding problems: Deforestation, gender, and REDD+ in Burkina Faso. *Conservation & Society*, 13(2), 189-199. DOI: 10.4103/0972-4923.164203.

129. Bandiaky-Badji, S. (2011). Gender equity in Senegal's forest governance history: Why policy and representation matter. *International Forestry Review*, 13(2), 177–194. https://doi.org/10.1505/146554811797406624

130. Organização Mundial da Saúde. (n.d.). Social determinants of health: Women and gender equity.

131. Banco Mundial. (2011). World development report 2012: Gender equality and development. https://doi.org/10.1596/978-0-8213-8810-5

132. Ardoin, N. M. (2006). Toward an interdisciplinary understanding of place: Lessons for environmental education. Canadian Journal of Environmental Education (CJEE), 11(1), 112-126.

133. Kukutai, T., & Taylor, J. (2016). *Indigenous data sovereignty: Toward an agenda*. ANU press.

134. Fernández-Llamazares, Á., & Cabeza, M. (2018). Rediscovering the potential of indigenous storytelling for conservation practice. *Conservation Letters*, *11*(3), e12398.

135. Cajete, G. (2000). *Native science: Natural laws of interdependence*. Clear Light Pub.

136. Proshansky, H. M., Fabian, A. K., & Kaminoff, R. (1983). Place-identity: Physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*, 3, 58-83.

137. Semken, S., & Brandt, E. (2010). Implications of sense of place and place-based education for ecological integrity and cultural sustainability in diverse places. In Cultural Studies and Environmentalism (pp. 287-302). Springer, Dordrecht.

138. Low, S. M. (1992). Symbolic ties that bind. In *Place attachment* (pp. 165-185). Springer, Boston, MA.

139. Relph, E. (1976). *Place and placelessness*. London: Pion Limited.

140. Twigger-Ross, C. L., & Uzzell, D. L. (1996). Place and identity processes. Journal of Environmental Psychology, 16, 205–220.

141. Clayton, S. (2003). Environmental identity: A conceptual and an operational definition. Identity and the natural environment: The psychological significance of nature, 45-65. MIT Press, Cambridge, Massachusetts.

142. Low, S. M. (1990). Cross-cultural place attachment: a preliminary typology. In Y. Yoshitake, R. B. Bechtel, T. Takahashi, & M. Asai (Eds.), Current issues in environment-behavior research. Tóquio: Universidade de Tóquio.

143. Muhar, A., Raymond, C. M., van den Born, R. J., Bauer, N., Böck, K., Braito, M., ... & Mitrofanenko, T. (2017). A model integrating social-cultural concepts of nature into frameworks of interaction between social and natural systems. Journal of Environmental Planning and Management, 61(5-6), 756-777. https://doi.org/10.1080/09640568.2017.1327424

144. Schultz, K., Walters, K. L., Beltran, R., Stroud, S., & Johnson-Jennings, M. (2016). "I'm stronger than I thought": Native women reconnecting to body, health, and place. Health & place, 40, 21-28. https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2016.05.001

145. Turner, N. J., & Turner, K. L. (2008). "Where our women used to get the food": cumulative effects and loss of ethnobotanical knowledge and practice; case study from coastal British Columbia. Botany, 86(2), 103-115.

146. Barbaro, N., & Pickett, S. M. (2016). Mindfully green: Examining the effect of connectedness to nature on the relationship between mindfulness and engagement in pro-environmental behavior. *Personality and Individual Differences*, 93, 137-142. https://doi.org/10.1016/j.paid.2015.05.026

147. Beery, T. H., & Wolf-Watz, D. (2014). Nature to place: Rethinking the environmental connectedness perspective. *Journal of Environmental Psychology*, 40, 198-205. https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2014.06.006

148. Davis, J. L., Green, J. D., & Reed, A. (2009). Interdependence with the environment: Commitment, interconnectedness, and environmental behavior. *Journal of environmental psychology*, 29(2), 173-180. https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2008.11.001

149. Geng, L., Xu, J., Ye, L., Zhou, W., & Zhou, K. (2015). Connections with nature and environmental behaviors. *PloS one*, 10(5). https://doi.org/10.1371/journal.pone.0127247

150. Kals, E., Schumacher, D., & Montada, L. (1999). Emotional affinity toward nature as a motivational basis to protect nature. Environment and behavior, 31(2), 178-202. https://doi.org/10.1177/00139169921972056

151. Mayer, F. S., & Frantz, C. M. (2004). The connectedness to nature scale: A measure of individuals' feeling in community with nature. *Journal of environmental psychology*, 24(4), 503-515. https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2004.10.001

152. Rosa, C. D., Profice, C. C., & Collado, S. (2018). Nature experiences and adults' self-reported pro-environmental behaviors: the role of connectedness to nature and childhood nature experiences. *Frontiers in psychology*, 9, 1055. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.01055

153. Schultz, P. W., Shriver, C., Tabanico, J. J., & Khazian, A. M. (2004). Implicit connections with nature. *Journal of environmental psychology*, 24(1), 31-42. https://doi.org/10.1016/S0272-4944(03)00022-7

154. Tam, K. P. (2013). Concepts and measures related to connection to nature: Similarities and differences. *Journal of environmental psychology*, 34, 64-78. https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2013.01.004

155. Vaske, J. J., & Kobrin, K. C. (2001). Place attachment and environmentally responsible behavior. *The Journal of Environmental Education*, 32(4), 16-21. https://doi.org/10.1080/00958960109598658

156. Whitburn, J., Linklater, W., & Abrahamse, W. (2020). Meta-analysis of human connection to nature and proenvironmental behavior. Conservation Biology, 34(1), 180-193. https://doi.org/10.1111/cobi.13381

157. Kellert, S. R., & Wilson, E. O. (1993). *The Biophilia hypothesis*. Washington, D.C: Island Press.

158. Hay, R. B. (1998). A rooted sense of place in cross-cultural perspective. *Canadian Geographer*, 42, 245–266.

159. Hernández, B., Hidalgo, M. C., Salazar-Laplace, M. E., & Hess, S. (2007). Place attachment and place identity in natives and non-natives. *Journal of environmental psychology*, 27(4), 310-319.

160. Thornton, T. F. (2011). *Being and Place among the Tlingit*. Seattle: University of Washington Press.

161. Ellis, N. R., & Albrecht, G. A. (2017). Climate change threats to family farmers' sense of place and mental wellbeing: A case study from the Western Australian Wheatbelt. *Social Science & Medicine*, 175, 161-168. https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2017.01.009

162. Big-Canoe, K., & Richmond, C. A. (2014). Anishinabe youth perceptions about community health: Toward environmental repossession. *Health & Place*, 26, 127-135. https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2013.12.013

163. Cunsolo Willox, A., Harper, S. L., Ford, J. D., Landman, K., Houle, K., & Edge, V. L. (2012). "From this place and of this place:" Climate change, sense of place, and health in Nunatsiavut, Canada. *Social science & medicine*, 75(3), 538-547. https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2012.03.043

164. Gosling, E., & Williams, K. J. (2010). Connectedness to nature, place attachment and conservation behaviour: Testing connectedness theory among farmers. Journal of environmental psychology, 30(3), 298-304. https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2010.01.005

165. Berkes, F. (1999). Sacred Ecology: Traditional Ecological Knowledge and Resource Management. Taylor & Francis.

166. Sangha, K. K., Preece, L., Villarreal-Rosas, J., Kegamba, J. J., Paudyal, K., Warmenhoven, T., & Rama Krishnan, P. S. (2018). An ecosystem services framework to evaluate Indigenous and local peoples' connections with nature. *Ecosystem services*, 31, 111-125. https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2018.03.017

167. Turner, N. J., Ignace, M. B., & Ignace, R. (2000). Traditional ecological knowledge and wisdom of aboriginal peoples in British Columbia. Ecological applications, 10(5), 1275-1287.

168. Kimmerer, R. W. (2013). *Braiding sweetgrass: Indigenous wisdom, scientific knowledge and the teachings of plants*. Milkweed Editions.

169. Gadgil, M., Berkes, F., & Folke, C. (1993). Indigenous knowledge for biodiversity conservation. *Ambio*, 151-156.

170. Wane, N., & Chandler, D. J. (2002). African women, cultural knowledge and environmental education with a focus on Kenya's indigenous women. Canadian Journal of Environmental Education (CJEE), 7(1), 86-98.

171. Oraftik, C. (2020). An exploration of the intersection of Indigenous language and environmental stewardship. The Nature Conservancy.

172. Smith, L. T. (2021). *Decolonizing methodologies: Research and indigenous peoples*. Zed Books Ltd..

173. Kimmerer, Robin. (2018). "Mishkos Kenomagwen, the Lessons of Grass" (p. 35) in Traditional Ecological Knowledge: Learning from Indigenous Practices for Environmental Sustainability de Melissa K. Nelson e Dan Shilling.

174. Pember, M.A. (2019). Death by Civilization. *The Atlantic*. https://www.theatlantic.com/education/archive/2019/03/traumatic-legacy-indian-boarding-schools/584293/

175. Kulchyski, P. (2016) Bush Sites / Bush Stories: Politics of Place and Memory in Indigenous Northern Canada. *MLA Profession*. https://profession.mla.org/bush-sites-bush-stories-politics-of-place-and-memory-in-Indigenous-northern-canada/

176. Brockington, D., & Igoe, J. (2006). Eviction for conservation: a global overview. *Conservation and society*, 424-470.

177. Poirier, R., & Ostergren, D. (2002). Evicting people from nature: Indigenous land rights and national parks in Australia, Russia, and the United States. *Nat. Resources J.*, 42, 331.

178. Greer, A. (2012). Commons and enclosure in the colonization of North America. *The American Historical Review*, 117(2), 365-386.

179. Nature United. (nd). The SEAS Toolkit: A Resource for Planning Your on-the-land Indigenous Youth Program. Canadá.

180. EcoAdvisors and The Nature Conservancy. (2020). Conservation financing for conservation programs with Indigenous People and Local Communities. Arlington, VA.

181. Strang, D. (1991). Adding social structure to diffusion models: An event history framework. *Sociological Methods & Research*, *19*(3), 324-353.

182. Mills, M., Bode, M., Mascia, M. B., Weeks, R., Gelcich, S., Dudley, N., ... Possingham, H. P. (2019). How conservation initiatives go to scale. *Nature Sustainability*, *2*(10), 935-940.

183. Hatcher, J., Owen, M., & Yin, D. (2021). Falling Short: Donor Funding for Indigenous Peoples and Local Communities to Secure Tenure Rights and Manage Forests in Tropical Countries (2011-2020). Rainforest Foundation Noruega.

184. Salerno, J., Romulo, C., Galvin, K. A., Brooks, J., Mupeta-Muyamwa, P., & Glew, L. (2021). Adaptation and evolution of institutions and governance in community-based conservation. Conservation Science and Practice, 3(1), e355.

185. Gonzales Tovar, J., Sarmiento Barletti, J. P., Larson, A. M., Barnes, G., & Tucker, C. M. (2021). Can multistakeholder forums empower indigenous and local communities and promote forest conservation? A comparative analysis of territorial planning in two Brazilian states with contrasting contexts. *Conservation Science and Practice*, *3*(1), e326.

186. Nelson, F., Muyamwa-Mupeta, P., Muyengwa, S., Sulle, E., & Kaelo, D. (2021). Progress or regression? Institutional evolutions of community-based conservation in eastern and southern Africa. *Conservation Science and Practice*, 3(1), e302.

187. Marshall, G. R. (2007). Nesting, subsidiarity, and community-based environmental governance beyond the local level. *International journal of the Commons*, *2*(1), 75-97.

188. Rogers, E. M. (2003). Diffusion of innovations (5th ed.). New York, NY: Free Press.

189. Mascia, M. B., & Mills, M. (2018). When conservation goes viral: The diffusion of innovative biodiversity conservation policies and practices. *Conservation Letters*, *11*(3), e12442.

The Nature Conservancy

tncvoicechoiceaction.org